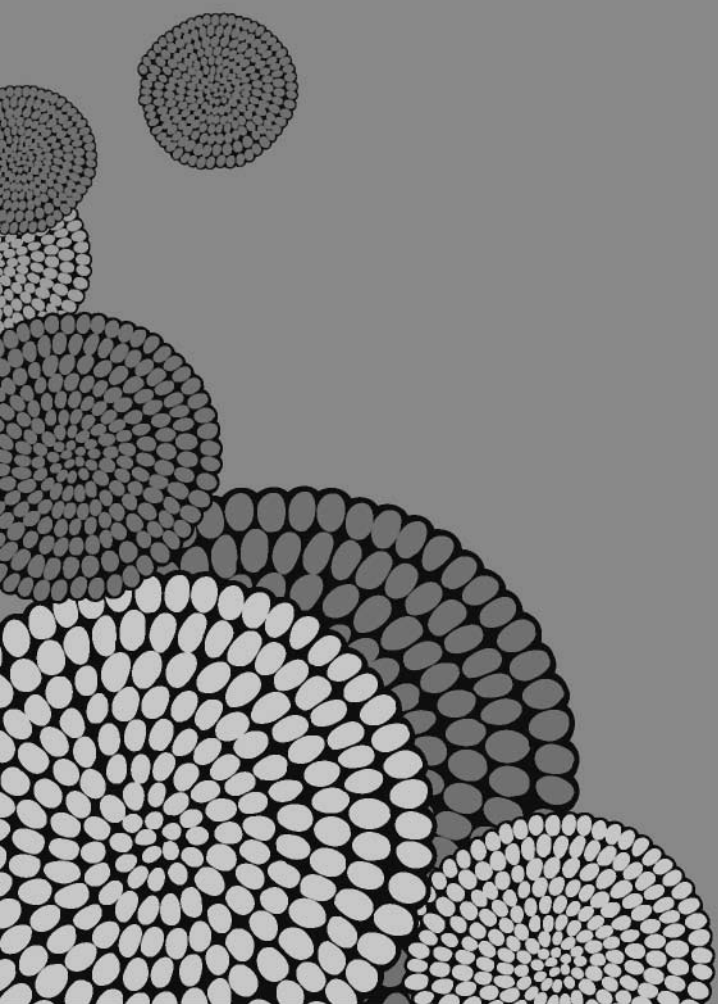


Prêmio
Jonathas Salathiel
de Psicologia
e Relações Raciais



“As pegadas das pessoas que andaram juntas nunca se apagam”

[Provérbio Congolês]



Prêmio
Jonathas Salathiel
de Psicologia
e Relações Raciais

 **CRP SP**



*“As pegadas das pessoas que
andaram juntas nunca se apagam”*

(Provérbio Congolês)

Prêmio
Jonathas Salathiel
de Psicologia
e Relações Raciais

Conselho Regional de Psicologia SP - CRP 06
São Paulo • 2019 • 1ª edição

Conselho Regional de Psicologia São Paulo - 6ª Região

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89 - Jd. América
05410-020 - São Paulo/SP
Fone: 11 3061-9494

Subsedes CRP SP

Alto Tietê - (11) 2378-0326
Assis - (18) 3322-6224 ou (14) 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira - (13) 3235-2324 ou (13) 3235-2441
Bauru - (14) 3223-3147 ou (14) 3223-6020
Campinas - (19) 3243-7877 ou (19) 3241-8516
Grande ABC - (11) 4436-4000 ou (11) 4427-6847 ou (11) 4990-7314
Ribeirão Preto (16) 3620-1377 ou (16) 3623-5658
São José do Rio Preto - (17) 3235-2883 ou (17) 3235-5047
Sorocaba - (15) 3211-6368 ou (15) 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte - (12) 3631-1315

C755p Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais. Conselho
Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.
152 p. il.; 16x23cm.

ISBN: 978-85-60405-51-0

1. Psicologia e Relações Raciais. 2. Racismo Estrutural. 3. Relações Étnico-Raciais. 4. Preconceito Racial. 5. Direitos Humanos. I. Título

CDD 150

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Toledo CRB8/8396

XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região CRP SP (Gestão 2016-2019)

Diretoria

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiros efetivos

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 1º/03/2019 (PL 2068ª, de 16/03/2019)*)
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 (PL 2068ª, de 16/03/2019)*)
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 (PL 2051ª, de 20/10/18)*)
Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
Larissa Gomes Ornelas Pedott
Luciana Stoppa dos Santos
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Rozineti Gonçalves
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Toledo
Suely Castaldi Ortiz da Silva
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019*)

Conselheiros suplentes

Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019*)
Ed Otsuka
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Mary Ueta
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 1º/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019*)
Rodrigo Fernando Presotto

Expediente

Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Revisão

Ricardo Ondir

Comissão de Comunicação

Conselheira | Ivani Francisco de Oliveira

Coordenadora de Relações Externas | Cristina Fernandes de Souza

Diagramação e projeto gráfico | Paulo Mota

Coordenação da Premiação e do Evento

Cinthia Cristina da Rosa Vilas Boas

Coordenação da Publicação

Fabiana Villas Boas da Silva

Comissão Organizadora do Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Ana Cristina dos Santos Vangrelino

Cinthia Cristina da Rosa Vilas Boas

Debora Medeiros Andrade

Debora Nascimento Santos

Fabiana Villas Boas da Silva

Ivani Francisco de Oliveira

Lázaro Edson de Souza

Marcia Santos Miranda

Maria Lucia da Silva

Mariana da Costa Pedro Nogueira da Luz

Rosália Maria Rodrigues de Campos

Comissão de Pareceristas do Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais

Ana Cristina dos Santos Vangrelino

Debora Medeiros Andrade

Debora Nascimento Santos

Edgar Bittner Silva

Fabiana Villas Boas da Silva

Lázaro Edson de Souza

Marcia Santos Miranda

Maria Lucia da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri

Mariana da C. P. Nogueira da Luz

Reginaldo Branco da Silva

Ricardo Xavier de Araújo

Rodrigo Toledo

Rosália Maria Rodrigues de Campos

Agradecimentos

Memórias são afetos que incorporamos ao longo de nossas vidas e que são fundamentais para a nossa saúde mental, tanto individual quanto coletiva.

Consideramos esse prêmio parte da colheita de todas as realizações até o momento do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, por práticas comprometidas com a luta antirracista. Reconhecemos que essas lutas não se iniciam com esta gestão, elas têm início antes mesmo da criação do Sistema Conselhos desta categoria.

Antes de se tornar profissão, a Psicologia enquanto ciência contribuiu com a eugenia, e foi somente a partir de pressões do movimento negro, que essas teorias foram colocadas em xeque e a ciência psicológica passou a se debruçar sobre os efeitos psicossociais do racismo.

Ao longo dessa história de mudanças de paradigma no saber psicológico para abarcar as especificidades na construção da identidade de mulheres e homens negros em uma sociedade racista como a nossa, Jonathas Salathiel foi um sucessor de todas as psicólogas que antes dele lutaram para que a discussão da temática racial fosse pauta no Conselho Regional de Psicologia e além.

Hoje, todas e todos que aqui ajudaram a construir esse prêmio, seja na organização ou como premiadas e premiados, são herdeiras e herdeiros do legado construído pelo psicólogo Jonathas Salathiel. Desde a concepção do prêmio até a solenidade de premiação, tudo foi pensado com muito carinho e cuidado para que os afetos pudessem ser nutridos, cultivados e pudessem ficar registrados no tempo e na história.

Considerando que “nossos passos vêm de longe”, podemos afirmar que os passos de Jonathas Salathiel trilharam caminhos, não sem percalços, e abriram portas para outras possibilidades de lutas com afetos. Diante disso, esse Conselho é grato a todas e todos que vieram antes de Jonathas, quem esteve em caminhada junto com ele, e às/aos que seguem seus passos, a ponto de fazê-los coletivos e compartilhados.

Expressamos nossa gratidão a todas às pessoas envolvidas e, particularmente, à família de Jonathas Salathiel.

Representantes do Núcleo de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Gestão 2016-2019

Coordenadoras:

Ivani Francisco de Oliveira (2019)
Marcia Santo Miranda (2016-2019)

Subsede Assis:

Anna Carolina Alencar Betine
Jéssica Franco Ferreira

Subsede Bauru:

Aline Nogueira Silva
Luciana Dantas de Oliveira
Rosimeire Ferreira

Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira:

Letícia da Silva Moura
Márcia Santos Miranda

Subsede Campinas:

Angélica Janones Silva
Cinthia Cristina da Rosa Villas Boas
Lazaro Edson de Souza

Subsede Grande ABC:

Edílson Claudino Bicudo
Fabiana Villas Boas da Silva
Luiz Henrique Lourenço Santos das
Dores
Maria da Glória Calado

Subsede Metropolitana:

Débora Medeiros de Andrade
Jéssica Tomaz da Costa Silva
Mariana da Costa Pedro Nogueira
da Luz
Tereza Cristina de Oliveira Sales

Subsede Ribeirão Preto:

Adriana Moreira Alves
Beatriz Cristina da Silva

Subsede Sorocaba:

Clara de Lima Patrizi Jorge
Maria Sueila da Silva Ferreira

Subsede São José do Rio Preto:

Ananda Luísa Souza Santos
Juliana Mogrão Moreira
Tatiana Maria Sant'Ana Lopes
Blanco

Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte:

Andréia Fernandes do Carmo
Ariana Aparecida dos Santos
Ricardo Xavier de Araújo

Instituições Parceiras

Instituto AMMA Psique Negritude

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

SinPsi - Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo

Roda Terapêutica das Pretas



“As pegadas das pessoas que andaram juntas nunca se apagam”

[Provérbio Congolês]

Sumário

12 Apresentação

Categoria Psicólogas

16 **Maria Vitória Paiva**
Prática de letramento das relações étnico-raciais em grupo terapêutico

34 **Kwame Y. Poli dos Santos**
Ética intercessora e micropolítica de aquilombamento - trabalho do psicólogo no enfrentamento ao genocídio negro

Categoria Estudante

52 **Nathália de Souza Machado dos Reis**
Primavera periférica: caminhos decoloniais da subjetividade a partir dos saraus periféricos

86 **Gabriel Rodrigues Mardgan**
Estratégias de ensino - aprendizagem das relações étnico-raciais de professores de psicologia social

Categoria Relato de Experiência e Criações Artísticas

112 **Jessica Moura Silva Santo**
Terça Afro: território de afetos

118 **Lubiana Prates Raimundo**
Um corpo negro

Categoria Redes e Articulações

126 **Priscilla Soares Prada**
A parceria NURAAJ e AMMA Psique na prática da clínica do SEDES

134 **Mariana Luciana Afonso**
Mulheres da Luz: Nota de intervenção psicossocial com mulheres negras em situação de vulnerabilidade, prostituição e exclusão social

151 Homenagem



Apresentação

O Núcleo de Psicologia e Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) reúne e apresenta nesta publicação os trabalhos selecionados no “Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais” realizado em 2018.

O Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais foi criado com a finalidade de estimular a produção de artigos da área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens – fotografia, imagens, poesias, músicas e outras – a respeito da violência causada pelo racismo e dar visibilidade para produção em saúde mental e relações raciais.

Foram selecionados trabalhos em quatro categorias – psicóloga/o, estudante, relato de Experiência e criações artísticas, redes e articulações. Puderam participar na categoria Psicólogos/os, os profissionais com inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP SP. Na categoria Estudantes, participaram estudantes de graduação matriculadas em curso de Psicologia reconhecido pelo MEC, no Estado de São Paulo. Já na categoria Relato de experiência e criações artísticas foram inscritas criações artísticas e experiências de pessoas, psicólogos/os ou não, referente ao tema das relações raciais. E, por fim, na categoria Redes e Articulações, puderam se inscrever grupos que tivessem psicólogos/os entre os membros com comprovada prática em torno do tema das relações raciais.

A Premiação é uma homenagem ao psicólogo Jonathas Salathiel, pela sua atuação para o reconhecimento da centralidade da questão racial em um projeto comprometido com uma sociedade melhor – porque mais igualitária – em que o combate ao racismo deve ocupar todas as pautas. Sua incansável luta contra todas as formas de discriminação racial, faz ecoar ações propositivas neste conselho de

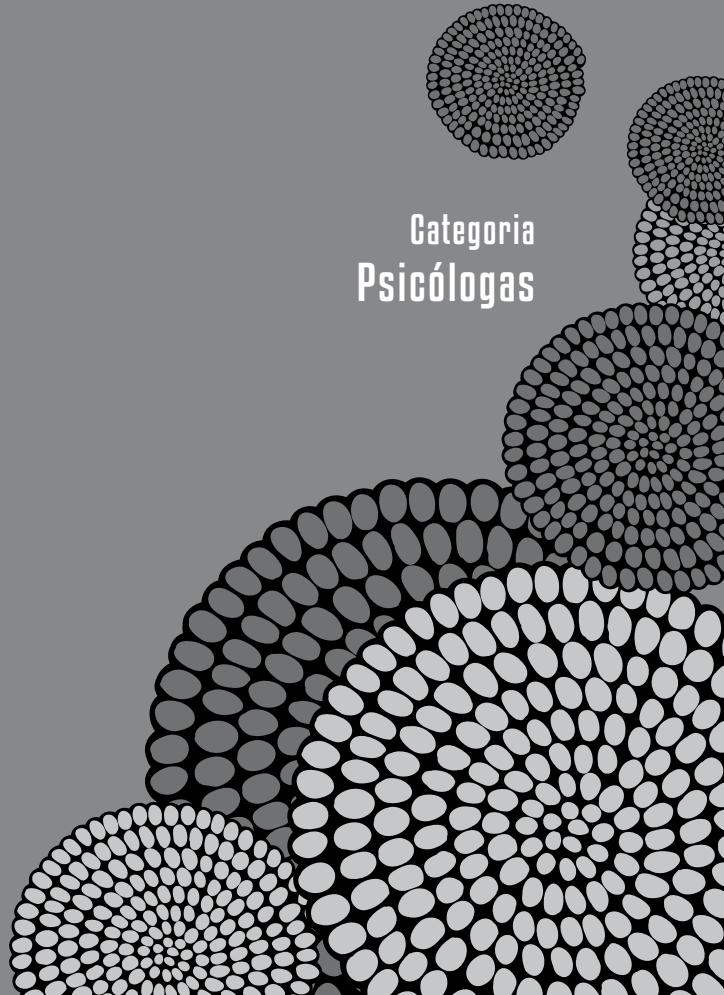
classe e possibilita o lançamento de documentos orientadores sobre os efeitos do racismo para a população negra e também na criação de um grupo interno para pensar as questões raciais, organizado hoje como Núcleo de Psicologia e Relações Raciais.

O Núcleo de Psicologia e Relações Raciais surge na continuidade da ação contundente do tão estimado conselheiro Jonathas José Salathiel da Silva, *in memoriam*, que trouxe para o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo essa complexa realidade, ao convocar a categoria profissional para a criação efetiva de um Grupo de Trabalho que discutisse as questões raciais, em março de 2014; posterior a muitas ações de outras mulheres e homens que foram protagonistas e ousaram falar do tema para dentro da categoria.

Instituído no reconhecimento de que o racismo está presente nas relações sociais cotidianas, na necessidade de implicar a prática profissional e ciência psicológica com demandas das relações raciais na singularidade de cada pessoa, nas instituições e nas comunidades. O núcleo é responsável por assessorar e executar as decisões do CRP SP em temas de defesa de direitos humanos relacionados ao compromisso ético-político e princípios éticos da psicologia; identificar e elaborar estratégias para a reflexão sobre o sofrimento causado pelo racismo e preconceito; executar ações de combate à discriminação racial contribuindo com o seu conhecimento para reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo e compreendendo que este atinge diversos grupos étnicos. São diretrizes e dispositivos legais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Constituição Federal, o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Resolução nº 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial.



Categoría
Psicólogas



A grayscale photograph of a diverse group of people, including women and men of various ethnicities, smiling and talking in a circle. The image is slightly faded and serves as a background for the text.

Prática de letramento(s) das relações étnico-raciais em grupo terapêutico

Maria Vitória Silva Paiva

“Uma criança cega de nascença só sabe de sua cegueira se alguém lhe contar”

Martin Luther King

Resumo

O presente artigo é o resultado de um trabalho de grupo realizado para a disciplina de “Letramento(s) das Relações Étnico-raciais”, no período em que eu estava cursando Mestrado em Relações Étnico-raciais no CEFET-RJ, de setembro de 2013 a março de 2016. Para a construção do artigo foi realizado um encontro com um grupo composto de cinco pessoas que responderam a três questões sobre raça e sobre o que é África para eles. Em seguida foi exibido um documentário produzido pelo Conselho Federal de Psicologia dentro do ciclo de debates: “Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer”, produzido no ano de 2002. Este trabalho pode ser replicado a partir da reflexão de um texto, um documentário, um filme, uma notícia de jornal, um estudo de caso, entre outras possibilidades. A proposta está em consonância com a Lei 10.639/2003 com vistas à desconstrução de identidades raciais estigmatizadas, como prática social construtiva de relações e identidades sociais e de ação no mundo e na cultura.

Palavras-chave: Letramentos; Relações Étnico-raciais; Psicologia; Grupo Terapêutico.



Introdução

Assim como uma criança que nasce cega só saberá que é cega se alguém a disser, o mesmo ocorre com uma criança negra que irá aprender que é diferente e, por isso, seus pais e familiares precisam ensiná-la que ela terá que lutar para ter seus direitos garantidos, direito de fazer parte, direito de estar no lugar que quiser, ou seja, direito de ter direitos. Isso ocorre porque o grupo hegemônico dentro da sua estrutura de funcionamento define a hierarquização dos grupos conforme o pertencimento identitário ou racial.

Não poderia ter encontrado espaço mais adequado para refletir sobre letramento(s) das relações étnico-raciais do que com o grupo “Um abraço negro”. Mesmo desconhecendo a nomenclatura, já vínhamos trabalhando essa temática no processo grupal desde a sua criação em 2011. Abaixo há algumas informações sobre o trabalho que desenvolvi no Centro de Referência de Prevenção e Combate ao Racismo da cidade de São Paulo:

Com o resultado do grupo terapêutico, apresentei três comunicações em congressos sobre essa experiência. O primeiro trabalho apresentado foi “Terapia Comunitária e diversidade étnica”, em formato de pôster, em 2011, no VI Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária Integrativa, na cidade de Santos, São Paulo. O segundo trabalho “Um abraço negro – Identidade, União e Empoderamento”, em formato de vídeo, foi exibido na II Mostra de Práticas em Psicologia, realizado em setembro de 2012, na cidade de São Paulo. Por último, em outubro de 2013, também na cidade de São Paulo, apresentei “Narrativa de vítimas de racismo em grupo terapêutico – uma abordagem discursiva” no 19º – Intercâmbio de Pesquisa em Linguística Aplicada (19º InPla) e 5º – Seminário Internacional de Linguística (5º SIL) (PAIVA, M.V.S., p. 3).

Metodologia

A atividade foi realizada em um dia diferente do que nós habitualmente nos reunimos, especificamente para refletir sobre o tema deste artigo, ou seja, práticas de letramento(s), no nosso caso, não escolar.

Antes de iniciar a atividade, foi solicitado aos participantes que respondessem algumas questões para conhecermos um pouco mais sobre a caracterização do grupo, além disso, foram feitas três perguntas sobre o conceito de raça e sobre o legado dos africanos para a formação da cultura brasileira.

As questões foram feitas pelo fato de alguns integrantes nunca terem participado do grupo “Um abraço negro” e também para termos uma ideia, mesmo que geral, da forma como eles concebiam essas questões das relações raciais, antes mesmo de entrar na temática do estudo.

A metodologia adotada foi primeiramente o acolhimento dos participantes, depois foram repassadas informações sobre o grupo “Um abraço negro”, além disso, os objetivos e o conteúdo das atividades foram explicados. Em seguida, foi solicitado que os integrantes respondessem a três questões, após isso o conceito de letramento(s) foi explicado. Além disso, os participantes foram informados de que com os resultados do trabalho do grupo seria produzido um artigo para a disciplina de Letramento(s) das Relações Étnico-raciais, que fez parte das exigências para conclusão da disciplina do Mestrado em Relações Étnico-raciais. Por fim, deu-se a apresentação do documentário: *Diversidade 22 - Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer*. Conselho Federal de Psicologia, 2002. Ao final do documentário, abrimos o espaço para as intervenções dos participantes a partir do conteúdo do vídeo.

O grupo

O grupo foi iniciado no Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo, serviço ligado à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, da cidade de São Paulo. O mesmo foi criado com o objetivo de acolher e dar suporte psicológico às pessoas que haviam sofrido racismo e estavam enfrentando dificuldades em decorrência desse problema. Essas pessoas procuravam o Centro de Referência para denunciar o crime.

No serviço, a pessoa era atendida por uma assistente social que a ouvia, acolhia a denúncia e esta era encaminhada para os



órgãos competentes. No entanto, percebeu-se que essas pessoas chegavam muito fragilizadas emocionalmente, foi então que em agosto de 2010 fui convidada para atendê-las. Com o passar do tempo, constatamos a importância da criação de um grupo terapêutico, espaço onde eles pudessem expressar seus sentimentos e trabalhar os aspectos psicossociais. Essas pessoas estavam impactadas após o episódio de racismo do qual foram vítimas e por isso precisavam de um apoio.

Em fevereiro de 2011 iniciamos com o trabalho em grupo. Lá, as pessoas eram convidadas a participar e a levar familiares e amigos. O objetivo geral do grupo “Um abraço negro” era falar do sofrimento em decorrência do racismo, o fortalecimento da autoestima, dos vínculos familiares e solidários, e, principalmente, sensibilizar os integrantes para a importância de assumirem uma postura mais assertiva diante das situações de discriminação racial. Além disso, a ideia era levá-los a entrar em contato com os valores da sua herança ancestral para potencializar o desenvolvimento humano e a integração consigo mesmos. Desse modo, eles podem adquirir equilíbrio físico, mental e comunitário.

Durante um período de dois anos e oito meses nos reunimos uma vez por mês no Centro de Referência. Durante seu tempo de existência, laços de amizade foram criados, e uma rede de apoio se formou. Além disso, foi construído um espaço que potencializou a reflexão de temas fundamentais para o fortalecimento das identidades pessoais e coletivas.

Sobre Letramento(s)

O uso do conceito de letramento se deu na academia com o objetivo de separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, visto que este último destaca as competências individuais no uso e na prática da escrita. Desse modo, discute-se a melhor utilização da terminologia letramento no lugar de alfabetização, considerando que esse conceito é mais abrangente e leva ao desenvolvimento da consciência crítica, flexibilização da cultura e um processo de libertação.

Letramento não no sentido de aprender a ler e escrever, aqui, a terminologia tem relação com a multiculturalidade presente no nosso país, uma vez que existem grupos mais vulneráveis e essa vulnerabilidade gera insucessos devido ao racismo, em especial, no acesso à educação. Tendo em vista que a educação transforma e é transformada com a participação dos diferentes agentes culturais e sociais, se faz urgente enfrentar os mecanismos que geram assimetrias para o grupo negro.

Pelo seu caráter social e cultural, letramento tem caráter transformador. Segundo Soares (2000, p. 37), com o letramento, uma pessoa “muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura e sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais, torna-se diferente” (p. 186).

Podemos compreender letramento(s) de um modo plural ou “um conjunto de práticas sociais, cujos modelos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder” (SOUZA e SITO, 2010, p. 31).

Caracterização entrevistados

Participaram da reflexão para construção deste artigo cinco pessoas, sendo duas do sexo masculino e três do sexo feminino. Com relação à raça/cor, três se declaram negras, uma parda/negra e uma oriental.

A idade dos participantes está na faixa dos 27 aos 65 anos de idade, sendo quatro adultas e uma da terceira idade. A escolaridade do grupo variado ensino médio à pós-graduação. A renda familiar dos integrantes se situa entre dois a nove salários-mínimos.

Questões para dialogar com os participantes

1. O que é raça para você?
2. O que é a África para você?
3. Qual a contribuição dos africanos para a formação da cultura brasileira?



Quadro das respostas individuais:

Raça/cor	Resp. 1	Resp. 2	Resp. 3
Parda/negra	Uma forma de distinguir as pessoas por características físicas e culturais.	Um lugar muito distante, mesmo que seja o berço da humanidade. Um lugar ainda misterioso que gostaria de conhecer. Sei de alguns problemas de lá, mas quero um dia experimentar este continente.	A contribuição é grande e pode ser constatada na música, na religião, na culinária, na influência na língua portuguesa, nas danças (folclóricas, religiosas etc.) e, também, na economia (mão de obra, mesmo que escrava).
Japonês	É o conjunto de características físicas que possibilita determinar um grupo.	Um continente que sofreu segregações históricas e que está sofrendo as barbáries até hoje, devido ao baixo desenvolvimento amoroso dos homens.	Assim como todas as etnias e origem/cor, os africanos influenciaram a cultura brasileira. O modo de pensar e agir, comidas, vestes, músicas e grandes nomes que, apesar das dificuldades, superaram as barreiras para servir de exemplo aos brasileiros.
Negra	É, por exemplo, a nossa humanidade.	Um continente de nascedouro da humanidade.	Artística, religiosa, étnica, linguística, culinária, histórica.
Preta	Raça para mim é um povo decidido por ser de pele (negra), etc.	África para mim é um dos nossos.	Deram muitas contribuições, mas que até hoje não foi reconhecida.
Negra	O que vem da raça negra.	É um povo sofrido, muitos vêm da miséria e carregam a negritude como símbolo de uma raça.	Eles contribuíram com o suor, com a força e a inteligência.

Conceito de raça

Na década de 1950, o modelo nacional que articulou raça e sociedade se tornou tema de interesse científico em vários países. No clima do pós-guerra, a UNESCO promoveu diversos estudos sobre as relações raciais no Brasil. Esse tema ganhou interesse nesse período pelo fato de pesquisadores do período de 1930 apontarem para a superficialidade da igualdade entre as raças no país. Tais investiga-

ções colocaram em questão o mito da “democracia racial”, conforme mencionam Maio e Ventura (1998, p. 23).

1. “Raça” é um conceito taxonômico de limitado alcance para classificar os seres humanos, podendo ser substituído com vantagens, pela noção de “população”. Enquanto o primeiro termo refere-se a “grupos humanos que apresentam diferenças físicas bem marcadas e primordialmente hereditárias”, o segundo refere-se a “grupos cujos membros casam-se com outros membros do grupo, mais frequentemente que com pessoas de fora do grupo e, desse modo, apresentam um leque de características genéticas relativamente limitado.

2. De qualquer modo, chamem-se esses grupos de “raças” ou “populações”, a diversidade genética no interior dos mesmos não difere significativamente, em termos estatísticos, daquela encontrada entre grupos distintos. Desse modo, nenhum padrão sistemático de traços humanos – com exceção do grupo sanguíneo – pode ser atribuído a diferenças biológicas. E esse último traço, por seu turno, não coincide com os grupos usualmente chamados de “raças” (PAIVA, p. 2015, p. 15).

Bento (2002 apud PAIVA, 2015, p. 24) destaca que a miscigenação ou o branqueamento é uma visão racista, que pretende levar o país a perder aos poucos as características negras e o negro suas características raciais. A ideologia da democracia racial criou uma falsa interpretação do Brasil tanto dentro do país, como no exterior. A autora aborda temas referentes às ideias do branqueamento no Brasil, apresentando questões subjetivas e concretas no que se refere à teoria relativa e a como essas dimensões se reforçam mutuamente, potencializando a reprodução do racismo. É frequente no Brasil considerar que o branqueamento é um problema do negro que está descontente e desconfortável com a sua condição, que procura se misturar com o branco e se miscigena para diluir suas características raciais.

A autora ainda cita que o estudo do branqueamento no Brasil possibilitou a identificação de um processo inventado e mantido pela elite branca, apontado pela respectiva elite como um problema do negro brasileiro. Com essa ideia de ser o objeto da cobiça dos negros, ou



seja, padrão de referência da espécie humana, a elite branca faz uma apropriação simbólica crucial que vem legitimando o autoconceito de sua supremacia econômica, política e social perante a raça negra.

O documentário

O documentário da série *Diálogos*, do Conselho Federal de Psicologia, cuja temática é a psicologia e as relações raciais. Ele busca destacar o sentimento e o sofrimento vivido pelas pessoas que são vítimas do preconceito racial. O mesmo está dentro do ciclo de debates: *O Preconceito Racial Humilha, Humilhação Social faz Sofrer*, produzido no ano de 2002. Nesse mesmo ano, foi promulgada a Lei 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos afro-brasileiros e africanos no currículo escolar, normatizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares do Brasil.

O documentário foi mediado pela psicóloga, na época conselheira presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Ana Mercês Bahia Bock. Foram convidados para o debate os psicólogos Marcus Vinícius de Oliveira Silva, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, e a psicóloga e militante do movimento negro Edna Roland.

O senhor Marcus Vinícius se posicionou em relação à criação da campanha que visava conscientizar os psicólogos, resgatar sua responsabilidade e sua dívida com os afro-brasileiros, que constituem mais da metade da população. Para ele, é necessário fazer chegar aos psicólogos a noção de que eles têm se omitido socialmente perante a questão, uma vez que são cúmplices do mito da democracia racial.

Este foca a campanha em três aspectos, a saber:

1. Uso da psicologia e papel dos psicólogos na discriminação dos processos de seleção para o mundo do trabalho;
2. Inabilidade dos psicólogos que atuam na clínica para perceberem certas dimensões da problemática psicológica dos seus clientes, que são devido à sua condição de afrodescendentes.

3. Atuação nos processos que acontecem no âmbito escolar, nos quais os psicólogos se omitem na elucidação de muitas problemáticas psicopedagógicas estabelecidas a partir da identificação étnica das crianças, uma vez que os livros de história colocam os negros que foram escravizados como seres inferiores.

A partir desses pontos, os entrevistados construíram suas falas. Silva falou dos estudos comparativos que demonstram que crianças que tiveram mais liberdade para se expressarem livremente sua identidade racial na escola têm um desempenho melhor do que aqueles que não tiveram essa liberdade, entre outras questões.

A psicóloga Edna Roland, que foi relatora da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul em 2001. Sobre a III Conferência, de acordo do Sito e Souza (2010, p, 31):

Um dos seus resultados constituiu na elaboração de uma declaração, bem como de um Programa de Ação, dos quais o Brasil é signatário, com orientação às nações na proposição de ações afirmativas em favor de grupos historicamente injustiçados e contra todos os entraves que digam respeito ao desenvolvimento pleno da sociedade.

Roland fala da importância de considerar o racismo como uma violação de direitos, ou seja, do ponto de vista do direito, focando na pessoa que humilha, o agressor. Ela teme que tratar o racismo sobre o ponto de vista da humilhação possa inferiorizar a vítima, como se ela não tivesse saída. Assim, ela defende que o racismo deva ser encarado sob a perspectiva do criminoso, com foco no discriminador, pois racismo é crime previsto na Lei 7.716/2003¹. Ela também defende que seja aplicada pena pecuniária ou de reparação ou ambas.

Ainda, de acordo com Edna Roland, é importante considerar a contribuição que o povo negro pode oferecer para uma perspectiva real de igualdade, a fim de alcançar um processo de libertação e de liberação a partir de sujeitos psíquicos e éticos depositários de

1 Qualifica o racismo como crime imprescritível e inafiançável, punível com prisão de dois a cinco anos e multa.



valores humanos que possibilitem o resgate da sociedade racista. Isso poderia iluminar a sociedade a partir de uma concepção real de igualdade de outro mundo possível. Além disso, é importante que o negro se coloque na posição de sujeito e não de vítima.

Além da omissão, Roland também lembra a ação da psicologia em reformar as ideias racistas a respeito dos negros, citando *The Bell Curve*, pesquisa apresentada pelo psicólogo norte-americano Charles Murray e o sociólogo Richard Herrnstein, publicada em 1994.

Tal teoria defende, grosso modo, que negros e brancos têm QI diferentes, que os brancos têm QI superior aos negros e que os judeus possuem um QI superior se comparado às duas raças anteriores. Ou seja, é a naturalização das desigualdades raciais, o determinismo biológico tão propagado pelas teorias eugenistas ao longo do século IX e que ressurgem com força no final do século XX. A teoria é propagada justamente por uma ciência que surgiu com o propósito de contribuir com as potencialidades e possibilidades humanas infinitas.

A referência técnica do CREPOP – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas sobre Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática do(a) Psicólogo(a)² do Conselho Federal de Psicologia foi o resultado do processo de diálogo que os Conselhos vêm construindo com a categoria, o movimento negro e a sociedade em suas diversas esferas de manifestação, no sentido de se legitimar como instância reguladora do exercício profissional.

Dialogando com as ressonâncias do grupo

RESSONÂNCIA 1 - Quando o psicólogo falou que o ambiente escolar onde as crianças eram estimuladas a não sofrerem discriminação, a agirem com naturalidade, elas se sentiam mais livres para serem elas mesmas.

2 Essa referência foi construída com base nos princípios éticos e políticos norteadores do trabalho das(os) psicólogas(os) e nos elementos sensíveis que perpassavam as desigualdades raciais no Brasil na atualidade. A proposta desse documento é instaurar uma reflexão sobre a atuação e compromissos da psicologia no campo das relações raciais e mais especificamente do sofrimento psíquico oriundo do racismo presente na sociedade brasileira, partindo da elaboração de diretrizes compartilhadas e legitimadas pela participação crítica da categoria a partir de suas contribuições.

Por ela ser diferente ela acaba não se desenvolvendo pela falta de motivação. Ela acha, assim, ela mesma acredita que é mais burra porque todo mundo está falando, então ela acaba assim, acreditando numa mentira, né. Algumas pessoas sentem a necessidade de sentir superior a alguém. Aquela que está assim, a minoria. Ela tem que inventar alguma regra para inferiorizar a pessoa para ela se sentir superior e isso acaba prejudicando o desempenho da pessoa. Ao invés de valorizar todo mundo, desestimula a criança a se expressar como ela é. Ela pode ser superinteligente, mas só pelas pessoas comentarem: essa aqui tem cara de burrinha o outro nem vai ouvir o que ela falou e isso a desestimula mesmo que ela seja brilhante. Apenas pela aparência ela foi desestimulada e acaba não tendo o desempenho que teria, pela aparência. A aparência não diz nada sobre a ideia dela. (Entrevistado 1, 1/2/2014).

Fanon (2008) construiu seu pensamento baseado na ideia de libertação das correntes e da reivindicação de uma nova atitude frente aos desafios para a alteridade do negro. Para ele, a ideologia de supremacia da cultura branca é perversa e leva o diferente, nesse caso, o negro e o colonizado, a assumir uma postura de dependência gerada pelo complexo de inferioridade construído no processo de hegemonia da cultura europeia. Desse modo, Fanon aborda a construção do processo de dominação a partir da linguagem e das relações sociais estabelecidas entre colonizador e colonizado, criando relações desiguais. Nesse ponto, podemos observar a noção de assimilação que é reforçada pela linguagem e: “O preto, escravo da sua inferioridade, o branco escravo da sua superioridade, comportam-se ambos segundo uma linha de orientação neurótica” (FANON, 2008, p. 72).

RESSONÂNCIA 2 - Eu não sei qual é a minha cor, se sou pardo, negro, coloquei as duas coisas na ficha. Nunca pensei nisso, na minha família, minha mãe nunca conversou sobre isso.

Agora assistindo ao filme fiquei pensando que talvez nos escoteiros, talvez eu tenha passado por isso. Tinha um chefe lá que eu sei que era racista, talvez outros também, talvez eu não tenha percebido. Mesmo no



trabalho, talvez eu não tenha percebido muitas situações. Como eu trabalho com muitas mulheres, minha chefe é mulher, talvez muitas coisas que aconteceram tenham sido por minha cor (Entrevistado 2, 1/2/2014).

Para Fanon, há uma tendência do negro da colônia negar seus antepassados africanos e identificar-se com o colonizador. Esse comportamento é comum e geralmente ocorre como uma tentativa de não ser o centro das atenções, de ser apontado como o outro, o exótico.

Hall (2000) apresenta teorias de embasar o processo de constituição da identidade, de acordo com a teoria psicanalítica, a formação da identidade se dá pela superação do Complexo de Édipo e pela constituição do Ego por meio do Estágio do Espelho, ou seja, a alteridade só é possível a partir do contato com o falso *self* e da ambivalência na relação com as figuras parentais.

Depois tivemos que enfrentar o olhar branco, um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldade na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um reconhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas (FANON, 2008).

RESSONÂNCIA 3 - Eu acho que o racismo vem da falta de educação, resquício da ditadura militar. Penso que o racismo é pela falta de educação do povo e pela justiça não funcionar.

Não acontece nada com a pessoa que comete racismo, no máximo vai pagar uma cesta básica. Comigo aconteceu de eu ser chamada de todos os nomes que vocês possam imaginar, ter a minha privacidade violada pelas redes sociais, da minha vizinha ter jogado merda na minha porta, tudo isso porque ela sabia que eu não era boba, que eu era melhor do que ela. Fiquei arrasada, entrei em depressão, procurei a justiça e não tive nenhum apoio. Tem que mudar o Código Penal senão o racista vai continuar impune. Foi a psicologia que me salvou. Enquanto a lei não for mais séria, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha que tomou um rumo internacional, que o Brasil foi denunciado, se não for assim, nada é feito.

Existe uma fragilidade social, falta reivindicação, fragilidade social da comunidade. O racismo marca pelo resto da vida, dói na alma.

Na própria delegacia se dificulta registrar a denúncia de racismo, os próprios funcionários dizem que não vai dar em nada. As pessoas que deveriam apoiar as vítimas, as desestimulam (Entrevistado 3, 1/2/2014). Em nosso país continental, marcado por tantas diferenças sociais, religiosas, culturais e regionais, persiste a justa luta para extirpar (ou ao menos diminuir) a existência do preconceito e da discriminação, ou seja, para que se possibilite a concretização de real direito à igualdade. Contudo, as questões atinentes a tão relevantes temas estão sendo relegadas a um segundo plano, principalmente na seara do direito, e ainda mais, no campo do direito penal (SANTOS, 2010, p. 24).

Assim, o autor refere-se à ausência de “penalistas” que debruçasse sobre a temática. Alguns chegaram a sustentar a ausência de preconceito ou discriminação relevante entre nós, e compararam nosso país com os Estados Unidos e a África do Sul, para afirmar que vivemos num paraíso de convivência social e religiosa.

O autor também considera que o estudo do arcabouço jurídico penal evidenciou a existência de preconceito e de discriminação na nossa sociedade. Ele procurou explicar a falta de consideração pela matéria e o reduzido número de casos formalizados, que desafortunadamente resultaram em baixos índices de apreciação por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário, propagando a impunidade no nosso meio.

Santos considera que o mito da cordialidade ou da democracia racial é uma crença de muitos brasileiros. Essas pessoas têm a tendência de negar a existência das discriminações e dos preconceitos ou minimizam suas consequências, responsabilizando pequenos grupos ou entendendo o racismo como casos isolados.

RESSONÂNCIA 4 - Antigamente, ainda predominava a lei do mais forte e a do homem sempre foi predominante sobre a da mulher porque quando tinha alguma discussão, acabava que o homem impunha sua força, gritava, às vezes batia na mulher e isso que impunha respeito. É um negócio meio bárbaro, cruel e primitivo.



O europeu por ter desenvolvido a tecnologia antes e conquistado outros países com a imposição de armas, desde a época das conquistas europeias, foi valorizado pela imposição de força, o mais forte, porque ele tinha arma e os índios tinham flechas ou os africanos da época e isso fez com que os europeus impusessem a sua lei. Era como se eles fossem melhores, mas não que fossem melhores, tinha força, mas intelectualmente não mudou nada. Acho que até é mais humanamente mais bárbaro do que o outro que está sofrendo as consequências (Entrevistado 4, 1/2/2014).

A noção de raça difere de outras noções essencialistas, como a de sexo, embora ambas se prestem às mesmas noções discriminatórias e naturalizadoras do mundo social. Entretanto, a noção de raça, diferente da noção de sexo, não se refere a nenhuma diferença física inequívoca como ocorre com a noção biológica de sexo, cuja naturalização para ser superada precisa da noção de gênero. A noção de raça classifica os indivíduos segundo critérios ambíguos, mas justificados em uma teoria específica em que a ideia de raça é central.

RESSONÂNCIA 5 - Por exemplo, o Obama (presidente dos Estados Unidos) foi um acontecimento. É normal, toda hora troca de presidente, mas só pelo fato dele ser negro é como se fosse algo impossível de acontecer. É uma coisa normal, antigamente não tiveram outros negros porque houve o preconceito, tiveram menos condições pelos seus antepassados terem sido escravizados não tiveram oportunidade para se tornar presidente, mas se a pessoa tivesse as condições iguais seria mais comum (Entrevistado 5, 1/2/2014).

Ainda hoje essas desigualdades são percebidas no nosso meio. O processo de desconstrução é lento e necessita de muita mobilização para reverter essas verdades totalizantes. Ou, conforme relato de Edna Roland, precisamos ver o povo negro como possibilidade de resgate do racista, como uma iluminação, em vez de focar na fraqueza, precisamos focar nas potencialidades.

RESSONÂNCIA 6 - Chamaram o Neymar de macaco, o Barcelona perdeu, tem vários jogadores, por-

que só o Neymar teve culpa? Eles querem descontar a raiva em alguém e pegaram o Neymar porque ele é assim, negro, e quiseram humilhar ele (Entrevistado 5, 1/2/2015).

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 1998, p. 117).

Fica a reflexão de cuidar para que os estereótipos não ocupem o lugar da pessoa. Podemos pensar no conceito de raça e gênero, não marginalizar a pessoa por ser diferente. A psicologia pode contribuir muito neste processo de desnaturalização das identidades para a constituição de sujeitos plurais: “Pessoalmente eu diria que, para um homem que só tem a razão, não há nada de mais neurotizante do que o contato com o irracional” (FANON, 2008).

RESSONÂNCIA 7 - Dependendo dos modelos de autoridade que a pessoa tem ela pode ficar frágil, dependendo de quem vem o racismo.

Os pais dão segurança para as crianças, me lembro quando a gente era criança, se acontecia qualquer coisa com a gente na escola, meu pai logo ia conversar com as professoras e deixava bem claro que ninguém ousasse mexer com as “crioulinhas” dele. Meu pai e minha mãe eram leão e leoa, eles não deixavam por menos (Entrevistado 4, 1/2/2015).

De acordo com Hall (2000), podemos pensar na identidade como não integral, originária e unificada. Ele apresenta a ideia de sistemas circulantes no sentido de mudanças constantes que consideram as complexidades, as recursividades e as contradições. É importante ampliar o foco da observação, contextualizar o fenômeno. O autor fala da importância de olhar a identidade de forma discursiva, desconstruídas, e não focar no paradigma que foram criados.



Considerações finais

Em primeiro lugar quero agradecer a cada uma das pessoas que participaram do grupo “Um abraço negro” e que contribuíram para que este artigo fosse produzido. O nosso encontro foi extremamente prazeroso.

A construção social e linguística do sujeito negro como inferior, discurso de dominação psíquica, vem reforçando a autoestima do grupo branco. Apesar disso, as pessoas que participaram do grupo estavam abertas para reflexão a respeito das ideias hegemônicas, tanto que conseguiram detectar essas reproduções no seu meio social.

A discussão foi permeada pela ideia de potencialidades da alteridade como bem foi colocado pela Edna Roland no sentido do protagonismo do povo negro no resgate da humanidade ou de outro mundo possível. “Sim, nós (os pretos) somos atrasados, simplórios, livres nas nossas manifestações. É que, para nós, o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito. Nós estamos no mundo” (FANON, 2008, p. 116).

A ideia de descolonização, de rejeitar o projeto imperial pela predominância da cultura de raiz eurocêntrica que serve como instrumento de dominação, ou seja, descolonizar as mentes, se fortaleceu muito nos últimos anos.

Refletiu-se sobre a necessidade de construir novas epistemologias como forma de resistência, baseada na alteridade de todas as culturas, do contrário, perpetua-se a alienação psíquica do negro a partir da introjeção de conteúdos geradores de inferioridade psicológica, origem do racismo e da dominação psíquica.

A prática possibilitou a construção de narrativas libertadoras de influências limitantes e de histórias estreitas e dominantes que construíram visões negativas do povo negro como pessoas “desempoderadas”, frágeis e incapazes, para reescrever novas e ricas histórias de esperança como forma de emancipação pessoal e social.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) em políticas públicas de relações raciais**. Brasília: CFP, 2013.

Conselho Regional de Psicologia SP. **Diversidade 22 – Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer, 2002**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i_s-kTC8g94.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. In: Tomas Tadeu da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

IRAY, Carone e BENTO, Maria Aparecida Silva (organizadoras). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento: uma noção perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MARANHÃO, Fabiano. **Jogos africanos e afro-brasileiros nas aulas de Educação Física: Processos educativos das Relações Étnico-raciais**. Florianópolis, 2009. Dissertação de mestrado UFSC.

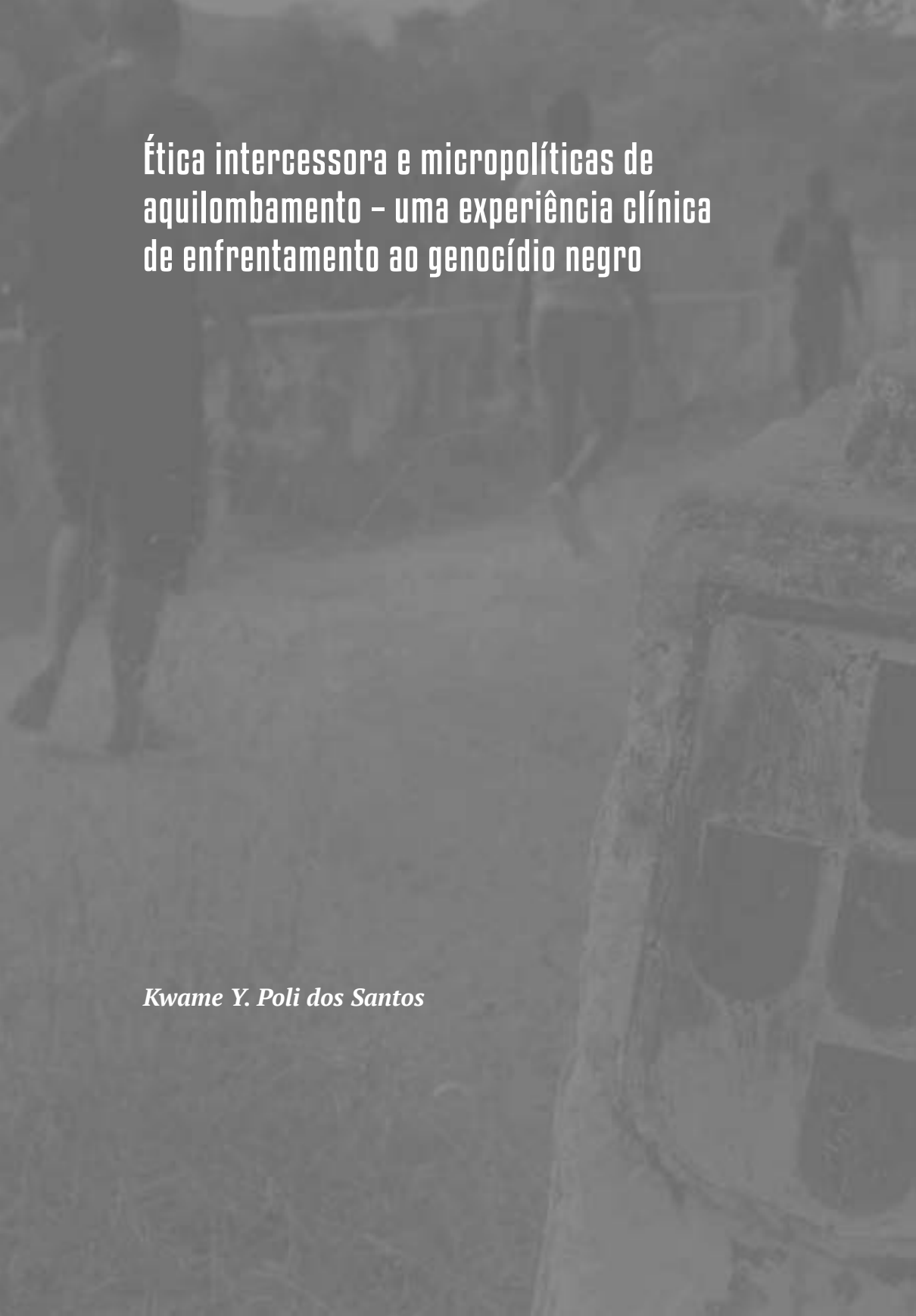
PAIVA, M. V. S. **Se é negro é suspeito, se é suspeito é negro: uma análise discursiva da produção de suspeita em notícias da Folha de São Paulo**, 2015. Dissertação de mestrado em Relações Étnico-raciais CEFET/RJ.

SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Ana Lúcia Silva & SITO, Luanda. **Letramentos e relações raciais em tempos de educação multicultural**. In: VÓVIO, Cláudia Lemos, SITO, Luanda e De GRANDE, Paula. (Orgs.). **Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisa em Linguística Aplicada**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

TAZZI, S. B. (org.). **A construção da leitura: uma experiência com crianças em meios iletrados**. Campinas, SP: Pontes, 2000.





Ética intercessora e micropolíticas de
aquilombamento – uma experiência clínica
de enfrentamento ao genocídio negro

Kwame Y. Poli dos Santos

Resumo

Como agir em um contexto de genocídio negro? Como um psicólogo negro inserido na clínica e nas políticas públicas pode responder a isso? O texto que se segue nada mais é que a tentativa de responder com a práxis a essas perguntas, questões as quais serão os eixos norteadores que seguirão por duas linhas principais que se inter cruzam: a atuação na clínica psicanalítica atravessada pelos marcadores sociais de diferença no atendimento à população negra e o percurso pelas políticas públicas (Atenção Básica, campo da Atenção Psicossocial e da Assistência Social). O ponto de convergência dessas experiências é a re-existência ao genocídio negro nas suas mais diferentes facetas. Nesse sentido, a noção do racismo como dado estruturante das relações é central; compreende-se que este modularia a nossa experiência com a realidade, sendo uma máquina de moer gente, no tocante à banalização do racismo, à sua atualidade, à presença na estrutura das instituições e ao seu caráter relacional. O racismo age na maior parte das vezes, primeiramente, na saúde mental, ou campo sensível dos sujeitos, produzindo sofrimento psíquico, ou melhor, moendo a subjetividade. No entanto, não devemos individualizar essa vivência apenas utilizando diagnósticos psiquiátricos, é preciso analisar criticamente a partir do campo ético-político, de modo que o diagnóstico não reduza os impasses produzidos pelo racismo à nomeação biomédica, assim, mascarando a vivência de violência. O racismo como moinho de gente faz parte de uma forma de governabilidade necropolítica (fazer viver alguns poucos, deixar morrer vários outros). Tornando alguns corpos matáveis e/ou, micropoliticamente (ou no campo das forças), sequestrando a sua potência de vida. Nesse sentido, a questão ética que nos movimenta é: como agir nesse contexto de genocídio negro dando passagem à diferença, afirmando a existência naquilo que foge às capturas do racismo.

Palavras-chave: Genocídio negro; ética; clínica; políticas públicas.



Ética intercessora e micropolíticas de aquilombamento – uma experiência clínica de enfrentamento ao genocídio negro

Como agir em um contexto de genocídio negro? Como um psicólogo negro inserido na clínica e nas políticas públicas pode responder a isso? O texto que se segue nada mais é que a tentativa de responder com a *práxis* a essas perguntas, questões as quais serão os eixos norteadores que seguirão por duas linhas principais que se inter cruzam: a atuação na clínica psicanalítica atravessada pelos marcadores sociais de diferença no atendimento à população negra e o percurso pelas políticas públicas (Atenção Básica, campo da Atenção Psicossocial e da Assistência Social).

Desde 2008, seguimos no caminho do consultório particular aos territórios e vice-versa. Permitindo-nos atravessar e habitar lugares de escuta fora da clínica tradicional, em seguida, para poder adentrar e instaurar uma clínica outra. Nesse encontro, entre o clínico e o não clínico, foi possível perceber que essas duas perspectivas distintas não se excluem, mas que outra posição se cria: a ética intercessora.

Ao longo dessa travessia, foram realizados diferentes mergulhos em políticas públicas, alguns acadêmicos, como na Saúde Pública, especificamente o Campo da Atenção Psicossocial; outros na carne, como na política de Assistência Social, especificamente no Serviço de Medida Socioeducativa (MS) e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)¹.

Cada mergulho deu acesso a diferentes níveis da *práxis* sobre clínica, a ética e o contexto do genocídio. Após alguns mergulhos, por vezes por zonas abissais, percebemos uma primeira premissa nas profundidades: que a Psicologia pouco havia se debruçado sobre o tema das relações raciais, quiçá do genocídio negro.

Então, foi necessário pensar essa questão de forma transdisciplinar:

1 CRAS é um equipamento territorializado do Sistema Único da Assistência Social, ele é uma das portas de entrada da política de assistência social, pois visa à inserção do usuário em programas de distribuição de renda (Bolsa-família, por exemplo), o enfrentamento às vulnerabilidades materiais e relacionais, além do fortalecimento da comunidade, construção de redes intersetoriais, a criação de um comum, entre outras funções

A clínica transdisciplinar se formaria como um sistema aberto onde o analista não apenas criaria intercessores, elementos de passagem de um território a outro, mas onde ele próprio seria um intercessor. Produzindo agenciamentos, misturando vozes, as enunciações, agora sem sujeito, nasceriam da polifonia dos regimes de signos que se atravessam (PASSOS & BARROS, 2000, p. 78)

A noção de transdisciplinaridade é uma aproximação dos campos com o objetivo de produção de um novo saber que supere a imobilidade das divisões dos especialismos disciplinares, não visando a uma estabilidade, porém, um processo de diferenciação cuja tendência não é o equilíbrio.

Nesse sentido, se nos propomos a trabalhar com o genocídio, é preciso questionar eticamente como iremos nos posicionar para agir nesse contexto e quais ferramentas de análise empregaremos; a noção de transdisciplinaridade nos auxiliará pensar quais intercessores teremos que criar para estarmos à altura dessa atuação.

Genocídio negro: matando aos poucos

O que seria o genocídio?

Segundo o Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2018), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cor da pele contribui (e muito) para que uma pessoa seja assassinada no Brasil. De acordo com o estudo, a taxa de homicídio entre as mulheres negras é 71% superior à de mulheres não negras, os homens negros jovens continuam sendo o maior alvo da violência: a cada 23 minutos um jovem negro morre violentamente no Brasil. Estes são apenas alguns dados, é preciso ir além deles e encarnar as estatísticas se queremos compreender o que é o genocídio negro.

Quando se fala do genocídio da população negra, tratamos de um fenômeno complexo e crítico, no duplo sentido da palavra “como atividade de crítica e como situação de crise” (PASSOS & BARROS, 2000). O genocídio apresenta diferentes camadas, buscaremos alcançar o seu impacto na dimensão dos processos de subjetivação.



Genocídio negro não se trata apenas do extermínio a partir da ação policial, por exemplo, antes do tiro no jovem negro, houve uma série de outras políticas públicas (educação, saúde, assistência social, etc.) que deveriam servir de rede de proteção socioassistencial e garantir a vida. Portanto, para se entender o genocídio, é preciso mencionar a violação dos direitos humanos como uma das faces do fenômeno.

Tais violações, além de terem efeitos práticos necropolíticos (MBEMBE, 2018) da governabilidade da morte, mostra que o conceito de humano é político, em que se é possível “deixar morrer alguns e se fazer viver outros”, de modo que algumas vidas passam a valer mais que outras. É preciso refletir sobre o processo como alguns corpos são investidos de vida e enquanto outros vão sendo deslocados subjetivamente para o lugar do não ser (FANNON, 2008), chegando a tornar o negro um intruso no seu próprio corpo:

Neste sentido, o estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social levou-nos, incoercivelmente, a refletir sobre a violência. A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de eu do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (SANTOS, 1983, p. 2)

Nesse sentido, o racismo é um dado estruturante das relações, isso quer dizer, entre outras coisas, que o racismo² é uma forma de mediação da realidade, influenciando profundamente a maneira como a construímos, conseqüentemente, como são constituídos os processos de subjetivação no laço social.

Para ficar mais compreensível, trago uma conversa com um jo-

2 O racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco, e muito menos uma “doença”. Se trata de uma estrutura de origem histórica, que desempenha funções benéficas para um grupo, que por meio dele constrói e mantém o poder hegemônico com relação ao restante da sociedade. Esse grupo instrumentaliza o racismo através das instituições e organiza, por meio do imaginário social, uma teia de práticas de exclusão. Desse modo, preserva e amplia os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração. (MOORE, 2015)

vem negro de apenas 13 anos, no serviço de MSE, onde se perguntou para ele qual era o seu sonho e, com cara de espanto, ele redarguiu: “Sonho? Já parei com isso!”

Fabio Herrman (1991) dizia que o mundo onírico é o melhor diagnóstico subjetivo, visto que é uma produção estética do sujeito sobre aquilo que deseja. No entanto, esse rapaz apenas dizia que já parou de sonhar – como escutar isso?

Uma leitura possível e superficial seria escutar que ele apenas não se projetava no futuro, não imaginava uma expectativa de vida muito longa; outra, mais consonante com o inconsciente, é a de que isso toca de soslaio, no seu dizer, na forma como ele produz sentido e apreende a realidade.

Era um jovem, negro, morador da periferia de São Paulo, cumprindo uma Medida Socioeducativa por tráfico de drogas. Será que ele já havia parado de sonhar, pois não queria ter mais pesadelos? Ou quem sabe ele (e tantos outros jovens) viva em um contexto tão duro e embrutecedor que sonhar, ou até imaginar outros possíveis, seja algo da ordem do impossível?

Nesse mergulho na Assistência Social e na clínica, chama a atenção a banalização da linguagem da violência, de maneira que nem se imagina que essa produza sofrimento psíquico, isto é, o sujeito começa a apresentar sintomas psicológicos, porém não os associa à violência que passou.

Desse modo, quando falamos em genocídio, referimo-nos também à morte simbólica, esse processo de assujeitamento, ou colonização da subjetividade, ou seja, ao esvaziamento simbólico do corpo negro de humanidade. Retirando seus direitos de existir, o corpo negro torna-se matável: “Tornar o Homem meramente matável é o cúmulo da indignidade moral; na verdade, é a definição de genocídio” (HARAWAY, 2011).

Nesse sentido, é preciso pensar eticamente sobre as ações que tomamos frente a esse contexto de genocídio negro: para não produzirmos, alimentarmos ou reproduzirmos violências, ou seja, para não conduzirmos os sujeitos do mal ao pior. Portanto, é preciso se refletir sobre qual o sentido das nossas ações, o que estamos produzindo diante desse contexto de iniquidade.



O imperativo ético é transversal à prática da Psicologia, independentemente da abordagem teórica, seja na clínica, ou da atuação na política pública, ele guiará nossos mergulhos, exigindo um posicionamento prático perante o contexto em que agimos.

Dessa maneira, defenderemos e começaremos a construir a ideia da ética intercessora, algo que se passa “entre sentidos”. Os intercessores, como dizia Deleuze (2013), interessam-nos pelos movimentos, não pelo que se passa antes deles, ou pelo que os causa, mas pelo que estão se dando. Como figuras híbridas que se põe a operar pelo entrecruzamento de diferentes domínios.

Eles possibilitam darmos passagem à produção da diferença, ao novo.

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores... é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê. (DELEUZE, 2013, p. 160)

Não se trata de se inventar outra clínica, entretanto, em um mergulho, compreendemos que o mais importante para não se afogar seja analisar onde há perigo de ser arrastado pela correnteza, onde as ondas estão quebrando, etc.; em outras palavras, intercessão é uma posição de inserção nas margens preexistentes, “uma maneira de colocação em órbita” (DELEUZE, 2013, p. 155), ou ainda, uma ética de “chegar entre”, ao invés de ser origem de um esforço” (idem).

Para explicar o que são intercessores, Deleuze (2013) coloca no mesmo plano: a arte, a ciência e a filosofia; de maneira que a tarefa da filosofia seria a de criar conceitos, conceito como aquilo que concebe, ou seja, o que dá passagem. Criar conceitos em filosofia, segundo ele, não seria uma tarefa reflexiva maior do que a criação de agregados sensíveis no campo das artes e se pergunta: “Como é possível, sobre linhas completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem?” (idem, p. 158)

Assim, a proposta da ética intercessora é de habitar o plano de composição (superfície onde acontece a criação), com outros movimentos de *re-existências*, onde as dimensões se interseccionam.

Uma ética intercessora para o enfrentamento ao genocídio negro

Derrida, em “Limited Inc.” (1988), questiona o conceito de contexto, ele argumenta que esse conceito nunca é absolutamente determinado, ou que sua determinação nunca é inteiramente certa ou esgotável, isto é, por mais que tentemos por meio da linguagem compartilhar um contexto, essa noção permanecerá um tanto vaga.

Quando nos referimos ao contexto do genocídio, sentimos que nunca conseguiremos transmitir os relatos clínicos de pessoas que perderam um irmão, um pai, um amigo, etc. É uma vivência impossível de se relatar, visto que, entre outras coisas, toca profundamente na dimensão da dor do luto, porém, isso se amplia, pois é um sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999).

Sufrimento ético-político é um conceito que realiza essa interface entre o impasse do sujeito e a sua dimensão psicossocial. No caso, trazemos um breve relato da clínica, de uma mulher negra, moradora da periferia que, em uma sessão, narra o pavor de que o filho seja morto pela polícia, assim como aconteceu com tantas outras pessoas próximas a ela. Antes de patologizá-la como alguém descolada da realidade, vale a pena escutar quando ela conta que um dia em que voltava do trabalho e havia muito sangue e um corpo estirado na frente de sua casa; mesmo depois do corpo ser retirado e por mais que ela limpasse a calçada, aquele cheiro de sangue havia impregnado na sua casa.

Portanto, acima, quando falamos que racismo é um dado estruturante das relações, isso significa algumas coisas, como o genocídio (a ponta do *iceberg* mais mortífera e visível do racismo) e a impregnação do “cheiro de sangue na calçada”. Após 300 anos de relações escravocratas, de relações raciais construídas de maneira desigual, corpos negros são matáveis, logo, são necessárias ações para se produzir outras relações.



Desse modo, o racismo é o cimento da pirâmide social brasileira, logo não faz sentido uma clínica que se proponha a atender vítimas do genocídio negro, sem pensar como o racismo faz parte dos processos de subjetivação. Clínica aqui é considerada inseparável da ética, assim como do plano da (micro e macro) política e da cultura (ou campo de composição, criação de modos de existência). Desse modo, de onde escuta e fala o analista na clínica? Qual o território da clínica? O que seria a ética intercessora na clínica?

A clínica só acontece no limite, nas fronteiras do eu, fora de si, em zonas anômalas de intensidades, de intersecção. A clínica interseccional, por assim dizer, localizada no “entre”, exige uma escuta do inconsciente que se movimenta, capaz de balançar, ou seja, afetar-se pela experiência da subjetividade fora do sujeito, fora da experiência do eu.

É comum escutar que Freud deu voz ao inconsciente, mas creio que seja o contrário, ele ofereceu uma determinada escuta a esse campo emergente: “... a teoria analítica do inconsciente é formulável porque já existe fora do terreno propriamente clínico, certa identificação de uma modalidade inconsciente do pensamento” (RANCIÈRE, 2009, p. 11). Freud interpretou fenômenos avessos à racionalidade moderna e possibilitou que estes servissem de exemplos de sua descoberta, visto que estes “são em si mesmos testemunhos de um determinado inconsciente” (idem).

O mergulho na psicanálise e sua perspectiva do inconsciente permitiria uma precaução na escuta de alguns elementos discursivos anódinos, no entanto, não poderia esquecer uma cena presenciada em um mergulho no CRAS, em que um colega quase caricaturalmente, na angústia perante as demandas sufocantes de saúde mental, tentou reproduzir as práticas de atendimento de um consultório privado no serviço público, realizando atendimentos psicoterápicos individualizados para pessoas com grave sofrimento psíquico. Não é preciso dizer que o intento foi um fracasso, pois se acabou privilegiando poucos, em detrimento de uma maioria que permaneceu desassistida.

Desse modo, é preciso pensar como estar à altura do trabalho com genocídio, fenômeno que nos envolve, constitui nosso processo de subjetivação, como construir um posicionamento ético-clíni-

co à altura, senão um que se deixe atravessar pelas intersecções dos marcadores sociais de diferença. Nesse sentido, para trabalhar com o atravessamento dos marcadores sociais de diferença na clínica, faz-se necessário produzir conexões e intersecções (CRENSHAW, 2015), visto que estas não estão dadas *a priori*.

A ética intercessora na clínica é a composição de uma perspectiva de escuta atravessada pelos marcadores sociais de diferença (gênero, raça, classe social e orientação sexual). Essas intersecções promovem desestabilizações da noção de identidade, visto que o indivíduo se torna uma multidão, uma polifonia desejante.

Já não falamos de humano universal sem gênero, ou sem cor, sabemos que o conceito de humanidade é político; assim, para escutar e dar passagem à potência dessas vozes, por vezes silenciadas, é preciso produzir uma ética intercessora.

Micropolíticas de aquilombamento

Quando abordamos nesse texto identidade racial, de gênero, por exemplo, estamos longe de essencializá-la, ou de equipará-la à ideia de personalidade, pelo contrário, identidade é considerada em uma perspectiva foucaultiana (1979), em que essa é um efeito do biopoder sob o corpo. Então, a partir da experiência das vivências que aconteceram, das identificações construídas a partir da cartografia cultural vigente (ROLNIK, 2018), por exemplo, eu me assumo como negro, homem, heterossexual e cisgênero. Não se nasce negro, torna-se negro e, como já explicado acima, essa é uma experiência bastante mediada pela violência do racismo (SOUZA, 1983).

Nesse sentido, antes de tudo, o racismo age no âmbito estético, ou seja, na sensibilidade do sujeito, fazendo-o se sentir um intruso dentro do próprio corpo e esse processo de aniquilamento é material de trabalho da clínica, pois nos dá ferramenta para entender o genocídio em sua face de sofrimento psíquico que pode levar até ao suicídio.

Para isso, gostaríamos de aprofundar o nosso mergulho na discussão com a dimensão micropolítica do genocídio negro, visto que essa dimensão nos permite convergir experiências tão diversas narradas aqui (clínica e políticas públicas) que parecem ter um oceano



de distância, porém têm algo comum a elas: o campo das forças, a micropolítica

Elas [dimensão macropolítica e micropolítica] dizem respeito a duas das múltiplas experiências simultâneas que fazemos do mundo, as quais resultam de duas distintas capacidades de que a subjetividade dispõe de apreendê-lo. A primeira é a experiência imediata, baseada na percepção e que nos permite apreender as formas do mundo em sua concretude e contornos atuais. Tal modo de apreensão é inseparável da cartografia cultural vigente (...) é a experiência do assim chamado “sujeito” (...). Um outro tipo de experiência que a subjetividade faz de seu entorno é a que designo como “fora-do-sujeito” ou “extra-pessoal”: é a experiência das forças que agitam o mundo enquanto corpo vivo e que produzem efeitos em nosso corpo em sua condição de vivente. (ROLNIK, 2018, p. 9-10)

Tais experiências de mundo não são separadas, pelo contrário, são simultâneas, indissociáveis e se compõem de maneira paradoxal; é nesse tensionamento que o desejo é convocado a agir.

Nesse sentido, por serem experiências incontornáveis e invocam a ação micropolítica, como dissemos no início, é preciso pensar a partir do plano das forças sobre qual posicionamento micropolítico será tomado frente a determinado acontecimento. Em consonância com a discussão sobre a ética intercessora que vem sendo construída nesse texto sobre o genocídio, achamos oportuno trazer a proposta de David (2018) do dispositivo institucional de “aquilombamento dos CAPS”.

David (2018) traz uma importante contribuição ao campo tanto da clínica como das políticas públicas. Seu trabalho é mais especificamente ligado à área de saúde mental, na sua atuação no Centro de Atenção Psicossocial Social³ - infantil (CAPSi), em que buscou transversalizar a questão racial. O autor não propõe que se invente outro equipamento de saúde mental, mas que esse se oriente sua prática aos seus usuários:

3 O CAPS é um equipamento do Sistema Único de Saúde (SUS) que é articulador central da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de saúde mental do território onde está inserido. Entre outras funções, ele é um dos pontos da RAPS responsável pelo cuidado dos sujeitos em sofrimento psíquico.

o que se chamou de aquilombamento dos CAPS, pode ampliar a potência de um agir em saúde que contribua para a promoção da equidade racial e para a desinstitucionalização do racismo. Para essa “aquilombamento”, não basta dar “visibilidade” à raça como variável “sombra”... É necessário construir ferramentas teóricas e de cuidado em saúde para a população negra, em uma posição ético-política antirracista (DAVID, 2018, p. 23)

Parte do questionamento trazido por Davis (2018) é referente à razão do CAPS nunca ter implementado Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), de maneira que apesar de grande parte dos usuários do serviço serem negros, o quesito raça não aparecia nem no discurso dos profissionais de saúde.

Nesse sentido, trazemos a experiência de mergulho nas oficinas sobre racismo institucional⁴ que realizamos em diferentes CAPS's do Estado de São Paulo, em que foi possível perceber a dificuldade dos profissionais de saúde de enxergar os usuários como de maioria negra e, também, de todos se colocarem no âmbito das relações raciais.

Realizamos algumas oficinas de racismo institucional a convite dos profissionais de saúde. A maioria das oficinas era realizada conjuntamente com todos os que compunham o CAPS (usuários, profissionais da saúde e da limpeza, gerência, etc.). Inicialmente, realizávamos uma dinâmica de grupo, com objetivo de trazer à tona a vivência de relações raciais, possibilitando que todos os participantes ali se implicassem racialmente, em seguida, aconteceu uma palestra sobre racismo institucional e, por fim, uma roda de conversa aberta sobre a vivência.

Vale ressaltar que quando foi solicitado a todos que se apresentassem, identificando-se racialmente segundo as categorias do IBGE (preto, pardo, branco, indígena ou amarelo), em todas as oficinas realizadas pairou um mal-estar, como se um véu tivesse sido desvelado.

4 “O racismo (institucional) passou a ser identificado como uma situação que poderia ocorrer independentemente da vontade das pessoas, e se reconheceu que certas práticas, realizadas por instituições, não têm atitudes, mas podem certamente discriminar, criar obstáculos e prejudicar os interesses de um grupo por causa de sua raça, de sua cor.” (SANTOS, 2013, p. 23)



Pensando a partir do campo de forças em jogo, o véu que foi desvelado é o mito fundante da nação brasileira da democracia racial, em que se defende que somos todos iguais.

Como diz Boaventura de Souza Santos (2003):

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Igualdade é algo que deve ser produzido a partir da interseccionalidade dos marcadores sociais de diferença. Desse modo, a diferença não é identitária, é a produção de diferenciação, visto que é quando chegamos ao limite das forças que agem sobre nós que a alteridade é possível, é fora de si, do sujeito, que o deslocamento para a passagem da diferença é possível.

Dessa forma, a ética intercessora funciona semelhante ao aquilombamento: “Afinal, um dos primeiros territórios do Brasil a acolher os ditos revoltos, escravos, fugitivos, selvagens, perigosos, anormais, loucos, prostitutas(os) e alcoólatras, entre outros” (DAVID, 2018, p. 121-2). Isto é, uma mudança de posição que viabilize uma alteração de perspectiva, possibilitando outros modos de vida existirem, deixando-se se afetar por essa multidão desconhecida, acolhendo o estrangeiro entre nós.

Conclusão – há que re-existir

Os mergulhos aqui colocados têm como objetivo refletir sobre a práxis no trabalho clínico e nas políticas públicas no contexto do genocídio, visando a uma outra prática da psicologia que deve se ancorar em outros pressupostos éticos. Cada mergulho permitiu visibilizar determinado aspecto da construção da ética intercessora para se trabalhar com genocídios.

Sugerimos a ideia de uma ética intercessora que se propõe a analisar o sentido daquilo que se dá entre, questiona ao que se está dando passagem.

Pensando no trabalho com o genocídio, é preciso considerar o racismo como dado estruturante das relações, caso contrário corremos o risco de não perceber o genocídio como uma forma de governabilidade, uma necropolítica (MBEMBE, 2018) constitutiva de modos de subjetivação e processos de adoecimento.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranhos a uma condição plenamente viva. (BAPTISTA, 2000, p. 46)

Desse modo, o mergulho na práxis com o genocídio permitiu analisar os atravessamentos que compõem o fenômeno para além dos importantes dados estatísticos; é preciso olhar como são produzidos os números, como os corpos se tornam matáveis (HARAWAY, 2011), o processo de desumanização que mata aos poucos:

São genocidas, porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir. São genocidas porque entendem a Ética como questão da polícia, do ressentimento e do medo. Não acreditam em modos de viver, porque professam o credo da vida como fardo. (idem, p. 49)

Portanto, a nossa atuação em contextos de genocídio deve se pautar na ética de afirmação da existência (re-existência). Pensando na *práxis* capaz de escutar o sofrimento do racismo na sua dimensão ético-política, assim como o atravessamento dos marcadores sociais nos processos de subjetivação e na produção de desvio para diferença, território privilegiado de passagem do horizonte do desejo.



Referências Bibliográficas

BARROS, M. **Retrato do Artista Quando Coisa**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

BAPTISTA, L. A. dos S. **A fábrica de interiores: a formação psi em questão**. Niterói: EdUFF, 2000.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução: Rogério Bettoni, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CERQUEIRA, D. (Coord.). **Atlas de violência**. Ipea, 2018.

COSTA-ROSA, A. Ética e clínica na Atenção Psicossocial: contribuições de psicanálise de Freud a Lacan, *Revista Saúde e Sociedade*. São Paulo, Usp, v. 20, n. 3, p.743-757, 2011.

CRESHAW, K. **Por que a interseccionalidade não pode esperar**. Tradução: Bia Cardoso, Blogueiras Feministas, disponível no site: <https://blogueirasfeministas.com/2015/10/05/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar>

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart – São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G. e PARNET, C. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro – São Paulo, Editora Escuta, 1998.

DERRIDA, J. **Limited Inc**. Tradução: Samuel Weber and Jeffrey Mehlman. Evanston, Illinois, Northwestern University Press, 1988.

FANNON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HARAWAY, D. **A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente**. Tradução: José Fonseca, *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, 2011.

HERRMANN, F. **Clínica psicanalítica**: a arte da interpretação. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KON, N. M., SILVA, M. L., ABUD, C. C. (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

MOORE, C. apud BRUM, E. Um negro em eterno exílio. *El país* (jornal), 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/31/opinion/1441035388_761260.html.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini, São Paulo: n-1 edições, 2018.

PASSOS, E. BARROS, R. B. A construção do plano clínico e o conceito de transdisciplinaridade. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 16, n. 1, 2000.

RANCIÈRE, J. O inconsciente estético. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROLNIK, S. **A hora da micropolítica**. Tradução: Josy Panão, São Paulo, n-1 edições, 2018.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

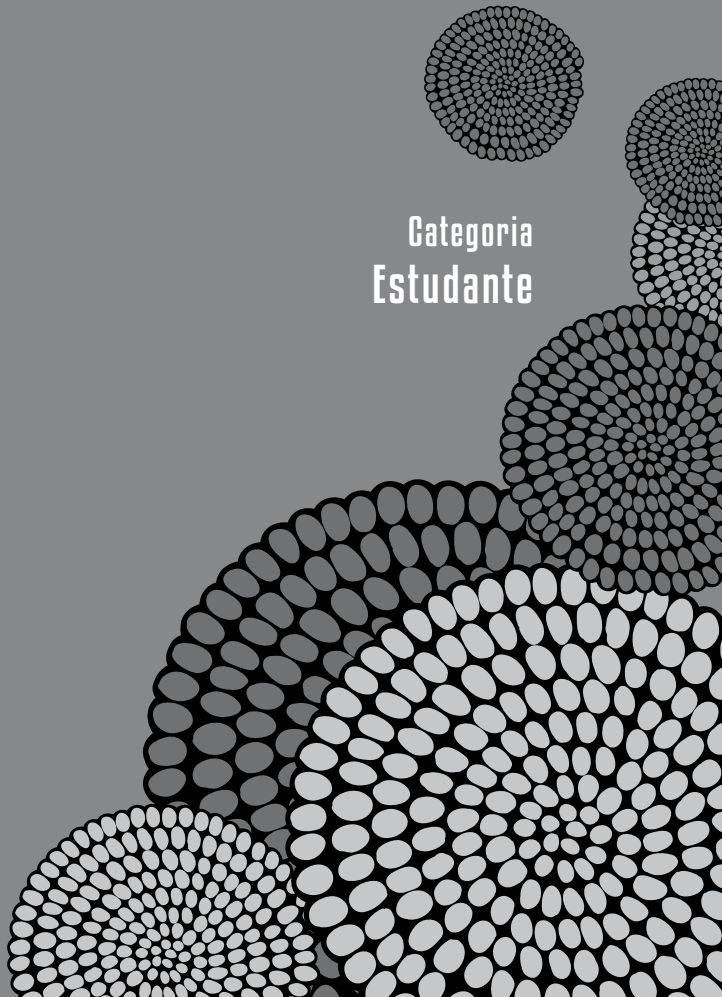
SANTOS, I. A. A. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

SAWAIA B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.



Categoría
Estudiante



A grayscale photograph of a person with their arm raised in a field of flowers. The person is on the right side of the frame, with their right arm extended upwards and slightly to the left. The field of flowers is in the foreground and middle ground, stretching towards a horizon line. The background is a bright, hazy sky. The overall mood is contemplative and hopeful.

**Primavera Periférica: subjetividade
e decolonialidade a partir dos saraus
periféricos**

Nathália de Souza Machado dos Reis

Resumo

A história da população negra é marcada pelo processo de escravidão e pela resistência a este, de modo que a partir de uma vivência marcada por dor e sofrimento, é possível emergir contra narrativas potentes e transformadoras que possuem uma dimensão subjetiva e resistem a um processo de colonialidade. Nas periferias da cidade de São Paulo, ao longo dos últimos anos, surgem movimentos de expressão e articulação da população periférica e, em sua maioria negra. O presente estudo teve por objetivo compreender aspectos da dimensão subjetiva da desigualdade racial a partir dos sentidos e narrativas de jovens negros em relação aos saraus periféricos. A partir disso, os Saraus Periféricos mostraram-se como espaços de fortalecimento das potências de seus participantes e do território em que se inserem, possibilitando o compartilhamento de saberes e histórias, além da coletivização das vivências e dos espaços para transformar a realidade.

Palavras-chave: Desigualdade Racial; Sarau Periférico; Decolonialidade.



Introdução

Nas periferias da cidade de São Paulo, ao longo dos últimos anos, têm surgido movimentos de expressão e articulação da população periférica e em sua maioria negra, no sentido do fortalecimento das próprias vivências intraterritoriais, dando voz e produzindo contra-narrativas na produção de conhecimento e transmissão de saberes.

O presente estudo tem por objetivo compreender aspectos da dimensão subjetiva da desigualdade racial a partir dos sentidos e narrativas de jovens negros em relação aos saraus periféricos. O referencial teórico utilizado trata-se da Psicologia Sócio-Histórica, que parte de uma concepção de homem como ser histórico e social que produz a sua realidade e é produzido por ela.

A relevância de se falar sobre os Saraus Periféricos consiste em dar ênfase nas histórias da população negra, contadas a partir de um olhar de protagonismo. Dentro do campo da psicologia, tal debate se faz importante na medida em que as matrizes do pensamento psicológico estão alicerçadas sobre a ideia de um sujeito universal e, portanto, desprovido de raça, gênero e classe.

O racismo epistemológico presente no ambiente acadêmico torna os saberes, história, cultura e vivência da população negra e periférica, muito distantes das teorias e práticas. Porém, tal história resiste e existe em diversos espaços. Como expressão de tal movimento, foram escolhidos os Saraus Periféricos, pois possibilitam a transmissão de histórias, retomada de aspectos da ancestralidade, a convivência intraterritorial e fortalecem narrativas de uma leitura de mundo a partir da decolonialidade.

Há uma efervescência cultural ocorrendo nas periferias de São Paulo e região. O termo “Primavera Periférica” utilizado como título deste trabalho, foi cunhado pelo Poeta Sérgio Vaz (2016) em seu livro **Flores de Alvenaria**, usado para falar sobre esse movimento cultural que floresce e se fortalece nas periferias de São Paulo. Algo potente que transforma dor em poesia, criando novas narrativas e possibilidades.

Já tem algum tempo que venho batendo nessa tecla, que estamos vivendo, culturalmente falando, a nossa

Primavera Periférica. Já estava mais do que na hora dessa gente mais do que bronzeadas mostrar o seu valor. E quem tem valor não tem preço. Só quem não anda e não vive pelas quebradas de São Paulo, ou ainda torce o nariz, não sabe do que estou falando. Uma evolução aos gritos ocorre em silêncio e somente ouvidos atentos podem escutar. A periferia de São Paulo vive hoje a mesma efervescência cultural que a classe média viveu nos anos 1960 e 1970, considerando o auge da criatividade e do engajamento artístico. (...) Se a palavra liberta, nós somos livres! E se algumas pessoas não sabem, é isso que estamos fazendo: despertando os adormecidos para que todos saibam que não há mais tempo a perder, e a felicidade, ainda que tardia, deve ser conquistada, e que ninguém mais agradeça pelas migalhas do cotidiano. A beleza de nossas palavras que ora trilham nossas veredas, brota de uma vida repleta de espinhos, mas que ninguém duvide desse perfume chamado poesia, porque é a essência da nossa revolução. (VAZ, 2016, p. 20 e 21)

O poeta apresenta a análise de um momento de efervescência cultural que se estabelece e se expande nas periferias de São Paulo. Caracterizado por um movimento de criação que compõe relatos da nossa história e ancestralidade. Relatos de dor que libertam ao ganhar voz, palavras de uma decolonialidade do saber, das vivências e das narrativas.

O termo “decolonialidade” utilizado no presente trabalho faz referência ao conceito de colonialidade cunhado por Anibal Quijano e que está contextualizado no processo de constituição da América a partir de um viés eurocêntrico, de modo que a diferença e a relação de dominação entre conquistados e conquistadores se dá a partir da noção de raça e articulação das formas de trabalho e produção. (Quijano, 2005).

O referido termo, segundo Ballestrin (2013), faz referência ao denominado “giro decolonial”, fruto da trajetória e do pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no fim da década de 90 e formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas que realizaram um



movimento epistemológico essencial para um novo pensamento na América Latina do século XXI. O termo não pode ser confundido com “descolonização”, pois não se trata de uma superação do colonialismo, mas sim, uma busca por transcender a colonialidade.

Dias (2014), ao falar da produção de María Lugones, descreve diferentes formas de Colonialidade, sendo elas: a Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser. A Colonialidade do Poder, elaborada por Anibal Quijano, expressa a dominação baseada na divisão racial do trabalho; A Colonialidade do Saber é exercida sobre o conhecimento; e a Colonialidade do Ser é a experiência física, moral e cotidiana dos sujeitos subalternizados.

Existência e Resistência a partir dos Saraus Periféricos

Meu coração é cheio de pássaros.

Por isso nunca me dei bem com gaiolas

Poeta Sérgio Vaz

Os Saraus periféricos ganham força enquanto espaços que permitem compartilhamento, reflexões e transmissão dos saberes de culturas populares, pois:

“(…) os saraus possibilitam o surgimento de redes de sociabilidades costuradas por crenças e valores comuns, hábitos compartilhados, formas semelhantes de ver, sentir e pensar o mundo que caracterizam a relação de um grupo e o espaço físico e social que superam a esfera privada e individual, recriando contatos.” (Gunutzmann, 2017. p. 32)

Pricila Gunutzmann (2017), em sua tese sobre os saraus periféricos enquanto espaços de existência, realiza um levantamento histórico. A partir de outros autores, aponta que em 2001 os saraus periféricos em São Paulo passam a usar microfone aberto, possibilitando aos moradores que declamem poesias e apresentem outras expressões artísticas. Aponta para temas presentes nesses encontros, tal como: desobediência civil, infância, trabalho, etc. A autora

parte dos poetas e ativistas Binho, Sérgio Vaz e Marcos Pezão para referenciar que os saraus periféricos em São Paulo:

“(...) são resultados da luta por cultura na região da zona sul dos anos de 1990, que aconteciam por meio da organização de shows, de publicações ou de fotografia - parte de uma geração que lutava por uma transformação na região de Campo Limpo, Capão Redondo e Taboão da Serra.” (Binho, Sérgio Vaz e Marcos Pezão apud Gunutzmann, 2017. p. 31)

Ainda, conforme Gunutzmann, o movimento de Saraus Periféricos se iniciou a partir de dois saraus: Sarau do Binho e Sarau da Cooperifa, na Zona Sul de São Paulo. A autora aponta para a discussão de esses espaços representarem, para além de possibilidades de resistência, possibilidades de existência para a população periférica.

Nesses movimentos são compartilhadas produções que retratam as vivências de moradores da periferia, que são em sua maioria negras e negros, e que têm suas histórias e experiências ocultadas dos cânones das academias. Os textos acadêmicos e as epistemologias das ciências passaram por um grande processo de embranquecimento, de modo a ocultar as narrativas da população negra, sendo este um modo de invisibilização.

As periferias apresentam suas próprias narrativas e suas próprias construções sociais da realidade. A autora resgata Tennina (2013) para apontar que a ressignificação do “ser periférico” pela poesia se dá por meio de uma ampliação dos detalhes de seu cotidiano, de modo que, ao relatar suas vivências por meio das poesias, coletiviza-se. É possível dizer, a partir do pensamento desenvolvido até então, que o ato de coletivizar-se é, também, um ato de emancipação.

Portanto, os Saraus Periféricos caracterizam-se como espaços de expressão e possibilidades de existência de populações marginalizadas da sociedade. De modo que a autora também aponta para os Saraus como espaços educativos de transmissão de saberes de uma comunidade.

Ademais, para compreender os sentidos expressos nesses movimentos de efervescência cultural periféricos, é preciso trazer a questão racial para o centro do debate, pois a população negra com-



põe grande parte da população periférica e o racismo ao longo da história traz marcas na subjetividade e na objetividade dos modos de relação estabelecidos.

Desigualdade Racial no Brasil, um processo de colonização

*“De um passado que se ancora doloroso, Eu me levanto
(...) Deixando para trás noites de terror e medo, Eu me reergo
Rumo a um amanhecer que é surpreendentemente claro, Eu me reergo
Trazendo os presentes que meus ancestrais me deram”*
(Trecho traduzido do poema Still I Rise - Maya Angelou)

O Brasil é um país fortemente marcado pela desigualdade racial. Para abordar o quadro da população negra, assim como direciona Angela Davis (2016), é importante partir do processo de escravização enquanto um legado marcante. Correlativamente, para olhar o cenário brasileiro e a desigualdade racial presente em diversos setores do país, também, é importante partir dos séculos de escravização e analisar os seus legados.

É possível ver as reminiscências desse processo até os dias atuais, pois a população negra continua tendo seus direitos fortemente violados e a história negligenciada, porém também há muita resistência e ímpeto de movimentos negros e outras iniciativas para o enfrentamento desse quadro. Uma das consequências do processo de escravização é o genocídio em diferentes dimensões, tanto físico, como cultural e epistêmica. Há um não protagonismo nos relatos das histórias pós-diaspóricas e uma insistente vinculação dessas narrativas ao ponto de vista branco e colonizador.

Carvalho (2001) escreve sobre o branqueamento dos marcos históricos, pois o fim do processo de escravização muitas vezes é relatado a partir da Lei Áurea, ou seja, a partir de um lugar no qual o branco liberta o povo negro, sem levar em conta a enorme resistência travada. Entretanto, durante o período de escravização houve

grande resistência da população negra ao regime escravocrata, tanto por meio dos quilombos, como por atos mais isolados de enfrentamento e diversos modos de resistência seguem – de diferentes maneiras e contextos – se efetivando até os dias de hoje.

Toda história é contada a partir de um ponto de vista, ou seja, não é possível uma neutralidade na produção e transmissão do conhecimento. A história, ao longo de anos, tem sido contada a partir de um olhar eurocentrado, fazendo com que a população negra se reconheça a partir de uma história de subjugação e não a partir de uma história de resistência, enfrentamento e de força da ancestralidade.

Abdias do Nascimento (2013), em discurso, problematiza os fatos históricos que anulam a luta da população negra e que colocam no branco o papel de libertador. Além disso, aponta também para um quadro maior que caracteriza a escravização e as desigualdades étnico-raciais de forma docilizada, construindo uma falsa ideia de harmonia entre raças por meio, por exemplo, da mestiçagem, tratando com tolerância e amenização um processo radicalmente violento e que deixa grandes marcas ao longo da história.

Tal história contada por um ponto de vista colonial aconteceu de diversas formas em diferentes lugares do mundo, Frantz Fanon (2008) discorre sobre o modo como o racismo se dá em um sentido de embranquecimento dos negros após a diáspora africana – o autor fala na perspectiva dos negros na França na década de 1960/70 – de modo que a linguagem, a cidade, os modos de relações e padrões europeus vão embranquecendo e apagando a identidade dos negros e isso se expressa no modo que se veem e como enxergam o mundo que os cerca. O autor também mostra como a construção da ideia de raça é constituída a partir do racismo e do olhar do homem branco.

Já sobre a América Latina, Quijano (2005) descreve um processo de constituição da América e de um capitalismo colonial/moderno a partir de um viés eurocêntrico, caracterizando um padrão de poder mundial. A partir disso, o autor aponta para dois eixos fundamentais do referido padrão de poder, sendo eles: a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados a partir da noção de raça, estabelecendo uma relação de dominação baseada em su-



postos aspectos biológicos inferiorizantes; e articulação de formas históricas de controle de trabalho, recursos e produtos em torno do mercado mundial e do capital. Dessa forma, segundo o autor, a ideia de raça, no sentido moderno, surge com a colonização das Américas e pode ter seu sentido originado das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados.

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117)

Assim, é possível apontar para a complexidade das relações raciais e para os aspectos subjetivos que perpassam tais relações, na medida em que negras e negros após a diáspora têm sua subjetividade atravessada fortemente pelo racismo.

No contexto brasileiro, o racismo se dá de forma ampla e complexa. É velado, se instala nas instituições e também tem um caráter estrutural e estruturante da sociedade. Almeida (2017), em um verbete sobre racismo na enciclopédia jurídica da PUCSP, descreve a concepção de racismo estrutural da seguinte maneira:

Concepção estrutural: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Aqui, considera-se que comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma so-

cidade cujo *racismo é regra e não exceção*. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre *mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (...)* (Almeida, 2017, *online*)

Assim, o racismo na concepção estrutural deve ser analisado como um processo político e histórico. Político porque influencia a organização da sociedade e depende deste poder para que haja uma discriminação sistemática, sendo o Estado a principal instituição política contemporânea, é por meio deste que se estabelece a divisão das pessoas em classes e grupos; e Histórico porque a forma específica segundo a qual o racismo estrutural se apresenta está ligada à singularidade do modo como a sociedade se estrutura em diferentes países e confere determinados aspectos aos diversos sistemas que a compõem. Tal dimensão estrutural do racismo tem consequências políticas e subjetivas:

A essa ‘realidade estrutural’ das desigualdades raciais se seguem consequências políticas. Isto é, se a classificação racial branco/não branco é determinante das oportunidades sociais, então ela deve também conformar as identidades políticas, rompendo a cortina ideológica do mito da democracia racial que permite, no plano político, que a ordem racial desigual seja reproduzida”. (Costa, 2002, p.11)

Desse modo, o racismo compõe um sistema de dominação, é um aspecto estruturante da sociedade e fruto de um processo de colonialidade. É considerado, como dito anteriormente, um processo histórico e político e ao longo da história são concretizadas diversas formas de enfrentamento a esse contexto.

Patriarcado-Racismo-Capitalismo, um sistema de dominação

*“Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”*

Angela Davis



O Patriarcado-Racismo-Capitalismo constitui um sistema de dominação, no qual o patriarcado é a mais antiga das opressões e o capitalismo se funde a esses dois modos de opressão (SAFFIOTI, 1987) estabelecendo um sistema de exercício de poder e sintagma estruturante da nossa sociedade.

Ao discorrer sobre subjetividade atravessada pela colonialidade, é importante trazer não somente a raça para o centro do debate, mas também as mulheres negras contextualizadas na história, pois a experiência e relato de mulheres negras é em si revolucionária. Davis (2016) fala sobre as intersecções de opressão que as mulheres negras sofreram e sofrem ao longo da história, experiências que servem como ponto de partida – levando em conta os diferentes contextos – para pensar também a mulher negra brasileira.

A autora identifica que muitos historiadores tentavam compreender aspectos do processo de escravização sem sistematizar as particularidades das vivências das mulheres negras. Percebendo a necessidade de tal sistematização, Davis (2016) faz inúmeros levantamentos históricos da complexidade do racismo ao longo dos anos no contexto dos EUA. No final de sua obra, aponta para a centralidade de entender a mulher na sua condição de trabalhadora ao longo da história.

A partir disso, a autora coloca a mulher trabalhadora doméstica como “a trabalhadora secreta no interior do processo de produção capitalista” (DAVIS, 2016, p. 236). Ressaltando a importância dessas e de seus trabalhos ocultos, tais que produzem a mercadoria mais valiosa para o capitalismo, que é o próprio trabalhador.

Ao fazer esse caminho, a autora mostra a potencial transformador das mulheres negras, pois aglutinam inúmeras opressões ao longo da história e são o âmago do sistema de produção capitalista. Sintetizam também saberes ancestrais e diversos. A autora aponta também que no período da escravização norte-americana as mulheres trabalhavam tanto quanto os homens, porém tinham uma dupla opressão, pois eram estupradas pelos homens brancos. Assim, as mulheres negras sofrem opressões que consubstancialmente interligam gênero, raça e classe.

Tal debate é importante para a psicologia no sentido de mudança na perspectiva de saber. Olhar o mundo por meio dos olhos

de uma mulher preta é o resgate de diversos conhecimentos, até então, negligenciados. Além disso, a autora ressalta a dupla jornada de trabalho que as mulheres negras carregam e os impactos subjetivos decorrentes de tal situação:

(...) consequência psicológica [do trabalho doméstico] é uma personalidade tragicamente reprimida, assombrada pelo sentimento de inferioridade (Davis, 2016, p. 243)

Tal dimensão também se mostra nos escritos de diversas outras autoras negras que contam suas histórias e também, por poetisas que falam do seu mundo de maneira tão dolorosamente sensível. É preciso se aproximar da literatura preta, periférica e marginal, para uma mudança das estruturas do conhecimento produzido. Tal mudança deve se dar no sentido de transcender os diferentes aspectos da colonialidade apontados por María Lugones, apresentados por Dias (2014), que foram mencionados anteriormente, sendo eles: a Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser.

A jovem escritora Zainne Lima da Silva (2018), em seu livro **Pequenas Ficções de Memória** traz uma perspectiva da narração da história por mulheres negras e indígenas, que são as raízes de uma nação e possuíram suas vozes silenciadas ao longo do tempo. A representatividade nas perspectivas da história é de extrema importância, pois poder dizer de si é também existir para além da individualidade e expressar as vivências de um povo.

(...) reivindico uma nova forma de escrever História, a reverência às mulheres muitas que pariram o Nordeste. (...) exijo uma história escrita pelas mulheres pretas e indígenas (...) abram os olhos e os ouvidos: agora é nossa vez de narrar. (SILVA, 2018, p.12 e 13)

Justificativa

A psicologia, ao longo dos últimos anos, tem passado por uma reformulação crítica e ocupado outros espaços de atuação para além da clínica tradicional, como por exemplo, as políticas públicas. Nes-



se campo de atuação em especial, se faz fundamental conhecer os aspectos objetivos e históricos que cercam os sujeitos – fatores sociais, econômicos, culturais, entre outros – para compreender suas subjetividades. Entretanto, tendo em vista a produção científica dos saberes psicológicos, tem-se que as distintas bases epistemológicas da psicologia pautam-se com uma noção de sujeito alicerçada na concepção de sujeito universal, sendo este eurocêntrico, desprovido de raça, gênero e classe, portanto, apresentando um sujeito inexistente, um constructo teórico, descolado da realidade.

Assim, é importante que haja uma revisão do pensamento psicológico no sentido de não mais teorizar sobre um sujeito universal desprovido de gênero, raça e classe. É preciso situar os sujeitos aos quais se faz referência e poder olhar o mundo sobre óticas que há muitas gerações resistem à colonialidade e que produzem conhecimentos que necessitam de visibilidade.

É preciso fortalecer espaços e contranarrativas, que a partir de histórias marcadas pela dor, e em terrenos por vezes áridos, fazem nascer flores. Além disso, é preciso ampliar olhares e também situar as produções brasileiras no contexto latino-americano em que se inserem, importa ampliar as conexões de saberes na América Latina a fim de constituir e veicular produções decoloniais que estão sendo produzidas em diferentes espaços, provocados por uma “desilusão colonial” que conforme Silveira (2017) consiste na:

(...) constatação de que os valores europeus não obtiveram na América Latina o sucesso civilizatório que obtiveram na sua condição de origem. Daí também que o pensamento de matriz europeia nos pareça sempre de um modelo ou de um tamanho inadequado. (Silveira, 2017)

Assim, não basta transpor os saberes europeus para o contexto brasileiro e da América Latina, é preciso encontrar os próprios parâmetros e saberes que por aqui vigoram, para assim, fundamentar nossas produções e conhecimento de mundo.

Desenvolvimento

Procedimento

Esta pesquisa foi submetida ao comitê de Ética e aprovado sob o número 79650017.4.0000.5482 e parecer número 2.505.685. Foram realizadas duas entrevistas abertas, os participantes foram escolhidos a partir do envolvimento que tinham com Saraus Periféricos e outros movimentos culturais. Nas entrevistas foram abordadas temáticas centrais, sendo elas:

História e relação com os saraus periféricos; Experiência enquanto negra(o); Aprendizados e transmissão de saberes a partir dos saraus

As entrevistas se iniciaram com a primeira temática, solicitando que os participantes falassem sobre suas histórias e relação com os saraus, a partir dessas histórias, os participantes apresentaram diferentes temáticas e as duas temáticas posteriores (experiência enquanto negra(o) e aprendizados a partir dos saraus) se desenvolveram ao desenrolar da entrevista e sendo enfatizadas pela entrevistadora.

As entrevistas foram realizadas com dois jovens participantes ativos de diferentes Saraus da Zona Sul de São Paulo, que tivessem expressivo engajamento e tempo de vivência nesses espaços. Antes de as entrevistas serem realizadas, foi apresentado e devidamente assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos. As identificações dos participantes foram realizadas da seguinte maneira:

1 - A Poeta Beija - Flor - Jovem negra

2 - O Poeta Sabiá – Jovem negro

Tais identificações não são o modo como os poetas se identificam, mas sim apenas um modo de identificá-los neste trabalho. Estas foram escolhidas tendo como inspiração um poema do Poeta Sérgio Vaz (2016) de seu livro **Flores de Alvenaria**:

“Meu coração é cheio de pássaros. Por isso nunca me dei bem com gaiolas” – Poeta Sérgio Vaz



O procedimento de análise foi feito a partir dos núcleos de significação, conforme método sistematizado por Aguiar e Ozella (2006). O material foi gravado e transcrito, em seguida foram realizadas leituras flutuantes que permitiram destacar pré-indicadores. Uma segunda leitura permitiu a aglutinação dos pré-indicadores e articulação dos indicadores. Logo após, retorno ao texto permitiu a seleção de trechos que ilustram os indicadores para que se iniciasse, em seguida, a construção dos núcleos de significação.

Resultados e Discussão

Após leituras flutuantes do material, os pré-indicadores apresentados foram aglutinados em indicadores que articulados resultaram em núcleos de significação. Podem ser apresentados de maneira sintética no seguinte material gráfico, que demonstra a articulação dos indicadores de ambas as entrevistas:

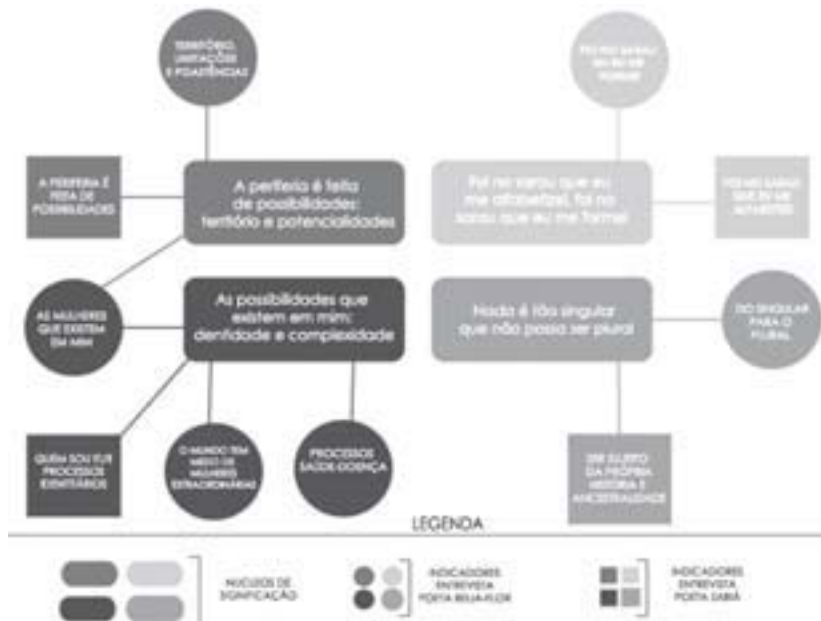


Imagem 1 – Gráfico dos indicadores de ambas as entrevistas e núcleos de significação

A articulação dos indicadores resultou em núcleos de significação, que abordam diferentes temáticas referentes ao tema. Cada entrevista foi analisada separadamente e em função dos pré-indicadores, núcleos e tendo em vista o objetivo, optou-se pela exposição, dando ênfase aos núcleos de significação.

1. A periferia é feita de possibilidades: território e potencialidades

“Minha poesia vem das ruas que os anjos não costumam frequentar”

Poeta Sérgio Vaz

As possibilidades de circulação, convívio, criação e expressão dentro de um território estão intimamente ligadas ao modo de relação que as pessoas possuem entre si e com os espaços que ocupam. Os relatos dos participantes demonstram uma periferia viva, cheia de movimento e possibilidades de atuação. Poucos são os recursos para que tais expressões se fortaleçam, porém apesar disso, há muita força e potência nas ações realizadas no sentido de dar voz às vidas que ali moram e que ali constroem suas memórias cheias de afeto.

Os movimentos de Saraus Periféricos estão diretamente ligados com as relações territoriais e com as potencialidades destes. Transformando o olhar de que a periferia é feita e produzida por faltas, tem-se, pelo contrário, um movimento de efervescência, de possibilidades e expansão que denota a vida e a capacidade de produzir. O conceito de território se configura agregando a ideia de comunidade, sendo além de um espaço físico, mas também um agrupamento composto por sujeitos potentes em suas produções e modos de ver e agir sobre o mundo e que se relacionam ativamente com esse espaço que ocupam.

Muitos desafios se dão nessa dinâmica territorial, como a dificuldade de mobilidade, entraves com moradores e comerciantes que estão no entorno das atividades e necessidade de cuidar do espaço público que, por vezes, encontra-se em más condições de uso e manutenção. O *Poeta Sabiá* diz das dificuldades de mobilidade que enfrentou enquanto era mais novo, quando sua mãe começou a frequentar Saraus:



(...) a gente ficou um tempo lá no Garajão, aí logo o cara mudou e virou o cooperifa. Aí foi pro Piraporinha, a gente foi bastante tempo... eu lembro que eu comecei a ir eu tava com 6 pra 7 anos, a gente foi parar de ir tava com 9 pra 10. Aí foi meio que perdendo o vínculo, até pela distância, porque do Taboão pra Piraporinha, e era uma vez por semana o sarau. Lembro que uma época tinha uma carona, tinha uma van que levava a gente de graça né?! A van pegava a gente ali na frente da casa do Pezão, levava pra Piraporinha e depois trazia de volta, era uma maravilha. Aí depois a van acabou, daí não tinha mais como ir, minha mãe grávida, ainda, ela já tava pra nascer, daí já começou os perrengues da gravidez né, e aí tipo, minha mãe enfim, teve que sair do emprego, vários processos. Daí tipo, a gente meio que parou de ir na cooperifa, pela distância, mas a gente já ia no Sarau do Binho, que antes era perto ali do Kennedy, que a galera chamava até de “A noite da Guela” não era nem o Bar do Binho ainda. Era numa escola ali perto da casa do Pezão, a gente começou a frequentar ali, antes de parar de ir na Cooperifa, a gente ia na Cooperifa e no Sarau do Binho. Aí depois a gente só ia no Sarau do Binho, e aí tamo até hoje aí, então de poesia já são 16/17 anos. (*O Poeta Sabiá*)

As dificuldades de transitar levaram a impossibilidade de participar de determinados saraus e decorreu na participação em um sarau mais próximo da moradia destes, possibilitando mais assiduidade e fortalecimento de vínculo.

Também a *Poeta Beija-Flor* diz sobre sua transição da participação de um sarau para a criação de um em seu território. Ela conta das dificuldades de mobilidade que tinha e também de aspectos afetivos relacionados ao trato que tinham com seus filhos em outros lugares que frequentava, fazendo com que começasse um movimento perto de onde morava. Esta fala também diz sobre os aspectos afetivos que estão atravessados na dinâmica territorial.

Eu tinha essa relação de querer dar essa continuidade nesse conhecimento com o sarau, era na época que eu tava começando a entender o role, começando a me expressar em poesia, mas ou era muito longe e ir de condução com os meninos era ruim, ou tinha essa relação de me ferir assim, porque mexe com os seus filhos,

mexe com você e você se sente mal, não quer voltar e tal. Eu fiquei nesse lugar, daí eu pensei: “Ah meu, vou trazer pra perto de mim, vou falar com o Rogério como que funciona – o Rogério (esse do Praçarau) fazia numa praça, com as mesmas características que tem o Sarau da Ponte pra Cá, uma referência do Sarau –, e vou trazer pra cá e tal né. Trabalhava em um salão de cabeleireiro, então toda segunda-feira eu tinha folga, e toda segunda-feira tinha sarau da Ponte pra cá. E daí, a proposta do Sarau era estar nessa praça, se apropriar dela, mas também revitalizar, para que a comunidade visse que tinha uma contrapartida. (*A Poeta Beija-Flor*)

Nesta fala é possível perceber a relação com as pessoas que estão no entorno, demonstrando que uma atividade cultural ali não está descolada daquela realidade, pelo contrário, faz parte dela, a movimenta e a transforma.

Também se vê, a partir das duas falas anteriormente relatadas que as saídas encontradas para os enfrentamentos dentro do território, contam com a cooperação de outras pessoas, trocas de experiências e informações, fortalecendo a noção de comunidade que está atravessada no contexto territorial.

O movimento artístico tem a potência de reverberar e atingir a comunidade no entorno, pessoas da família, amigos etc. O movimento se expande e isso demonstra uma identificação coletiva e uma co-construção desses espaços, estabelecendo assim, novas formas de convívio e de relações interpessoais no território. Tais aspectos caracterizam a esfera das relações e espaço público enquanto algo “nosso” e, portanto, passível de cuidados e atuação.

O Sarau do Binho aqui na praça é uma vez por mês, e é mais concentrado nas famílias mesmo do entorno, das comunidades, quando veio o intuito de fazer nesse horário, em um domingo a tarde. Era justamente pras crianças poderem chegar mais, pros idosos poderem chegar mais, as famílias que frequentam aqui e que moram no entorno. Porque de segunda-feira é meio complicado às vezes pra quem vem do trabalho. É o terceiro domingo do mês, o do Clariô é a segunda segunda-feira do mês. E aí também tem Sarau da Ponte pra Cá que a gente participa aqui, que era na pracinha ali, bem perto de onde era o Bar do Binho, antes de ir pro Clariô, muita coincidência. (*O Poeta Sabiá*)



O envolvimento com as pessoas do entorno e com o território possibilitam reconhecer-se a si mesmo, os outros que estão em volta e os modos de vida que ali se dão. O território se torna vivo, pois está em movimento e pode ser recriado constantemente. Na materialidade da vida, a subjetividade se dá e também se transforma constantemente por meio de uma produção ativa.

Tais movimentos também promovem uma apropriação do território no sentido de poder circular e conhecer novos espaços, fortalecer redes de apoio, se identificar com o espaço de moradia e com as produções ali realizadas que dizem respeito àquela realidade vivida.

O espaço aqui é muito bom porque traz uma efervescência cultural muito grande, isso trouxe oportunidade pra muita gente da região, não só pra trabalhar com literatura, com poesia, mas também pra trabalhar com produção. A gente sempre foi bom no que a gente faz, falando assim em termos da periferia, o pessoal daqui sempre foi muito bom no que faz, mas a gente não tinha quem produzisse a gente, incentivo organizacional mesmo de direção a gente nunca teve, aí nesse período apareceu a Dessa que era muito boa nesse lance da produção, o Pezão, ele ajudou a produzir a minha mãe tinha uma cota assim, mas na parte artística mesmo, mais na parte de dicção, de postura, quando a minha mãe ia declamar, eu fui aprendendo entonação de voz, ele ensinou tudo isso pra gente. Eu aprendi muito novinho com ele assim, e é uma base que eu levo por toda a minha vida assim, tô levando até hoje é uma base que eu tô conseguindo compartilhar com outras pessoas né, recuperar isso. Porque já tinha tanto tempo, eu pensei “Mano, eu não sei fazer isso” quando a gente tem a oportunidade, a gente vai lembrando coisas que a gente aprendeu quando criança. *(O Poeta Sabiá)*

Novamente o movimento artístico se mostra como criador de possibilidades, porém também como oportunidade para que talentos se apresentem e que trabalhos de qualidade sejam feitos. A produção de uns reverbera em outros e esse movimento se propaga.

A arte na periferia, ela dá possibilidade pro povo. Infelizmente não é todo mundo que quer enxergar, felizmente não é só a arte que pode dar esse mote, essa pos-

sibilidade, esse horizonte, porque também acho que o esporte, infelizmente no Brasil não tem investimento esportivo, mas eu por exemplo fui uma criança que cresci educado na arte, mas a minha base educacional que eu segui profissão foi o esporte. Eu jogava basquete e isso me salvou de muita coisa, como o tráfico, como roubo, ser um assaltante, um traficante... isso me salvou de muita coisa. E infelizmente nossas instituições não investem né, a não ser no futebol. E aí o futebol já é uma máfia instaurada, existem milhares de alternativas que a gente tem, principalmente na periferia. Porque a periferia é feita de possibilidades. *(O Poeta Sabiá)*

Os Saraus Periféricos, portanto, caracterizam-se enquanto espaços de criação, que recebem pouco incentivo em cenários políticos que visam à produtividade e à manutenção de uma sociedade desigual. A criatividade abre perspectivas para as potencialidades e construção da sociedade que se deseja, em que o poder e lugar de fala tornam-se ameaçadores para um sistema político-econômico que tem a alienação como um de seus alicerces.

Ademais, outro aspecto que surgiu nas entrevistas realizadas foi o fato da dinâmica territorial, em sua complexidade, abarcar uma disputa de poder entre o tráfico e outras alternativas de manifestação. Os Saraus e outros movimentos tornam-se alternativas de poder que dão voz a essa população, além da oportunidade de encontrarem-se em seu próprio mundo e serem respeitados.

O Sarau é um espaço de poder das periferias, é uma alternativa pra que esse muleque de periferia, esse menina de periferia não se empodere do tráfico. O tráfico é um lugar de poder dentro das periferias, porque esse menino ele empunha um revólver que dá o poder pra ele. O revolver pra esse muleque é o microfone na nossa mão, tem a mesma relação de poder. E a gente quer mostrar que ele pode ter esse outro lugar de poder que não precisa ser o tráfico, que ele pode ser ouvido, um poder que ele vai ter pessoas iguais a ele, que ele vai ter um respeito. Porque é isso que o tráfico trás né essa coisa do respeito, do olhar... Das pessoas olhares ele e falarem “ó lá o fulano” e o sarau trás isso também. Mas a sociedade, o sistema é tão bem



pensado que isso não é interessante, ser formador de opinião na periferia não é interessante somos bem induzidos a só servir. Então quando você tem um lugar de fala que também, cabe a sua responsabilidade do que você vai falar nesse microfone. Isso assusta né! Por isso que a qualidade de ensino na periferia é muito ruim, por isso que o prefeito ai tem cortado vários trabalhos que são culturais. (*A Poeta Beija-Flor*)

Diante disso, vale ressaltar a importância de que se efetuem políticas públicas de incentivo a movimentos culturais que dão voz e poder à população. Também destacar a relevância da efetivação de leis já existentes, resultado de lutas populares, como por exemplo, para que seja transmitido o Ensino de Cultura e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

O sarau ele amplificou tudo isso, ele deu um tônus assim de muita força, e enfim, a gente conseguiu muita força a partir disso, e eu falo institucionalmente mesmo né, a gente conquistou muitos direitos. Lei 10.639 acho que tá envolvida nisso né, o ensino de educação da história indígena, história africana dentro das escolas, tem a ver com isso. (*O Poeta Sabiá*)

2. Foi no sarau que eu me alfabetizei, foi no sarau que eu me formei

“Revolucionário é todo aquele que quer mudar o mundo e tem a coragem de começar por si mesmo”

Sérgio Vaz

Um espaço que desperta possibilidades de criação, expressão, conhecimento sobre seu território e conhecimento sobre sua própria história e a de seu povo é, fundamentalmente, um espaço de educação. Este se estabelece de maneira horizontal na transmissão e produção de conhecimentos, em contraste com a educação formal que, muitas vezes, tem ênfase no ensino para a obediência, descolado da realidade. Ambos os participantes desse trabalho falam da im-

portância do Sarau, como por exemplo o *Poeta Sabiá*, que relata os Saraus como o meio pelo qual se alfabetizou. De modo complementar, a *Poeta Beija-Flor* descreve o Sarau como um lugar de formação.

O *Poeta Sabiá* relata como o movimento do sarau reverberou entre seus familiares, indo de sua mãe para sua irmã, criando um contexto em que a família imerge nesse ambiente de potência e poesia, de forma que por meio desse movimento ele se alfabetiza. Tais aspectos podem ser compreendidos a partir dos dizeres de Freire (1989) ao se referir à importância de ler a realidade para ler a palavra e de como esses fatores se complementam.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, 9, p. 11, §3)

Assim, o *Poeta Sabiá* aprende a ler o mundo, e as palavras, a partir da poesia, imerso em um ambiente potente e criativo que o ensina a ter prazer em ler sua própria realidade.

Minha mãe conheceu o Pezão, conheceu o Sérgio Vaz e começou a escrever a partir daí, ai ela começou a se guiar, minha irmã mais velha também, e ai elas entraram nesse universo da poesia e como membro mais novo da família eu acabei acompanhando, e aí foi muito interessante porque como foi bem no meu processo de alfabetização, eu aprendi a ler e a escrever com poesia. Meu interesse na poesia foi com o sarau, ali na íntegra mesmo tudo. Ai a gente começou a ir no Garajão, não é todo mundo que sabe da história, mas o garajão é a cooperifa. Antes de ser a cooperifa era em Taboão da Serra e era o Garajão, que era o bar do Bodão. (*O Poeta Sabiá*)

Já a *Poeta Beija-Flor*, como dito anteriormente, significa o sarau como um espaço de formação. Ela conta que no ensino tradicional não aprendia sobre sua história e sobre a de seus antepassados. Afirma que aprendeu de forma autodidata sobre o seu povo e por meio de movimentos culturais que propagam essas histórias. Assim se forma por



meio de um processo de conhecimento que não passa apenas pelos cânones tradicionais, mas por saberes que dialogam com sua realidade.

Eu costumo dizer que foi no Sarau que eu me formei! A escola, esse ensino acadêmico, institucional... se você me perguntar uma fórmula de física eu não vou saber te falar e fico pensando que foram quase nove anos perdidos da minha vida. Porque meu estudo é autodidata. Porque é isso né, quando você vai se aprofundar em História e você quer se aprofundar no recorte de história Negra, não tem! Então, você vai se formar de uma forma autodidata. Não vai ter uma pessoa, não vai estudar numa faculdade que te fale. É muito difícil acontecer isso, então os saraus me formam para esse lugar. *(A Poeta Beija-Flor)*

Também é possível ver como a educação formal tem um papel de reprodução e não proporcionou, na experiência dos participantes, o pensamento crítico sobre a realidade. Reproduzindo um modelo de educação baseado na transmissão de conhecimentos, estabelecendo poucas trocas e dando pouco incentivo à produção e à criatividade.

(...) Dentro das periferias a gente não é instruído a exercer, mas sim obedecer. Você senta enfileirada na sala de aula e vai fazer o que o professor mandar, o que a diretora mandar o que o coordenador mandar. Então desde a nossa educação a gente não tem esse protagonismo da execução. *(A Poeta Beija-Flor)*

Ademais, por meio dos relatos, o conteúdo reproduzido no ambiente escolar tradicional mostra-se descolado das vivências dos participantes e não dialoga com o contexto em que se inserem os educandos.

(...) uma vez o professor apresentou Solano Trindade, que era mês da consciência negra, então era o único cara que eu conhecia, mas na escola não tinha referência de uma poesia negra. Então as referências que eu tinha era assim, eu odeio aquele livro moreninha, as pessoa me obrigaram a ler aquela bagaça e se você me perguntar uma linha do livro eu não sei, eu fui obrigada. Obrigada a ler aquela literatura, a estudar aquele material, mas não dialogava com nada do meu cotidiano, nada próximo, nada tinha relação... O cara fala de riachos e cachoeiras, meu pai tá lá trabalhando na roça... Que porra de riacho e cachoeira? Sabe, não tinha nada a ver. *(A Poeta Beija-Flor)*

3. As possibilidades que existem em mim: Identidade e complexidade

*“nem todo mundo vai compreender
Isso tudo que você é
o que não significa
que você deva se esconder
ou se calar”*

Ryane Leão

Nas entrevistas realizadas, os participantes relatam sobre os diversos papéis que precisam desempenhar e sobre a dificuldade em se entender e expressar. Nesse núcleo de significação é abordada a complexidade possível de sentidos, significações e papéis desempenhados pelos participantes. Bem como a possibilidade de ser e não ser, da contradição, e de reconhecerem-se como sujeitos.

A *Poeta Beija-Flor* fala sobre sua experiência enquanto mãe, sua tripla jornada de trabalho e as dificuldades que enfrenta. Diz sobre a experiência de ser mãe, mulher, poeta e como isso muitas vezes é um desafio e uma contradição, pois ao mesmo tempo em que estar no papel de organizadora do Sarau lhe traz gratificações e aprendizado, tal função exige muito de si e lhe atribui mais uma tarefa que é somada às que ela já exerce:

O sarau me traz esse lugar, essa ambivalência de você ter uma dupla jornada no meu caso uma tripla jornada porque ainda tem o lance de ser mãe e ver que isso é possível. (*A Poeta Beija-Flor*)

Davis (2016), aponta para a dupla jornada das mulheres trabalhadoras ao longo da história e os impactos desse fator deste fato na subjetividade das mulheres negras que sempre precisaram ser fortes, pois suas famílias precisavam delas.

Viabilizar a execução de diversos papéis é algo que exige física e emocionalmente, trazendo questões ligadas aos processos de saúde. Portanto, é importante ressaltar a saúde mental da mulher negra como um importante fator de saúde pública.



A minha primeira relação com a escrita foi o lance do desabafo, na periferia a gente tem uma relação de não cuidar da nossa sanidade mental, tanto porque não é barato, nossos pais não iam pagar um psicólogo e eles também não tem muito tempo de te ouvir. A minha primeira relação com a escrita foi o lance do desabafo, na periferia a gente tem uma relação de não cuidar da nossa sanidade mental, tanto porque não é barato, nossos pais não iam pagar um psicólogo e eles também não tem muito tempo de te ouvir. (*Poeta Beija-Flor*)

Nota-se que a expressão a partir da escrita surge como uma possibilidade de cuidado para ela. Além disso, a partir de sua fala é possível ver como a psicologia ainda é vista a partir do modo tradicional da atuação a partir da clínica particular e elitista, e como tal modo de não atinge as camadas mais pobres da população. Bem como, pouco se sabe sobre outras possibilidades de acesso à psicologia e a outros serviços, seja por meio das políticas públicas ou de outros modos de inserção profissional.

Ela também fala sobre as dificuldades que encontra enquanto mulher por estar em um lugar de liderança no Sarau. Diz sobre a dificuldade para conseguir o respeito dos homens que estão ao redor de onde o sarau se estabelece.

Nota-se que a maioria dos aspectos que a poeta traz sobre sua experiência enquanto mãe solo e enquanto mulher em um espaço de liderança estão atravessadas pelas relações estabelecidas no território, como por exemplo o convívio que estabelece com os comerciantes e moradores de rua do entorno da praça na qual o Sarau acontece.

Quando a gente muda, vai para o Campo Limpo em parceria com o CITA (Centro de Integração de Todas as Artes), aí a gente passa a fazer lá. Lá dá uma outra expansão, é uma outra realidade social, porque essa praça menor ela não tem um índice de prostituição, nem pessoas que moram na praça... ela tinha a situação de estar ociosa, mas não tinha pessoas que moravam nela, não tinha pessoas que faziam tráfico ali...Essa da divisa de Taboão já era o Sarau da Ponte pra Cá, é uma casa menor assim é dentro da Praça do Campo Limpo. É uma outra relação porque de novo eu preciso impor respeito... quadra de basquete homens que frequentam pista de skate

homens que frequentam, é difícil você ver um time de mulheres jogando. Os transeuntes de lá e as pessoas que residem lá a maioria são homens, então você tem que reconquistar aquele espaço e impor respeito mesmo. É chegar firme para ver se os caras entendem que você está em uma proposta cultural (...) (A *Poeta Beija-Flor*)

E aí, depois de sei lá 2 anos as pessoas começam a entender, ter a noção de respeito pela minha pessoa. Quando os caras da rua né, porque era uma via, os caras mexiam, os caras do bar já me defendia. “Ou mano, é a mina do sarau, respeita”. Eles passam a entender a responsabilidade social que é estar no sarau, ter esse movimento todo. A gente pendurava uma rede de livros ali na praça do Campo Limpo, que as árvores eram mais baixas. O lance dos brinquedos para as crianças, elas não precisavam ir tanto pra rua porque tinham os brinquedos infantis e tal. E aí foi muito louco esse movimento, porque começou a gerar apresentações maiores, vieram jogo de maracatu, capoeira, grupos grandes de teatro, e daí aquela praça não comportava mais aquele número de apresentações, ficou pequeno. (A *Poeta Beija-Flor*)

Em sua fala a poeta fala sobre o quanto teve que enfrentar a violência de gênero que ocorria e que dificultava a realização do seu trabalho com o Sarau naquela praça. Entretanto, com o tempo estabelece vínculo com as pessoas e com o lugar, como por exemplo, o sarau passa a trazer mais movimento para a praça, fazem ali uma intervenção com os livros, cuidam do espaço público que se encontrava abandonado. Tal movimentação muda a perspectiva e pré-concepções que os moradores do entorno tinham sobre o Sarau e passam a respeitar e participar mais ativamente.

Além disso, o *Poeta Sabiá* fala sobre as possibilidades que o sarau lhe trouxe no sentido de acessar outros espaços de convívio e aprendizado e poder pensar sobre si mesmo, se questionar e reconhecer sua própria complexidade. Ele traz a dimensão de alguém que passa a perguntar sobre sua história e a buscar espaços para conhecer os diversos modos de ser que são possíveis para ele. A participação nos saraus abre-lhe a possibilidade de conhecer novos lugares que o levaram a reflexão sobre si e sobre o seu mundo.



O que me salvou também, não foi só a questão da arte. Eu sempre tive muita sorte na minha vida, nos lugares que eu frequentei, então... eu não terminei o ensino médio, mas eu já frequentei a USP, sabe? E dentro dessa coisa de frequentar a USP, eu tava no Núcleo de Consciência Negra, e ai cercado de bicha preta. E aí, a gente discutia todo dia, todo dia a gente pautava, a gente falava do que era ser homem hétero dentro de um ambiente institucionalmente racista, opressor, eurocentrado, arcaico. A gente falava do que era ser homossexual nesse pedaço, sendo negro ou não, sendo pobre ou não. A gente falava do que era ser mulher nesse pedaço, do que é ser mulher negra, do que é ser um deficiente físico, entendeu? A gente todo dia, a gente discutia, porque era no cursinho né. Era natural, era um cursinho que 70% era negro periférico. As meninas e os meninos, então não tinha como a gente escapar desse diálogo, então pra mim foi um ano e meio que eu fiz esse cursinho, que foi tão importante pra minha formação, tão essencial esse desenvolvimento. bem nessa hora de eu começar a desenvolver minha sensibilidade sexual, de eu falar “quem sou eu?”, “o que eu sou?”, “onde eu to?”, “em que lugar eu to?”. Eu ainda acho que eu não caibo nesse rótulo de bissexual, porque é um rótulo. A gente vai muito além, é tudo um rótulo que a gente vai se enfiando dentro de caixinha né. (*O Poeta Sabiá*)

Ao pensar sobre si, o poeta pensa sobre o mundo que o rodeia. Esse aspecto aponta para a importância de espaços de educação que proporcionem a reflexão crítica e também para a relevância da representatividade na produção de conhecimento sobre a história e subjetividade da população negra. No sentido de construir conhecimento sobre essa história a partir de uma decolonialidade do saber.

O sarau, ele é uma união de artistas, todos artistas possíveis, não tem só poeta, tem músico, tem artista plástico, tem artista visual, tem produtor, tem de tudo né. E tem gente que não tá tão voltada pra arte, tá voltada mais pra essa coisa do intelecto periférico, do intelectual periférico, o Ferréz, por exemplo, né, tipo Renata Filindo, Allan da Rosa. Eles não tão muito na arte e na literatura, mas eles estão muito presentes nessa coisa de você se intelectualizar mesmo, de você tá ali dentro

do movimento acadêmico, o que é super importante e essa identidade preta e pobre, pobre mesmo, periférica que não precisa de dinheiro pra se manifestar, o preto periférico, a gente tem isso. (*O Poeta Sabiá*)

4. Nada é tão singular que não possa ser plural

*“O meu silêncio
são milhares de vozes
que ecoam
dentro de mim”*

Thata Alves

A partir do relato dos participantes, foi possível perceber um movimento que parte de experiências pessoais e caminha no sentido da compreensão do aspecto coletivo que tais experiências possuem. Desse modo, há grande importância no relato das próprias experiências vividas, na medida em que a escrita sobre si coletiviza-se quando vista a partir de uma historicidade que faz com que outros se identifiquem com as histórias relatadas.

E aí o Sarau me mostra que o que eu escrevo é poesia, não em quantidade porque é difícil essas coisas de publicar um livro, tem questões burocráticas, mas qualitativamente, tem qualidade do meu trabalho! Isso eu posso reconhecer quando as mulheres negras se referenciam através da minha literatura, isso é muito louco né porque é um lugar que eu não consigo dimensionar, teve uma senhora de 60 anos que me encontrou na Aparelha Luzia e falou me assim: “menina eu deixei de me matar por causa da sua poesia”. Eu falei: “nossa como assim, a senhora tão linda, tão revigorada”, ela: “o desgraçado do meu marido me traiu, com uma vizinha lá de não sei quantos anos, e aí eu estava prestes a me matar porque eu tenho que passar por isso agora” e aí ouvi a poesia “Levanta a cabeça Preta”. E aí já começou a chorar, falou que ela deixou de se jogar do apartamento quando ela ouviu. E aí, eu entendi o poder, aí não parei! (*Poeta Beija-Flor*)



No momento em que outra mulher se identifica e ressignifica sua história a partir da poesia da *Poeta Beija-Flor*, ela também se transforma e entende que as produções que realizam falando no singular também podem ser plurais.

Em documentário sobre a vida de Maya Angelou (**Maya Angelou: And Still I Rise**, 2016), importante poetisa e artista negra, ela fala sobre como descobriu que a sua narrativa tem o poder de transcender os limites do individual e se inserir em uma perspectiva histórica na medida em que ao dizer sobre si, diz sobre o mundo. Tal trecho faz referência a sua autobiografia intitulada **Mamãe & Eu & Mamãe**, e retoma Frederick Douglass, um abolicionista e escritor estadunidense do século XIX, muito citado também por Angela Davis (2016) por seu apoio na luta pelos direitos das mulheres:

Autobiografias são terrivelmente sedutoras. Quando comecei a escrever percebi que estava seguindo uma tradição estabelecida por Frederick Douglass, que é a narrativa escrava. Falando na primeira pessoa do singular sobre a terceira pessoa do plural. Sempre dizendo “eu” que significa “nós” (**Maya Angelou: And Still I Rise**, 2016. min 42)

Aqui se coloca um importante apontamento na medida em que explicita o caráter social da escrita dessas mulheres, que escrevem sobre suas vivências, dores, histórias e, a partir disso, percebem-se inseridas em um contexto social. A historicidade de seus relatos revela-se a partir da identificação de outras mulheres com os seus escritos e do impacto de suas obras.

Fui mandada embora do trabalho, investe no próximo livro. Férias, investe no próximo livro, porque não vai ter uma pessoa que dê essa credibilidade pro seu trabalho se não for você. Ai depois disso, até então eu escrevo coisas minhas, singulares, mas aí uma senhora de 60 anos me diz que deixou de se jogar de um prédio por conta da minha poesia, dá aquele estralo e eu vejo que tem uma importância social também. Uma poesia que era singular passa a ser plural, porque é a minha vivência mas isso está muito latente em outras mulheres. Quantas vidas têm sido salvas pela poesia, de se sentirem representadas. (*Poeta Beija-Flor*)

Tal movimento que vai do singular para o plural só se dá na medida em que essa história é contada pelos protagonistas dela e não por um olhar de colonialidade. O *Poeta Sabiá* também diz sobre a importância dessa representatividade epistemológica citando a escritora Carolina Maria de Jesus:

A Carolina foi a escritora negra mais importante da época dela, porque ela falava do que era ser negro né. Porque na época dela realmente ser negro era sinônimo de ser favelado, sinônimo de sujeira, sinônimo de sofrimento, sinônimo de exclusão porque era o que o Brasil tinha pra gente naquele momento né. Hoje, graças a Deus, apesar da coisa ser velada, ser racista, ter o racismo institucionalizado a gente tem visibilidade pra chegar nos lugares né, a gente tem lugar de fala. (O *Poeta Sabiá*)

O poeta fala sobre o impacto que tem quando uma mulher negra passa a narrar sua própria história. Ela muda de perspectiva, no sentido de poder falar de si, não mais sobre o prisma da exclusão, mas de suas potências.

Tem tudo a ver com isso assim, e eu acho que a literatura, a arte assim em geral, a intelectualização do povo brasileiro, a busca da informação, do conhecimento... e pelo conhecimento, enraizado, porque em um ambiente que é maravilhoso, porque o ambiente acadêmico, intelectual, ele é maravilhoso, eu pelo menos gosto muito. Só que ele me frustra a partir do momento que eu não me vejo. A partir do momento que não existem intelectuais negros do século XVI e do século XVII. E existem!! Existem, mas eles são infinitamente invisibilizados. Eles já eram invisibilizados na época deles, porque já era uma época em que a escravidão era explícita, e hoje em dia, eu como um negro que to frequentando esse lugar, esse espaço de poder, eu sou privado de me ver. Eles tão me privando de me ver. A gente só consegue se ver a partir desse lugar branco, e aí quando você ta nesse lugar, você tem que se tornar branco também e isso destrói muito o psicológico (O *Poeta Sabiá*)

Conhecer sua própria história por uma ótica colonial traz impactos na subjetividade. De forma que é preciso mudar esse quadro e fortalecer



produções e espaços para outras narrativas, nas quais seja possível relatar outros pontos de vista da história que é contada de forma hegemônica. É preciso resgatar saberes ancestrais, compartilhar conhecimentos intraterritoriais e construir novas perspectivas de existência.

Conclusão

A história da população negra, em países colonizados que utilizaram da mão de obra negra no processo de escravização, tem sido contada a partir do olhar do homem branco e tal aspecto tem um grande impacto na construção da subjetividade.

No processo de escravização, negras e negros foram vistos como seres desprovidos de alma, desumanizados. Esse massacre objetivo e subjetivo da memória e história deixa marcas até os dias de hoje, de modo que muitos foram e são os movimentos de resistência para transformar tal realidade. Negras e negros, ao longo da história de um país que sofreu tais processos, não foram vistos como seres complexos em seus modos de subjetivação.

Tal complexidade também se revela nas opressões sofridas, como por exemplo, opressões de classe, gênero, raça que estão na base de como a sociedade se organiza. Opressões que têm um grande impacto nos modos de subjetivação e nas oportunidades concretas que são oferecidas para a população.

No entanto, a partir das entrevistas realizadas, vê-se que apesar da ausência de políticas públicas efetivas e suficientes de fomento, surgem movimentos que dão voz à população e produzem outras narrativas históricas ao dar oportunidade para a transformação de experiências em arte, como é o caso dos Saraus Periféricos.

É preciso transcender a colonialidade em seus diferentes aspectos: do poder, ser e do saber. Tais aspectos se mostraram a partir das falas dos participantes, como: a *colonialidade do poder* aparece quando a *Poeta Beija-Flor* diz sobre sua tripla jornada de trabalho e as dificuldades que enfrenta. A *colonialidade do ser* se expressa nas experiências de subjugação que os poetas descrevem e transformam a partir de suas produções e interações e na luta que travam para compreender e lidar com a complexidade de seus modos de ser. E a

colonialidade do saber, ao apontar para a importância do enfrentamento ao racismo epistemológico que, por anos, produziu conhecimentos que fundamentaram concepções racistas.

É preciso que negras e negros possam contar suas próprias histórias e os modos de vida de um povo que segue resistindo ao longo da história, construindo, assim, espaços em que se possa existir.

Nesse sentido, é importante que haja também uma revisão das matrizes do pensamento psicológico no sentido de não mais teorizar sobre um sujeito universal desprovido de gênero, raça e classe. É preciso situar os sujeitos aos quais nos referimos e poder olhar o mundo sobre a ótica de negras e negros que produzem conhecimento. Pois, ao usar epistemologias que tenham como base esse sujeito universal, é fortalecida uma produção científica e intervenções de colonialidade.

A resistência e existência da população negra nesses espaços de contranarrativa coexistem, de modo que partindo de uma história marcada pela dor, faz-se nascer flores em terrenos por vezes áridos. De histórias marcadas por sofrimentos diversos, emerge a arte e a poesia de existir e ser potência. Sempre buscando lugar nessa disputa constante de poder.

É preciso fortalecer esses espaços com políticas públicas de fomento, bem como é preciso sustentar que essa história seja narrada dentro das escolas, universidades e demais espaços. Não há mais lugar para o silenciamento, pois há gritos que ecoam ao longo de muitos anos e seguem resistindo, seguem existindo.

Agora é nossa vez de falar, narrar, dissertar e poetizar!

Referências

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. **Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos**. Psicologia: ciência e profissão, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

ALMEIDA, S. L.. **Racismo**. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Ed 1, Enciclopédia Jurídica da PUCSP. Abril de 2017. Disponível em:



<<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

ARAÚJO, U.C.D. **Histórias de Negro** – 2. ed., Salvador: EDUFBA, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. Acesso em 2 de junho de 2018.

BARBOSA, M. (org.). **Jovem Afro**: antologia literária. São Paulo (SP): Quilombhoje, 2017.

BOCK, A.M.B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicologia para a América Latina*, 1(2). Recuperado em 16 set., 2012, de: <http://www.psicolatina.org>.

CARVALHO, J. Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento: Zumbi dos Palmares e o Movimento Negro. *Revista Urutagua*, n. 2. Maringá - Paraná, Julho de 2001. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/02jairo.htm>>. Acesso em 1º de maio de 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora Boitempo, São Paulo, 2016.

DIAS, L.O. **O Feminismo Decolonial de Mária Lugones**. UFGD-FADIR, Dourados-MS, 2014.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, M.G.M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUNUTZMAN, P. **Espaços de Existência**: Identidade, poesia e emancipação em um sarau periférico. 2017, 279p. Dissertação (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

KAHHALE, E. S. P.; ROSA, E. Z. A Construção de um saber crítico em psicologia. In: **A Dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. Bock, A.M.M., Gonçalves, M.G.M. (org.). São Paulo, 2009.

MARCHINA, M.G.M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, A. **Abdias Nascimento**: 13 de maio uma mentira cívica. Discurso ao Senado Federal. Instituto Géledes. Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/abdias-nascimento-13-de-maio-uma-mentira-civica-2/#gs.vMS1=2o>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. Epistemologias do Sul. Santos B.S., Meneses M.P. (org), Portugal, 2009. Disponível em: <<http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/noticias/quijano-anibal%20colonialidade%20do%20poder%20e%20classificacao%20social.pdf>>.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, C. V. P. Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades. Psicologia: Ciência e Profissão, n. 33. Salvador- BA, 2013.

SILVA, Z. L. **Pequenas Ficções de memória**. São Paulo: Patuá, 2018.

SILVEIRA, R. A. T. Caminho para a América Latina. Revista Electrónica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología. n. 29. Dezembro de 2017. Disponível em:<<http://www.revistapsicolatina.org/wp-content/uploads/2018/01/Revista-Ulapi-Ed.-29.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2018.

TAVARES, M. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.) (2009). Epistemologias do Sul. Revista Lusófona de Educação. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a12.pdf>>. Acesso em: 4 de agosto de 2018.





**Estratégias de ensino-aprendizagem das
relações étnico-raciais de professores de
Psicologia Social**

Gabriel Rodrigues Mardgan

Resumo

As relações étnico-raciais aparecem na formação em Psicologia como um tema marginal, majoritariamente em disciplinas não obrigatórias, o que revela uma grande lacuna na formação de profissionais de Psicologia em um país em que mais da metade da população é parda ou preta. Para que uma questão complexa como a das relações étnico-raciais seja debatida com profundidade e mobilize a participação de estudantes, é preciso que os docentes desenvolvam estratégias que produzam engajamento no tema e deem subsídios para a atuação em diferentes campos. Este estudo qualitativo-descritivo exploratório analisou entrevistas com 15 docentes de Psicologia Social que trabalham com o tema das relações étnico-raciais com alunos de graduação. As entrevistas ressaltaram que o tema é de difícil manejo, e por isso exige criatividade e versatilidade por parte dos docentes. Por meio da análise, verificou-se o impacto e eficácia, sobretudo, da discussão em sala de aula das experiências vividas pelos próprios estudantes nas disciplinas práticas, estágios e vivências próprias, incluindo o próprio universo da sala de aula. Só assim temas tão complexos e silenciados como o das relações étnico-raciais podem afetar os estudantes, e assim promover um aprendizado enraizado sobre o tema.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; formação em Psicologia; ensino-aprendizagem; pesquisa qualitativa.



Introdução

Com o avanço de marcos regulatórios (leis, decretos e portarias) e políticas de proteção e promoção de direitos no que se refere às relações étnico-raciais no Brasil, a Psicologia, como ciência e profissão, tem sido procurada, cada vez mais, para contribuir na compreensão dessa área. A consolidação dos marcos regulatórios por meio de políticas públicas efetivas de promoção da igualdade étnico-racial dependem do conhecimento produzido sobre os mecanismos sociais de perpetuação dos efeitos psicossociais do racismo (preconceito, discriminação e humilhação social), assim como das implicações na produção de subjetividades e de comportamentos. A Psicologia tem se mostrado uma área fundamental para a superação do racismo no Brasil, uma vez que as relações interpessoais entre indivíduos e grupos reproduzem a discriminação e o preconceito, e por isso é importante que haja uma formação que qualifique profissionais para atuar na desconstrução desse fenômeno (SANTOS et al, 2015). No entanto, as relações étnico-raciais aparecem na formação em Psicologia como um tema marginal, majoritariamente em disciplinas não obrigatórias, o que revela uma grande lacuna na formação de profissionais de Psicologia em um país em que mais da metade da população é parda ou preta. Muitos egressos do curso Psicologia ocupam postos em serviços de mental sem nunca terem tido acesso a essa discussão premente (BARCELLOS, 2016), o que gera situações de deslegitimação e não reconhecimento do sofrimento psíquico e social dessa população. Diante de um tema complexo como esse, é necessário que os docentes desenvolvam estratégias que produzam engajamento, sensibilizem futuros profissionais sobre a importância do assunto e deem subsídios teóricos e práticos para a atuação em diferentes campos. Dessa forma, é fundamental compreender como docentes de Psicologia estão lidando com o tema em sala de aula, quais as suas estratégias e dificuldades, e como é a reação dos estudantes ao entrarem em contato com essa questão. Por meio de entrevistas com professores, o presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar experiências nesse campo.

Justificativa

Este trabalho integra uma pesquisa maior, coordenada pelo professor Alessandro de Oliveira dos Santos, acerca do papel da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na discussão e atuação no tocante às relações étnico-raciais. Na pesquisa anterior a este trabalho, foram analisados os conteúdos de entrevistas com psicólogos, considerando especificidades dos campos de atuação (como, por exemplo, assistência social, saúde pública, serviços de migração, entre outros) e de seu pertencimento étnico-racial (brancos, negros, orientais). Essas investigações e análises indicaram a necessidade de um aprofundamento sobre as percepções e estratégias de professores de psicologia sobre a formação e trabalho com estudantes nessa área, uma vez que grande parte dos profissionais entrevistados revelou não ter em sua formação possibilidade de se apropriar desse debate e das contribuições da Psicologia no enfrentamento ao racismo. Além disso, esse tema, tão caro à profissão do psicólogo em um país em que mais da metade da população é negra, se mostrou muitas vezes encoberto e de difícil discussão, levantando questões acerca das estratégias usadas por docentes de Psicologia para contornar essas dificuldades, e potencializar o engajamento dos estudantes.

Desenvolvimento

Com o objetivo de explorar essa lacuna sobre a maneira como os professores de Psicologia estão lidando com a questão das relações étnico-raciais nos cursos de graduação, foram realizadas entrevistas com 15 docentes, entre 37 e 72 anos, responsáveis por disciplinas que abordam as relações étnico-raciais. Por meio da realização dessas entrevistas buscou-se analisar o quanto o ensino em psicologia dá visibilidade, se preocupa e/ou considera relevante o tema, bem como se atende ou não o que preconizam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Leis utilizadas pelo Ministério da Educação como um dos critérios para fornecer credenciamentos e recredenciamentos dos cursos de graduação em psicologia em todo o país.



O grupo de professores entrevistado foi constituído por homens e mulheres, brancos e negros, de diferentes idades e tempo de docência. Para isso, foram utilizados os procedimentos éticos e um roteiro de perguntas que contemplou os seguintes temas: envolvimento com o tema das relações étnico-raciais; concepções sobre a presença ou ausência do tema relações étnico-raciais na Psicologia; dificuldades na abordagem do tema com os estudantes; estratégias de abordagem das relações étnico-raciais com estudantes; concepções sobre o papel do professor de Psicologia na abordagem do tema com os estudantes. Esses cinco temas posteriormente se tornaram base para a criação de categorias de análise das falas, apresentadas a seguir de maneira condensada.

Categoria 1 – Envolvimento com o tema das relações étnico-raciais

Todos os entrevistados afirmaram que o tema das relações étnico-raciais ou não foi abordado ou foi abordado de forma superficial durante sua graduação em psicologia, o que de alguma forma os impossibilitou de reconhecer a relevância deste enquanto ainda eram estudantes. Nesse sentido, a fala de E4 é significativa:

Se eu tivesse isso na graduação faria diferença no meu início de trabalho, o início de vida profissional (...). A universidade foi um lugar bastante solitário dentro dessa questão [relações étnico-raciais]. Se isso tivesse aparecido, teria sido de muita valia, de muita ajuda (E4, homem preto, 40 anos).

Segundo os entrevistados o envolvimento como o tema das relações étnico-raciais e sua articulação com a psicologia veio, sobretudo, a partir de experiências de trabalho ou devido ao interesse pessoal. E1 e E2 têm em comum o fato de se envolverem com o tema em função do contato que mantêm com a cultura africana e afro-brasileira. A primeira entrevistada, E1, por meio do interesse pela cultura africana e a segunda entrevistada, E2, pela prática da capoeira angola, como mostra a fala de E1 abaixo:

Eu me casei com um africano, mas já estava interessada pelo tema. Eu não sei se eu me interessei pelo tema, ou o tema se interessou por mim. Eu acredito que o tema tenha se interessado por mim, porque eu não sei dizer em que momento exato começou essa paixão, e esse casamento com a cultura africana (...). Talvez tenha surgido algum contato maior com os negros quando eu fui iniciada na umbanda, em 1980. Naquela época eu já dava aula (E1, mulher branca, 72 anos).

E3, E5 e E10 se envolveram com o tema relações étnico-raciais devido à participação em Conselhos Regionais de Psicologia, nos quais o tema era pautado por pressão do movimento e coletivos negros que reivindicavam essa discussão pela psicologia enquanto profissão. Foi a participação em um órgão de classe profissional que os despertou, como exemplifica as falas de E5:

No campo da questão étnico-racial, isso se fez fortemente presente por causa da militância no Conselho de Psicologia, e aí [essa questão] ganhou um novo patamar (...) foi me levando a entender a centralidade desse processo de produção do preconceito, mas por caminhos que não encontrei nem na graduação e nem na pós-graduação. Foram outros elementos que me chamaram, principalmente a militância no Conselho de Psicologia (E5, mulher branca, 40 anos).

E3 também destaca seu trabalho em uma penitenciária, além da participação no Conselho Regional de Psicologia, como importante para seu envolvimento como o tema das relações étnico-raciais. Nas palavras de E3:

Tem um caminho mais pela borda [de envolvimento com o tema das relações étnico-raciais], pelo fato de ter escolhido o tema do encarceramento em massa e sistema prisional, e é só abrir as estatísticas que você vê essa questão [a cor-raça das pessoas em situação de privação da liberdade]. Então são elementos que vão configurando a necessidade de olhar para essas questões. Mas nesse momento da minha vida ainda não havia percebido essa centralidade. Foi no CRP mesmo o primeiro momento que de fato me impactou, me marcou, inclusive



me entendendo racializada, principalmente por participar de oficinas de racismo institucional (E3, mulher branca, 41 anos).

Já para E11 e E12, o envolvimento com o tema das relações étnico-raciais ocorreu por conta da atuação como professor universitário, como exemplifica a fala abaixo de E12:

(...) no começo na minha trajetória enquanto professora eu trabalhava no Núcleo de Educação aqui [da universidade], e tinha um momento do curso que a gente trabalhava algumas questões na escola, e um dos temas era o preconceito (...). E aí aparecia muito o debate do preconceito racial (...). Isso faz muito tempo, mais de dez anos (...) esse tema [relações étnico-raciais] aparecia numa disciplina que eu dava (E12, mulher branca, 55 anos).

Os entrevistados que se autodeclararam pretos, por sua vez, como E4, E7, E9 e E14, apontam, em geral, o interesse pessoal como motivo que os despertou para o tema das relações étnico-raciais, como exemplifica a fala abaixo de E14:

(...) é um interesse de urgência, é um interesse pessoal, eu me interesso na minha vida, são questões que me atingem diretamente como sujeito do mundo (...) (E14, homem preto, 40 anos).

Categoria 2 – Concepções sobre a presença ou ausência do tema relações étnico-raciais na psicologia

Todos os professores entrevistados foram unânimes em apontar uma insuficiência ou ausência de discussão sobre o tema das relações étnico-raciais nos cursos de Psicologia. Segundo E1, o próprio ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) não inclui esse tema em seus exames, o que revela como essa negligência está muitas vezes institucionalizada. E2 considera que a ausência do tema nos cursos é um reflexo da hegemonia de uma ala mais tradicional do ensino em Psicologia, para o qual não se mostra relevante o estudo das relações étnico-raciais. Para reforçar esse ponto

de vista, E2 contou que apenas recentemente a Psicologia foi incluída na discussão do tema, enquanto ciência humana, no âmbito do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado bienalmente pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Nas palavras de E2:

O Congresso de Pesquisadores Negros, do qual eu participo há mais de dez anos começou a ter apenas em 2012 mesas para discutir psicologia. Até então mal considerava a contribuição da psicologia para as ciências humanas, porque ela era pouca (...). A Psicologia não está nesses debates porque não lhe interessa (E2, mulher branca, 37 anos).

O posicionamento de E2 é similar ao de E3 e E15. Ambos ponderaram que o tema das relações étnico-raciais está presente por meio de sua ausência nos cursos de Psicologia. Essa invisibilidade do tema das relações étnico-raciais acaba de algum modo formando os estudantes, criando, mesmo que implicitamente, uma concepção e um modo de lidar com o tema que é deixando-o de lado. Para E3, isso significa afirmar um tipo de Psicologia que do seu ponto de vista apenas contribuiu para:

(...) ignorar que a Psicologia é uma ciência aplicada e posicionada no mundo, deixando de pensar a relação do aluno com o tema [das relações étnico-raciais] (E3, mulher branca, 41 anos).

Todos os professores entrevistados têm em comum o fato de se considerarem exceções nos cursos que lecionam por incluírem a discussão do tema das relações étnico-raciais em suas disciplinas. Para E11, diferente do tema sexualidade, para o qual os professores têm teorias (como, por exemplo, a psicanálise) e, por conseguinte, facilidade para discutir o tema e repertórios (conteúdos e habilidades) para ensinar aos estudantes, as relações étnico-raciais carecem de maior apropriação e repertórios por parte dos professores de Psicologia.

Diversas falas dos entrevistados trouxeram à tona os efeitos de se negligenciar o tema das relações étnico-raciais no âmbito da psicologia. E2, E7 e E15, por exemplo, fizeram relatos sobre amigos



negros que passaram por sessões de terapia nas quais tiveram suas queixas de racismo negligenciadas e silenciadas pelos psicólogos que os atenderam. Já E5 relata a seguinte situação:

(...) eu vivi ano passado uma situação super difícil. Na discussão da aula de Ética os alunos se deram conta que eles tinham uma prática de estágio que era uma prática racista, de fazer seleção de pessoal e marcar atrás do papel se a pessoa era negra ou não, porque a empresa não podia contratar negro. E na aula de Ética, na discussão comigo, eles se deram conta de que esse estágio fazia isso. A gente trouxe a Resolução 18/2002 do CFP para eles discutirem (E5, mulher branca, 40 anos).

Situações como essa apontada por E5 mostram o desconhecimento dos estudantes e professores de Psicologia sobre a Resolução 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), bem como o fato desta raramente ser tomada como objeto de reflexão e norte de atuação no que se refere a como os profissionais de Psicologia devem lidar com as relações étnico-raciais.

Para E4, a ausência do tema das relações étnico-raciais nos cursos de Psicologia ocorre por dois motivos. Primeiramente, por conta de uma dificuldade dos brasileiros de lidar com a memória e história do país, o que inclui a experiência da escravidão. Em segundo lugar, E4 aponta uma questão política que envolve o fato de a Psicologia, muitas vezes, ignorar que é uma ciência aplicada e posicionada no mundo, e que, por conseguinte, orienta os posicionamentos de seus profissionais. Nas palavras de E4:

A psicologia historicamente escolhe não falar disso, então ela se revela negligente, racista, ela acaba se revelando essas coisas todas (...) são as nossas contradições enquanto produtores de um determinado conhecimento, de um determinado saber (E4, homem preto, 40 anos).

Essa ideia também aparece na fala de outros professores entrevistados, sobretudo de E6, E9 e E10, no sentido de pontuar que a Psicologia negligencia o tema das relações étnico-raciais e assim perpetua um *modus operandi* de manutenção e adaptação ao *status*

quo que ainda se beneficia do colonialismo e do escravismo que estão na base das origens do nosso país.

Nesse sentido, entrevistados como E3, E5 e E11 apontam a importância de tratar o tema das relações étnico-raciais em todas as formas de atuação dos profissionais de psicologia, alertando para o fato de que profissionais não apropriados do tema podem contribuir para a perpetuação do preconceito e discriminação étnico-racial derivados do racismo. Nesse sentido, para E7 a invisibilidade ou negação do tema, pela sua não presença, afeta os estudantes não brancos, sobretudo os negros, podendo gerar sofrimento psíquico, como confirmado por Barcellos em seu estudo sobre a formação em psicologia e as relações étnico-raciais em Porto Alegre/RS (2016).

Para E9, por sua vez, o tema das relações étnico-raciais nos cursos de Psicologia é mais visível e presente nas faculdades onde há profissionais negros lecionando. Nas palavras de E9:

(...) é como se a nossa presença física exigisse essa discussão, por mais que seja um profissional não engajado (...) as pessoas pedem, “ah, porque tu é negra...”, sempre a gente tem que ter uma opinião formada a respeito do tema (E9, mulher preta, 38 anos).

Já E5 aponta que o aumento da quantidade de estudantes apoiados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação nas faculdades particulares de Psicologia trouxe mais diversidade para o corpo discente dos cursos, o que foi acompanhado de maior engajamento e solicitação de discussão do tema das relações étnico-raciais pelos estudantes.

Categoria 3 – Dificuldades na abordagem do tema das relações étnico-raciais com os estudantes

E1, ao falar das dificuldades, se lembrou de um episódio com uma orientanda preta, com a qual teve problemas no processo de orientação. E1 sentia que a estudante não conseguiria se desenvolver sendo orientada por ela, uma mulher branca que estuda cultura africana e relações étnico-raciais, visto que parecia estar obedecendo



ordens em vez de processar e refletir sobre o que era proposto na orientação. Segundo E1:

Essa orientanda vinha com um caderninho e falava assim: “Tudo o que você me falar, eu vou anotar”. Eu começava a dar as orientações, e ela anotava. Depois falou: “Se você quer que eu faça assim, eu faço”. Eu disse: “Não sou eu que quero que você faça assim. Eu estou transmitindo as normas para a produção de um trabalho científico. Eu não quero nada, eu sou apenas porta-voz das normas acadêmicas”. Ela replicava: “Não, mas veja bem, eu estou anotando tudo aqui no meu caderno. O que você me mandar eu faço”. Eu estranhei aquela fala, a orientação não estava andando. Pensei comigo: “Ela está achando que eu sou a sinhazinha branca caprichosa. Ela não vai conseguir se desenvolver”. (E1, mulher branca, 72 anos).

E1 conseguiu mudar a orientação dessa estudante para um professor negro e também citou casos nos quais teve dificuldade com estudantes que não gostavam da discussão do tema, sobretudo quando E1 abordava as religiões de matriz africana, como mostra sua fala a seguir:

Tem aluno que sai com dor de cabeça, tem aluno que pede licença e se retira, tem aluno que falta, porque não pode ouvir falar nisso. As religiões africanas são demonizadas, entende. É difícil de lidar (E1, mulher branca, 72 anos).

E5, por sua vez, aponta como dificuldade a falta de formação no tema das relações étnico-raciais dos professores de Psicologia, o que diminui a profundidade que a discussão tem na sala de aula.

Já E6 fala de suas dificuldades ao lecionar para estudantes de faculdades particulares que são oriundos de famílias mais pobres e, por conseguinte, apresentam uma formação intelectual diferente da sua. Isso a fez perceber que é difícil abordar o tema das relações étnico-raciais com base apenas em conteúdos acadêmicos e de pesquisa, ou seja, de maneira: “puramente racional”. Para ela, no trabalho com esse perfil de estudantes, é importante abordar o tema

a partir de suas experiências, seus pontos de vista, e a partir de um senso comum, refletindo sobre a posição que ocupam seja étnico-racialmente, seja socialmente. O que, segundo E6, se mostra mais efetivo e mobilizador para que eles se envolvam com essa discussão.

Para E8, existe uma resistência inicial dos estudantes à discussão sobre as relações étnico-raciais no Brasil por tratar-se de um tema que as pessoas que não são negras, em geral, não estão acostumadas a lidar. Segundo E8, esses estudantes costumam dizer que: “o negro é que é o mais racista em relação ao próprio negro”. Nesse momento, E8 conta que procura explicitar que vivemos em um mundo onde aprendemos o machismo, o racismo e a homofobia e que, em algum grau, todos nós temos contato com esses preconceitos, sendo que com: “o negro não é diferente, né”. E8 também contou que é comum seus estudantes negros (pretos e pardos) trazerem para suas aulas situações vividas de preconceito e discriminação étnico-racial. O que, conforme E8, leva às vezes suas aulas a parecerem uma espécie de “psicoterapia em grupo”. Nas palavras de E8:

Diante de tais situações sofridas, não há argumentação, pois são mais emblemáticas do que alguma teoria ou um contato indireto com esse assunto [relações étnico-raciais] (E8, homem preto, 49 anos).

Na direção oposta do que afirma E8, E11 destaca como uma dificuldade para discutir o tema das relações étnico-raciais em sala de aula o constrangimento que o mesmo provoca com estudantes negros (pretos e pardos). Segundo E11:

(...) em específico para aquelas pessoas que são pretas não é confortável essa situação. Elas preferem não falar, elas se manifestam pouco quando aparece uma discussão (...) não entram fácil nessa discussão e parece que quando entram se sentem muito constrangidos (E11, homem branco, 46 anos).

Apesar disso, assim como E8, outros entrevistados, como, por exemplo, E4, E5, E9, E10, E11, E12 e E15, destacam que uma dificuldade para abordar o tema é a resistência da maioria dos estudantes que não são negros, ou seja, dos estudantes brancos, que, em geral,



não consideram esse tema relevante para sua vida ou para a formação do psicólogo, como exemplifica a fala E12:

Não é uma questão [para os alunos brancos] porque está naturalizado. Ele é o padrão, ele é a referência. Não precisa ter nenhuma crítica em relação a isso. O diferente é o outro, ele não é diferente. Boa parte dos meus alunos brancos acha que não são diferentes de nada. Eles acham que são naturais, normais, ou seja, a questão está cristalizada (E12, mulher branca, 55 anos).

Isso mostra a importância de os professores trazerem para a sala de aula a discussão sobre branquitude, ou seja, sobre a identidade étnico-racial das pessoas brancas, como exemplificam as falas abaixo de E5 e E8:

(...) Branco não tem raça? Raça é só negro? Para discutir branquitude eles se identificam (...) produz um efeito, eles se veem identificados (E6, mulher branca, 42 anos).

Falar sobre branquitude, branquidade e branqueamento é muito importante para, antes de mais nada, racializar esse grupo, que geralmente não se racializa (E8, homem preto, 49 anos).

E13 reconhece que uma das dificuldades de se trabalhar o tema das relações étnico-raciais provém da resistência dos estudantes. No entanto, também chama atenção para o fato de existir no Brasil uma tradição de não se discutir o tema, de se colocar “embaixo do tapete”.

Quanto ao fato da abordagem do tema das relações étnico-raciais ser feita por um professor preto ou por um professor branco em sala de aula, chama atenção as falas dos entrevistados E8, E9 e E14, todos pretos, no sentido de terem de tomar cuidado em aula para que sua abordagem do tema não seja deslegitimada e associada ao seu pertencimento étnico-racial, como exemplifica a fala abaixo de E8:

(...) na hora que vem um discurso apaixonado [meu] a primeira coisa que vão falar é de uma possível parcialidade minha, então eu tenho que ser muito cuidadoso nas minhas falas, ser pouco incisivo e acusador porque percebo que as pessoas buscam muito isso para desqualificar o meu discurso, desqualificar tanto por ser militante [do

movimento negro] e obviamente por uma questão histórica de achar que o negro é menos inteligente, que a produção intelectual é mais rasa (E8, homem preto, 49 anos).

Nesse sentido, E9 conta que costuma ouvir dos estudantes que ela apenas fala do tema por ser preta. O que deslegitima seu conhecimento e capacidade de argumentação. E9 também contou que tem uma colega branca professora que, como ela, trabalha o tema das relações étnico-raciais com os estudantes. Mas, segundo E9: “(...) quando ela [a professora branca] começa a falar, a minha fala passa a ser legitimada a partir da fala dela”. E9 aproveita então para pontuar aos seus estudantes que estes levam mais a sério o que por ela é dito quando converge com a fala desta colega. O que para E9 remete a um não reconhecimento de seu lugar de fala. Essa fala mostra como essas situações devem servir de material para problematizar a questão.

E10 contou de situações em que os estudantes recorreram a ela porque outros professores introduziram o tema de forma contraditória ou não deram conta do que surgiu na discussão. O que mostra que as discordâncias, os conflitos sobre o tema e os relatos pessoais que surgem em sala de aula exigem dos professores que abordam as relações étnico-raciais sensibilidade e preparo.

Categoria 4 – Estratégias de abordagem das relações étnico-raciais com os estudantes

E1 costuma abordar o tema das relações étnico-raciais por meio da exibição de vídeos e do compartilhamento de episódios vividos pelos estudantes em que tenha vindo à tona o tema das relações étnico-raciais. Segundo E1:

(...) têm vídeos e filmes excelentes para a pessoa assistir, ficar impactada, e depois poder discutir (...). Também uma estratégia é o compartilhamento de narrativas de episódios vividos pelos brancos e não brancos nas interações dessa natureza (E1, mulher branca, 72 anos).

E2 acredita que a abordagem do tema deve necessariamente afetar as pessoas. Para ela, quando isso não ocorre é porque não hou-



ve a devida discussão ou a abordagem do tema chocou os estudantes de tal modo que impediu essa discussão. E2 também enfatiza a importância de trazer a discussão sobre o tema para o cotidiano dos estudantes, aproximando-o de suas experiências. Nas palavras de E2:

Se não for assim não vai quebrar nada. Ainda mais na Psicologia. Se a pessoa não sentir mesmo, não é só racional, realmente que aquilo está regendo seu cotidiano, e as relações que ela estabelece (...). Se nós brancos não sentirmos o desconforto de sermos cotidianamente colocados num lugar de superioridade, dificilmente iremos mudar nossa postura. Se a pessoa negra não sentir que ela está sendo colocada num lugar de inferioridade, dificilmente ela vai sair desse lugar (E2, mulher branca, 37 anos).

E3 e E15, por sua vez, chamam atenção para a supervisão dos estágios realizados pelos estudantes como espaço importante para provocá-los a discutir o tema das relações étnico-raciais e, por conseguinte, levarem essa discussão para o âmbito das disciplinas que frequentam, como exemplifica a fala de E3:

A discussão sobre relações étnico-raciais foram fazendo parte das disciplinas por demanda do próprio campo de estágio (...). Os alunos foram exigindo que as disciplinas tivessem essas discussões. Foi uma coisa do micro para o macro (E3, mulher branca, 41 anos).

E4, E11, E12 e E13 gostam de propor a leitura de textos sobre o tema e a realização de seminários pelos estudantes. Também costumam utilizar material jurídico sobre o tema como leis e resoluções e dados estatísticos sobre as desigualdades étnico-raciais no país. Segundo esses entrevistados, para muitos estudantes a discussão sobre relações étnico-raciais em sala de aula é uma surpresa, sobretudo, para os estudantes brancos que não se percebem como pessoas racializadas ou são interpelados em sua branquitude, como exemplifica a fala de E4:

(...) estão acostumados com essa questão de ver o mundo racializado [estudantes negros]. Os alunos não brancos compreendem isso. Normalmente a grande dificuldade

de entender a racialização das relações está pautada pelos brancos, eles têm muita dificuldade com isso. (E4, homem preto, 40 anos).

E7 conta que introduz o tema das relações étnico-raciais em suas aulas por meio do debate sobre as cotas no ensino público superior, incluindo atividades como o *role play*, e comenta que a inversão de papéis costuma suscitar várias discussões. E9 também diz que procura realizar dinâmicas que façam os estudantes se perceberem dentro das relações étnico-raciais, como a “corrida dos privilégios”.

E8 conta que costuma abordar o tema das relações étnico-raciais por meio de aulas expositivas, onde busca desvelar como se constrói socialmente a autoestima das pessoas a partir de crenças e estereótipos positivos e negativos sobre seus grupos de pertencimento. Além disso, E8 também aborda o tema das relações étnico-raciais ao falar sobre a atuação dos psicólogos nas políticas públicas, em serviços como o CRAS e CREAS, em que o pertencimento étnico-racial é importante, visto que conforme E8: “a linha de corte é a linha de pobreza e no Brasil cor de pele e renda se confundem”.

E5 e E9 abordam o tema, inicialmente, a partir daquilo que os estudantes viram nas redes sociais e na mídia em geral acerca das relações étnico-raciais, como mostra a fala a seguir:

A gente busca trazer muito do que ocorre atualmente. Logo no começo do ano teve a história do turbante, que estava em alta nas redes sociais, tem o Rafael Braga agora, e outras questões que estão circulando nas redes sociais, e que a gente captura e entende que a universidade é o lugar para se falar sobre isso (E5, mulher branca, 40 anos).

E2, E6, E10 e E14, por sua vez, costumam utilizar como estratégia para abordar o tema das relações étnico-raciais o estímulo para que os estudantes das suas disciplinas façam contato e realizem entrevistas com lideranças de movimentos e coletivos negros e indígenas. Além da valorização do protagonismo desses movimentos e coletivos, há o incentivo para que os estudantes participem de suas atividades e manifestações, considerados de grande valia para ressignificar e incorporar debates das aulas. Nas palavras de E6:



(...) eu botava todo mundo para fazer trabalho de campo, em grupo. Se era sobre questões indígenas, iam para a aldeia (...). Os temas eram: gênero, negritude, invisibilidade (pessoa com deficiência, pessoas em situação de rua), e questão indígena. Em geral, as experiências foram interessantes (E6, mulher branca, 42 anos).

E10 e 15 também contam que sua paridade étnico-racial para com os estudantes brancos, que são maioria nas faculdades de Psicologia onde trabalham, também é uma estratégia importante para tocá-los. Ambos acreditam que têm obtido bons resultados na abordagem do tema por conta disso, pois como afirma E15:

(...) quando as pessoas se identificam comigo e eu tô fazendo um discurso diferente do que elas têm visto, isso também tem uma repercussão (E15, homem branco, 44 anos).

Categoria 5 – Concepções sobre o papel do professor de psicologia na abordagem das relações étnico-raciais com os estudantes

Para todos os entrevistados, todos os professores de Psicologia têm um papel importante na discussão em sala de aula das relações étnico-raciais, uma vez que conceitos caros a psicologia como, por exemplo, identidade, percepção, representações sociais e socialização, entre outros, estão presentes e configuram essas relações no Brasil. Nas palavras de E4:

(...) mesmo que o professor não discuta isso a fundo, tem que saber dessas coisas. Ele precisa saber que não dá para ser conivente, tem uma Resolução [do Conselho Federal de Psicologia] que fala disso, que é a 18 (...). Não precisa ser um professor que vá discutir as questões étnico-raciais, mas no campo dele ele faz esse recorte, seja ele no trabalho, na educação, na saúde, RH, não importa. Em todo lugar ele tem que de alguma forma apresentar e fazer o recorte (E4, homem preto, 40 anos).

Segundo E3, E5 e E14, o professor de Psicologia é um formador de opinião com seus estudantes, logo tem um papel decisivo na dis-

cussão ou não das relações étnico-raciais e do racismo em sala de aula, e de sua relação com os processos de desigualdade como um todo. Já para E14, o professor tem o poder de: “perpetuar o racismo ou combatê-lo” (E14, homem preto, 40 anos). Para E5, por sua vez, o professor de Psicologia enquanto formador de opinião precisa mostrar engajamento nesse tema, reforçar a sua atualidade, e com isso mobilizar os estudantes para estarem aptos a manejar essa questão.

Para E6, o papel do professor na discussão das relações étnico-raciais envolve o trabalho com os alunos em um nível afetivo. Como diz E6:

Acho que o papel é fundamental [do professor de Psicologia] e acho que não é só um papel de discussão de conteúdo formal. É um papel de discussão de afetos, e de discussão de afetos que estão habitando a gente historicamente, e para os quais muitas vezes a gente é cego. O professor precisa ser uma pessoa sensível a isso não apenas programaticamente. Você pode ler todos os críticos. Mas se você não entender que se trata de uma operação afetiva transgeracional (...) a coisa se estrutura muito fortemente (E6, mulher branca, 42 anos).

De acordo com os entrevistados E6, E7, E8, E11 e E15, o aproveitamento das discussões sobre relações étnico-raciais em sala de aula, muitas vezes, contribuiu para que os estudantes decidam fazer seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) voltados para o tema, como exemplifica a fala de E8:

(...) ano passado orientei um TCC sobre ciganos. A pessoa que fez tinha origem cigana e se envergonhava. Então, quando ela recebe a nota, aí ela chega, revela e começa a chorar, [e dizer] que o que eu dei na minha disciplina foi muito importante, mas ela não tinha como falar, era uma dor difícil, porque sabia da carga estigmatizadora do ser cigano (...). Então, eu digo, são dessas formas que eu posso avaliar o crescimento e a importância de falar sobre isso [relações étnico-raciais] dentro de uma formação acadêmica (E8, homem preto, 49 anos).

Segundo E8, o tema das relações raciais não está presente nos cursos de Psicologia da forma como deveria porque, em geral: “O que se vê são movimentos ainda isolados por parte de professores



engajados”. E3 pondera que professores com uma perspectiva mais crítica sobre a formação têm incorporado o tema em seus cursos, mas outros professores que tiveram uma formação mais tradicional acabam “deixando o tema de lado” (E3, mulher branca, 41 anos). E4 acredita que alguns professores são conservadores e por isso preferem não se envolver com o tema das relações étnico-raciais até porque acreditam que o mesmo não é objeto de estudo da Psicologia ou não consideram relevante na formação. E8, E9 e E10, por sua vez, contam que existem professores que tentam trabalhar o tema com os estudantes, mas não dão conta da carga emocional envolvida e por isso preferem deixá-lo de lado.

Para a maioria dos entrevistados, muitos professores de Psicologia não discutem o tema das relações étnico-raciais em sala de aula devido a pouca ou nenhuma formação que receberam sobre o assunto, e, portanto, trazer esse debate atualmente para a formação em Psicologia é romper um ciclo. Para E2, a própria discussão do tema já é uma maneira de divulgá-lo: “Fomos treinados para não falar sobre isso, mas isso não significa que não exista. [...] Não tem solução mágica, revolucionário é quebrar o silêncio para abrir o diálogo” (E2, mulher branca, 37 anos).

Conclusão

As 15 entrevistas realizadas revelam, primeiramente, que os cursos de Psicologia ainda delegam ao tema das relações étnico-raciais um papel marginal na formação de futuros psicólogos e psicólogas, e justamente pela permanência desse cenário, a atuação de docentes que propõe essa discussão em sala de aula se torna fundamental em um país com maioria da população negra. A análise de conteúdo das entrevistas indica que o interesse de todos os entrevistados pelo tema das relações étnico-raciais surgiu fora da academia. Foram as experiências de trabalho, no caso da maioria dos professores brancos, e o interesse pessoal, no caso dos professores pretos, o que provocou a levar a discussão do tema para as salas de aula na qual lecionam. Importante notar ainda o quanto as próprias trajetórias dos entrevistados revelam que esse é um tema que provoca enga-

jamento a partir de experiências vividas no dia a dia, seja na inter-pelação institucional, seja pela própria cor de pele, mas sempre no reconhecimento de seu lugar dentro das relações étnico-raciais.

A contribuição da Psicologia na compreensão das relações étnico-raciais no Brasil foi destacada por todos os entrevistados, como exemplifica a fala de E1 abaixo:

É aquela [ciência] que está envolvida com a questão da identidade, do desenvolvimento, da personalidade, da percepção, das representações, das interações sociais, das intervenções clínicas, sociais, educacionais, comunitárias (E1, mulher branca, 72 anos).

Destarte, a Psicologia deve sim ter papel importante no combate ao racismo e na sua desinstrumentalização. No entanto, os entrevistados pontuam que as relações étnico-raciais são um tema de difícil manejo em sala de aula. De modo geral, essa dificuldade pode ser entendida como resultado de uma formação que não abordou as relações étnico-raciais de forma adequada. O que tem exigido atualmente atualização constante e versatilidade dos professores e também interesse e engajamento no tema, de modo a reiterar o quanto a discussão das relações étnico-raciais está presente nas experiências dos estudantes, bem como em sua futura profissão.

As entrevistas mostraram a importância de abordar com profundidade as relações étnico-raciais nas disciplinas para que os estudantes: aprendam a utilizar as categorias cor, raça, etnia, que permitem analisar a relação entre desigualdade social e desigualdade étnico-racial e modos de subjetivação e sofrimentos provenientes do racismo; reconheçam que o preconceito e discriminação étnico-racial ao mesmo tempo em que favorece a violação de direitos de determinados grupos, gera privilégios para outros; e para que sejam interpelados a se posicionar sobre isso. De modo que, assim, eles possam lidar de maneira adequada com as relações étnico-raciais e com os efeitos psicossociais do racismo em sua atuação profissional.

A identidade de um profissional de Psicologia constitui-se tendo por base elementos da sua experiência pessoal, da sua formação e do próprio fazer profissional, conduzindo a posicionamentos e ações



que vão desenhando gradualmente a prática. Dessa forma, não basta apenas aquisição de habilidades para o exercício dessa profissão. É necessário levar em conta também o que esse profissional pensa sobre si mesmo e aquilo que a sua formação e o campo social reforçam nele no que diz respeito aos seus lugares de pertencimento étnico-racial, social e cultural. Por conseguinte, perceber o próprio pertencimento étnico-racial e construir uma crítica à branquitude são duas condições essenciais para que futuros psicólogos possam desenvolver práticas profissionais efetivamente comprometidas com a promoção da igualdade étnico-racial e de mitigação dos efeitos psicossociais do racismo. Ou seja, é preciso que se aprofunde uma discussão afetiva sobre o tema, e não apenas racional, de acúmulo de conteúdos, e para tanto, não é apenas conveniente, mas necessário que os docentes saibam usar experiências dos próprios estudantes, na sala de aula ou fora dela (de estágios, por exemplo), para dar corpo ao debate. Como diz E3:

A sala de aula reproduz a sociedade, é um microcosmo que a gente acaba encontrando ali reproduzindo boa parte dos estereótipos da sociedade do lado de fora (E3, homem preto, 40 anos).

Dentre as diversas estratégias utilizadas pelos professores, essa abordagem afetiva apareceu em muitas das entrevistas como experiências de sucesso. Utiliza-se para isso a ideia discutida por González Rey (2014), de que os conteúdos apresentados em sala de aula, para serem introjetados com qualidade, devem dialogar com a subjetividade dos alunos, com suas experiências prévias. Só assim temas tão complexos e silenciados como o das relações étnico-raciais podem afetar os estudantes, e assim promover um aprendizado enraizado sobre o tema. Além disso, é importante frisar que essas atividades são propostas em pequenos grupos, nos quais cada estudante consegue refletir e ponderar sobre as perguntas e sobre suas origens. Esse tipo de atividade faz com que os estudantes percebam a diversidade de suas origens por meio das próprias narrativas, e o quanto o processo de criação de identidade atropela a própria história. Dessa forma, os alunos se localizam, e superam uma reflexão apenas racional, percebendo a variedade de sua ancestralidade.

Outra estratégia é a realização de trabalho de campo com entrevistas a lideranças de movimentos e coletivos negros, como forma de estimular o engajamento nas discussões. Também merece destaque a utilização de vídeos, dinâmicas de grupo e grupos operativos na abordagem do tema, como por exemplo, a “corrida dos privilégios” e debates sobre adoção de cotas no ensino superior. Outra estratégia mencionada foi o convite para que lideranças dos movimentos e coletivos negros e de organizações governamentais e não governamentais de promoção dos direitos humanos ministrem palestras dentro das disciplinas. Ademais, destaca-se a importância de trazer o recorte étnico-racial para a supervisão dos estágios, de modo a evitar que os aprendizados teórico-conceituais se descolem da abordagem prática da Psicologia enquanto profissão. Nessa direção é importante chamar atenção para as falas dos entrevistados que dizem que ao trazerem o tema para as supervisões de estágio verificaram que o interesse pela discussão surgiu também em disciplinas teóricas.

Tais estratégias utilizadas pelos professores entrevistados favorecem a visibilidade, a sensibilização e a abertura dos universos de locução dos estudantes para o tema das relações étnico-raciais, podendo contribuir para formação de profissionais sensíveis a compreensão dos efeitos psicossociais do racismo na vida de crianças, jovens e adultos negros, e capazes de identificar e reconhecer o sofrimento psíquico derivado desses efeitos sobre os processos de saúde-doença mental dessa população.

Os conteúdos das entrevistas também reforçam a necessidade de se discutir o currículo de Psicologia, para compreender o porquê do déficit de discussões desse tema tão caro ao combate da desigualdade no país, e da dificuldade de introduzir a questão em um curso de ensino superior. Em relação a isso, Chagas (2017) aponta a necessidade de fazer a análise da origem colonial do currículo atualmente utilizado, o que no ensino superior acaba acarretando uma significativa ausência de debate crítico sobre o próprio currículo, e a exclusão de outros conhecimentos contra hegemônicos, como foi constatado por muitos dos entrevistados. Levando em conta a



temática das relações étnico-raciais, objeto desta pesquisa, as reflexões de González (2014) servem para reafirmar a relevância de um ensino que faça com os alunos se pensem dentro das relações étnico-raciais, ou seja, um ensino contextualizado e não desenraizado. A Psicologia tem como tema as relações, e por conta disso, aqueles que a estudam fazem parte do objeto de estudo. Para concluir, um ensino efetivo é aquele que provoca, estabelecendo relações entre os diferentes conteúdos ministrados com a subjetividade dos alunos. Caso não ocorra essa provocação, o engajamento é nulo ou mínimo, e a probabilidade dessa questão ser ignorada na prática psicológica, em seus diferentes campos, é alta.

Como aponta Chagas (2017), as questões psicopolíticas subjacentes ao preceito de compromisso social da Psicologia, o contexto no qual ela se desenvolve e é aplicada, exigem que o currículo e a formação dialoguem constantemente e profundamente com a realidade social, uma vez que não é neutro, e anuncia relações de saber-poder. De acordo com a autora, a psicologia é confrontada com sua práxis, que acaba enfatizando a parcialidade dos conteúdos trabalhados em sala de aula, que como foi apontado por cerca de metade dos entrevistados, é notadamente eurocêntrica, e excludente tanto em termos de campo de conhecimento, quanto em termos de epistemologia.

Desse modo, é importante promover ações no âmbito das disciplinas de interface com o Sistema Conselhos de Psicologia, com o Ministério Público, com movimentos sociais, dentre outros, bem como ações que estimulem o letramento étnico-racial (TWINE & STEINBUGLER, 2006; SCHUCMAN, 2014) dos estudantes de Psicologia. Tal letramento envolve basicamente: o desenvolvimento de um vocabulário e de uma gramática que possibilitem a discussão sobre as relações étnico-raciais; a compreensão do racismo como um problema atual e não apenas um legado histórico; o entendimento de que as identidades étnico-raciais são resultado de práticas sociais; a capacidade de traduzir e interpretar códigos e práticas racializados na sociedade; a análise das formas como o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade; e o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude.

Referências

BARCELLOS, J. da R. dos S. **Formação em psicologia e a educação das relações raciais: um estudo sobre os currículos de graduação em psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana.** 2016. Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2016.

CHAGAS, R. S. **Sabe com quem você está falando? A ausência de conhecimentos multiculturais na formação de psicólogos.** 2017. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), SP, Brasil, 2017.

GONZÁLEZ REY, F. **Educação, subjetividade e a formação do professor de psicologia.** *Psicologia: Ensino & Formação*, 5 (1): 50-63. 2014.

SANTOS, A. O. et al. **Marcos Regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo(a).** *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, Bahia, 02 (n. esp.), p. 16-27, 2015.

SCHUCMAN, L. V. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana.** *Psicologia & Sociedade*, 26: 83-94, 2014.

TWINE, F. W. & Steinbugler, A. **The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy.** *Du Bois Review*, 3(2): 341-363, 2006.



Relato de experiência e criações artísticas

Categoria



Terça Afro: território de afetos

Jessica Moura Silva Santo
Ana Caroline da Silva de Jesus

Coletivo Terça Afro: Ana Caroline da Silva de Jesus, Danuza Novaes da Silva,
Beatriz Reis Gonçalves, Harry de Castro, Jéssica Moura, Mateus Machado e
Victor Julião

Apresentação

“Creio que existe um lugar frequente e indiviso entre o tempo e a memória daqueles que habitam outras Áfricas, e o Terça Afro vem viajando esse lugar não distante do tempo”

Luciano D. Lubazandyo

O Coletivo Terça Afro atua desde 2012 na Zona Norte da capital paulistana, nesses quase sete anos vem se consolidando como um “território de afetos”, onde acontece: formação continuada sobre questões raciais, compartilhamento de ideias e acolhimento. A troca de saberes possibilita pensar caminhos de combate ao racismo, construção identitária e ampliação de repertório ligado à temática negra.

O projeto propõe rodas de conversa com jovens, adultos e crianças. Os encontros têm sido de muita importância no sentido de criar um espaço de diálogo a respeito de questões étnico-raciais com amplitude e diversidade de temas, o que gera o reconhecimento do projeto ao longo desses anos como uma das grandes referências em São Paulo para diálogo, formação e toda as possibilidades de compartilhamento a respeito da história e cultura negra.

Essa organização circular coletiva, ao longo de seu tempo, vem buscando outras possibilidades pedagógicas possíveis, que se distanciam um pouco das práticas mais formais de promoção do ensino (modelos escolares e universitários), promovendo, dessa forma, novas práticas de promoção de saberes.

O Terça Afro foi idealizado por Ana Caroline da Silva de Jesus e Danuza Novaes da Silva, atualmente, além das fundadoras, conta com: Beatriz Reis Gonçalves, Harry de Castro, Jéssica Moura, Mateus Machado e Victor Julião.



Justificativa

“Aqui o Afro é então positividade e lugar político específico. Sobretudo, tem sido utilizado em situações de expatriação, exclusão ou domínio. Sim afirmar-se como indivíduo e coletividade cuja origem é África pode ser estratégia de inflexão da normalidade”.

(SALOMÃO apud JESUS e GUELEWAR, 2016, p.21).

Segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Paulo é a segunda cidade em que reside a maior população negra no Brasil, perdendo apenas para Salvador. A população da subprefeitura da Casa Verde, Território do Terça Afro, é composta por aproximadamente 37% de negros (CENSO, 2010). São Paulo também se apresenta como uma cidade racista, onde a violência promovida pelo Estado tem características de uma epidemia e as marcas de um verdadeiro genocídio contra a população negra (Gomes e Laborne, 2018).

O município está dividido em 32 distritos que diferem em suas características geográficas, condições de acesso a serviços públicos, educação, transporte, lazer, cultura e de saneamento básico (Infocidade, 2016). A Prefeitura Municipal de São Paulo (2016) tem 1.698 favelas catalogadas. Destas, 35 estão na região da Cachoeirinha/Casa Verde, sendo 34 delas no primeiro distrito.

Fazendo parte da mesma subprefeitura, Cachoeirinha e Casa Verde são bairros que apresentam condições diferentes, o que pode ser evidenciado, entre outros fatores, pelo investimento e acesso à Saúde no Território. Cachoeirinha tem população de 143.523 habitantes, enquanto Casa Verde tem de 85.624. O distrito tem 13 Unidades Básicas de Saúde (UBS), distribuídas da seguinte forma: quatro na Cachoeirinha e cinco na Casa Verde. Ou seja, o bairro com mais habitantes, apresenta menos UBS's. Quando se calcula a taxa de atendimento por habitante, é notório que a região da Cachoeirinha tem o índice mais baixo, com 0,58 atendimentos por 20.000 habitantes, contra 1,18 da Casa Verde. (Infocidade, 2016).

Somada a dificuldade de acesso à saúde e a violência do Estado, pode-se inferir que a população negra nessa região da Zona Norte tende a ser vulnerável. O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS, 2015) compreende vulnerabilidade como “não apenas a situação de pobreza e sim a conjunto de fatores relacionados ao território, dificuldades enfrentadas pelas famílias e falta de acesso a políticas públicas. Situações que têm como origem os processos de reprodução das desigualdades sociais”. Abramovay (2002) dá um passo além nessa descrição e acrescenta a capacidade do sujeito de responder a crises. Portanto, é pertinente afirmar que o conceito de vulnerabilidade está ligado a sentimentos de insegurança e incerteza, devido à exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos desfavoráveis que dificultam o acesso a condições dignas de vida.

Reconhecendo as vulnerabilidades materiais e emocionais da população do território, composto por mais de um terço de negros, o Terça Afro atua a partir das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que tem como pressuposto fortalecer a inserção da temática étnico-racial nos processos de educação permanente e o reconhecimento do racismo e das desigualdades raciais como determinantes sociais das condições de saúde.

Assim, o Projeto desenvolve suas atividades com vistas à promoção da equidade a partir de seu conceito ampliado, levando em consideração aspectos econômicos, políticos, histórico-sociais, qualidade de vida, acesso à saúde, entre outros. Nesse sentido, evidencia-se o racismo como principal determinante social para população negra, visto que incide negativamente sobre todos esses fatores que compõem o conceito de saúde físico/mental e se vinculam com o cotidiano dessa população.

A partir das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que tem como pressuposto fortalecer a inserção da temática étnico-racial nos processos de educação permanente, o reconhecimento do racismo e das desigualdades raciais como determinantes sociais das condições de saúde.



Metodologia

O projeto consiste na promoção de rodas de conversa entre os frequentadores do Território e convidados. Estes podem ser pessoas com experiências diversas dentro da temática racial ou pesquisadores que estudam a população negra no Brasil, no continente africano ou na Diáspora, em suas mais diferentes esferas, como sociológica, psicológica, histórica, artística, entre outras. Primeiramente, o convidado explana seu tema entre 45 e 60 minutos e, em seguida, abre-se diálogo entre ele e público presente.

Desde a organização do espaço, os valores ancestrais da oralidade e circularidade estão presentes e são elementos centrais para construção das práticas desenvolvidas nos encontros do Coletivo Terça Afro, por entender que é um exercício que visa estabelecer espaços singulares de trocas igualitárias e de potencial de vida.

Trajetória

Atividades realizadas no período de 2012 a agosto de 2018:

- 240 rodas de conversa;
- 13 Terças Afro Itinerante em diferentes espaços e regiões de São Paulo;
- 20 apresentações artísticas de música, dança, performance, teatro e outras.
- 9 cursos;
- 5.000 pessoas circularam em nossas atividades;
- Editais contemplados: Fomento à Periferia e Programa VAI 1 e 2

Pelo Terça Afro já passaram diversos nomes importantes nesses seus quase sete anos de existência: Akins Kintê, Allan da Rosa, Ana Paula Xongani, Carlos Machado, Carlos Moore, Coletivo Negro, Cuti, Danna Lisboa, Deivison Nkosi, Dj KL Jay, Kiusam de Oliveira, Mafoane Odara, Marcio Farias, Maria Lucia da Silva, Miriam Alves, Oswaldo Faustino, Patrícia Santos, Raquel Trindade, Renata Martins, Salloma Salomão, Sandra de Sá e muitos outros.

No Quilombo Terça Afro houve a presença de: Silvio Almeida, Vilma Reis, Preta Rara, Joice Berth, Joel Zito Araújo, Moisés da Rocha e outros. Além de shows de: Bia Ferreira, Cris SNJ, Denna Souza e Luana Bayô.

Além das rodas de conversa já tradicionais que o projeto faz, no Quilombo houve cursos importantes como de ervas com Dimas Reis, autocuidado com Sirlene Santos e Amanda de Jesus e um que está fazendo muito sucesso que iniciou no Terça Afro que foi o de Educação Financeira com a economista Gabriela Mendes da No-Front Empoderamento Financeiro.

Nosso projeto para 2019 é ampliar as atividades realizadas no Quilombo Terça Afro com atendimento psicoterapêutico com as psicólogas Jéssica Moura (integrante do Terça Afro) e Thamyres Montani, curso de idiomas inglês com Luciana Correia, francês com Mbaidigum Djikoldigam e Yoga Africana com Furaha Imani. Além da ampliação de programação e acesso ao espaço, como as Samba-das no Quilombo, e atividades propostas por outros coletivos.

As Rodas de Conversa acontecem mensalmente, às terças-feiras, a partir das 19h, no Quilombo Terça Afro, em São Paulo.





Um corpo negro

Lubiana Prates Raimundo

Resenha de “Um Corpo Negro” de Lubi Prates

Versos de um fel antirracista – Lubi Prates por Bruno Vieira

Quando juntamos a palavra “corpo” e “negro” na mesma frase, criando a expressão “corpo negro”, diversas imagens nos vêm à cabeça. Uma hora nos vem a imagem da sambista seminua que desfila na escola de samba. Outra hora vem o capoeirista que evoca uma ancestralidade por meio da sua ginga. Certos lugares são mais evocados e outros se tornam esquecidos do lugar da pessoa negra na sociedade. E tais lugares são basicamente visões estereotipadas e/ou distorcidas do que a expressão pode evocar. E, ao se falar do livro *Um corpo negro*, de Lubi Prates (nosotros, editorial), faça o favor de esquecer qualquer tipo de estereotipia.

O livro é uma coletânea de poemas escritos por Lubi dentro de um processo de reconhecimento do seu corpo como um elemento inscrito na sociedade. São poemas que não são facilmente inteligíveis do ponto de vista da razão, apenas, mas que causam profundo *rendez-vous* nas nossas mais íntimas entranhas. É um livro repleto de entranhas que não são estranhas às pessoas negras, diga-se de passagem. Pessoas negras que leem o livro se identificam com ele não no nível da consciência, mas de um inconsciente coletivo, de um sentimento de pertença que faz com que se enxergue cada pessoa negra em cada letra, em cada palavra, em cada verso e estrofe.

Um corpo negro é um livro indigesto. Porque ele traz uma mensagem que precisa ser dita pela poeta e ouvida pelo leitor. Não é uma publicação linear, tampouco se pretende a isso: escrito de maneira visceral pela poeta paulistana, o livro é uma coletânea de poesias que relatam as diversas maneiras de se experimentar a vivência de um corpo negro – geralmente subjugado e visto como inferior na nossa sociedade (racista) brasileira. O profundo e denso movimento a que essa publicação nos leva a fazer deixa-nos desbaratinados, tontos, des-realizados, mas ao mesmo tempo cientes do que é a condição de um corpo negro em um mundo desigual, em um mundo racista.

Se você espera que *Um corpo negro* seja uma publicação de fácil leitura, você se equivoca. Sabendo-se que o racismo é uma ex-



periência venenosamente amarga às pessoas negras, o livro nos apresenta a condição de tais corpos no mundo e, ao mesmo tempo, revela que esses corpos não necessariamente irão sucumbir à discriminação. Ainda que ela exista, e se paute pela cor da pele, o livro é uma prova cabal de que resistência não é meramente uma palavra de ordem, mas um *modus operandi* de uma população violentada há pelo menos 350 anos.

Não podemos esquecer que estamos em tempos sombrios. Tempos nos quais é fácil desacreditar e paralisar diante o inimigo. Por isso, *Um corpo negro* pode ser um texto triste, cuja melancolia não aponta para a morte, mas apresenta como tem sido possível a existência e a resistência de corpos negros, diversos e diferentes, nesse nosso Brasil que se coloca acima de todos.

* * *

arrancaram meus olhos
e cada pelo do meu corpo,
cortaram minha língua.
arrancaram unha a unha,
dos pés e das mãos.
cortaram meus seios e o clitóris,
cortaram minhas orelhas,
quebraram meu nariz.
encheram minha boca e os outros vácuos
de monstros:
eles devoraram tudo.
só restou o oco.
então, eles comeram este resto,
limparam os beiços.
depois, vomitaram.

§

quem tem medo da palavra
NEGRO
quando ela não ultrapassa
as páginas do dicionário e
do livro de História?
quem tem medo da palavra
NEGRO
quando ela está estática ou
cercada por outras palavras
nas páginas policiais?

quem tem medo da palavra
NEGRO
se transformam em:
moreno mulato
qualquer coisa bem perto de
qualquer coisa quase
branco?

quem tem medo da palavra
NEGRO
se quando eu digo
faz silêncio?

quem tem medo da palavra
NEGRO
que eu não digo?

quem
tem
medo
da
palavra
NEGRO

quando ela não faz pessoa:
carne osso e fúria?



meu corpo é meu lugar de fala
meu corpo é
meu lugar
de fala

embora
a voz seja
apenas
um resto
arranhando a garganta.

meu corpo é
meu lugar
de fala

e eu falo
com meus cabelos e
meus olhos e
meu nariz.

meu corpo é
meu lugar
de fala

e eu falo
com minha raça.

meu corpo
eu nomearia
território

se pudesse
inventar
um idioma próprio.

meu corpo é
meu lugar
de fala,

meu corpo é
meu território:

um caminho
sempre
insuficiente

construído
a partir de
escombros

moldado por
violências

tantas vezes invadido.

meu corpo é
meu território:

a fronteira
guarda o limite

um vazio
no lugar do
estômago.

meu corpo é
meu lugar
de fala

embora
a voz seja
apenas
um resto
arranhando a garganta.
meu corpo
eu nomearia
território




se pudesse
inventar
um idioma
próprio.

meu corpo
conta
por si só
histórias
além de mim.

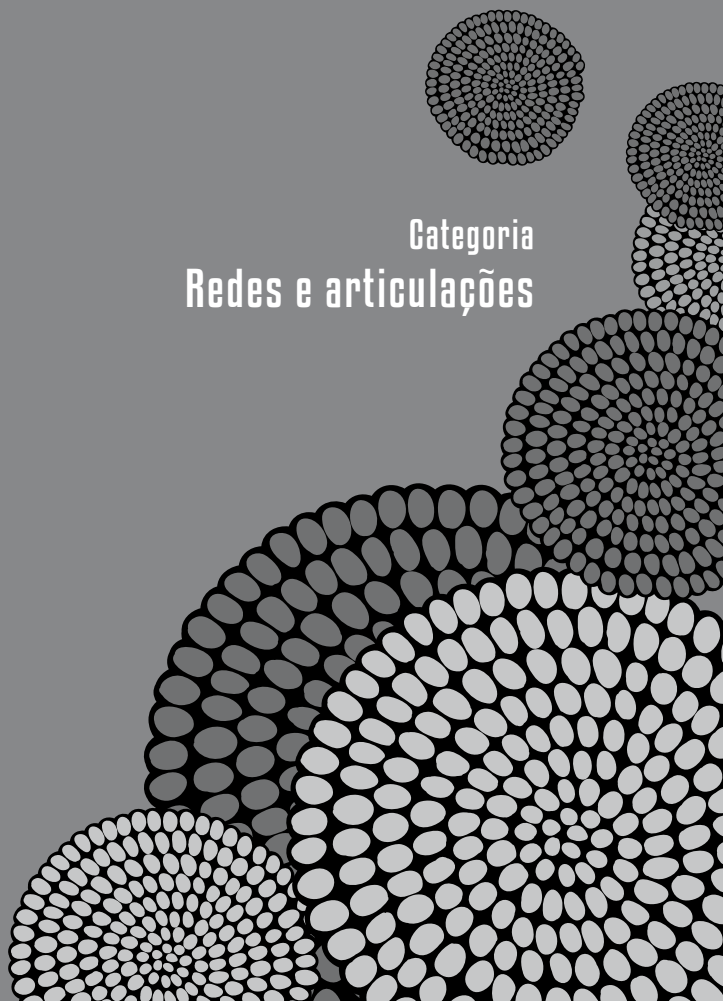
* * *

Bruno Vieira é jornalista e mestre em Psicologia Social. Possui experiência em elaboração e execução de projetos socioculturais, bem como em articulação social. Atua com comunicação comunitária e em projetos de formação que visam contribuir para o acesso de pessoas negras à pós-graduação. É coordenador do projeto “Mente Preta”, *podcast* que entra no ar a partir de janeiro de 2019.



Livro: **Um corpo Negro**
Título: **UM CORPO NEGRO**
ISBN: 9788554044503
Idioma: Português
Encadernação: Brochura
Ano de edição: 2018
Edição: 1^a
Autora: Lubi Prates
Editora: Nosotros

Categoria
Redes e articulações



A parceria NURAAJ e AMMA Psique na prática da clínica do Sedes

Priscilla Soares Prada
Liamar Almeida de Oliveira
Rafael Muscalu Raicher

Terapeutas da Parceria Nuraaj-AMMA Psique e Negritude: Carla França F. Rosa, Cristiane Gonzalez Gomes, Iara Rodrigues, Juliana Mendes Torres, Lara Herrera, Liamar Almeida de Oliveira, Marianne Oliveira De Toni, Pedro Musa, Priscilla Prada, Rafael Muscalu Raicher, Sabrina Arini, Samantha Fonseca e Sandro Andrade

Apresentação

O NURAAJ – núcleo de referência e atenção à adolescência e juventude – projeto referido no presente artigo foi pensado e idealizado por Maria Ângela Santa Cruz, em meados de 2005 na clínica do Instituto Sedes Sapientiae. Maria Ângela era psicanalista, analista institucional e mestra em psicologia clínica pela PUC-SP. Foi uma incansável defensora da democracia, dos direitos humanos e de uma psicanálise libertadora. Batalhou até seus últimos dias pelo direito das crianças e dos adolescentes. Faleceu em abril de 2016, deixando seu legado por todos os lugares por onde passou, inclusive pelo NURAAJ.

Como herança, Maria Ângela também deixou ao projeto a incumbência de receber financiamento público por meio de um edital do FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – inscrito no ano de 2014, que possibilitaria aos terapeutas que fizessem parte do projeto serem remunerados pelo seu trabalho e, dado o aumento de horas dedicados a este, pudesse haver um alcance maior da população. Tal provimento, fez com que os terapeutas que permaneceram no NURAAJ após seu falecimento – Priscilla Prada e Sandro Andrade – se mobilizassem para reestruturá-lo, e buscassem formas de amplificar as ações do projeto para além da vizinhança do Instituto, bem como alcançar a população que de fato precisava de um serviço de saúde mental gratuito e de qualidade na cidade de São Paulo.

Para tanto foi buscado uma parceria com o Instituto AMMA Psique e Negritude. Além do objetivo citado acima, uma parceria com o AMMA também contribuiria para o enegrecimento do instituto e fomentaria uma prática antirracista aos terapeutas que começavam a fazer parte do projeto NURAAJ.

Em 2017, com a contribuição de Sabrina Arini, o financiamento pôde enfim chegar ao NURAAJ e muito de seu planejamento começar a sair do papel.



Introdução

Adolescentes e jovens, pela própria condição psíquica, social e racial, são uma população muitas vezes de “não encaixe”, de “inadaptabilidade” às instituições, fazendo de sua chegada e permanência questões a se pensar e trabalhar. Com esses marcadores raciais e sociais, que incluem violência de Estado, pensamos que é nossa obrigação clínico-política repensar nossas formas de fazer clínica, ou seja, precisamos afinar nossa escuta e nossas estratégias de cuidado para alcançar a população que entendemos como a mais vulnerável.

Um levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial (2015) apresentou que Parelheiros, bairro localizado no extremo sul da capital paulista, tem 78 vezes mais negros que Pinheiros. Dizendo de outro modo: enquanto em Parelheiros o percentual de negros é de 57,1%, no distrito de Pinheiros é de apenas 7,3%. Os bairros do extremo das zonas Sul e Leste de São Paulo lideram o *ranking* dos distritos com o maior número de negros. Geograficamente, 42 km separam o bairro mais negro e o bairro mais branco da capital paulista – a segregação socioespacial tem cor e produz efeitos.

Com o projeto finalmente aprovado pelo FUMCAD, a equipe que ia se formando se deparou com a feliz possibilidade de atender a um grande número de pessoas gratuitamente (inclusive com a possibilidade de ajuda de custo para chegarem via transporte público), podendo alcançar essa população de adolescentes que normalmente fica no limbo assistencial. Além dos marcadores citados acima, muitos não são “casos para CAPS” e tampouco UBS’s conseguem trabalhar com demandas tão complexas como adolescentes em grande sofrimento psíquico a ponto de se refugiarem em seus quartos, se isolarem do mundo, serem muito agressivos com os outros ou consigo mesmos, se cortarem, fazerem uso abusivo de substâncias e do virtual, tentarem se matar ou manifestarem outros sofrimentos de grandeza considerável. Também são poucas as instituições públicas ou não governamentais que prestam o serviço de escuta a esses adolescentes.

Queríamos afinar nossa escuta, entender como o racismo à *brasileira* é um fator de importância na constituição das subjetividades e sofrimentos de nossa população. Ao mesmo tempo, um incômodo óbvio nos fazia refletir: éramos em nossa equipe todos psicanalistas brancos de classe média, média alta e, por mais amplas que fossem nossas experiências (inclusive com populações periféricas) e multiplicidade dentro do recorte da equipe, havia ainda essa marca na pele que já entendíamos como sintomática. Onde estavam os analistas e terapeutas negros? Eles existem por aí, mas por que tínhamos tão poucos colegas negros circulando em nossos lugares de trabalho e transmissão?

Nesse momento caberia a questão: e o branco? Afinal, vivíamos os efeitos da branquitude nesse espaço? Na tese intitulada *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, Lia Vainer Schucman (2014) aponta os privilégios dos brancos. Vejamos: “A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder fundamentais, concretas e subjetivas em que as desigualdades raciais se ancoram (...)”. Quais os significados e sentidos de “ser branco” compartilhados em nossa cultura? Quais os processos de constituição destes sujeitos como brancos? É possível falar em identidade racial branca no Brasil? Caso seja possível, de que forma ela se caracterizaria?

Pensando nisso, buscamos em 2017 a parceria com o Instituto AMMA Psique e Negritude. Queríamos fortalecer a discussão, pensar e atentar às especificidades produzidas pelas relações raciais, seus efeitos clínico-político-institucionais. Não queríamos apenas atender a população negra e repetir uma velha configuração de profissionais brancos (de ensino superior) atendendo a população negra. Queríamos atender *com* profissionais negros, criar interlo-



cuções, identificações e diferenciações, questionamentos internos e externos com nossa equipe, com a instituição e até com os pacientes sobre as diferenças sociais e raciais de produções subjetivas que o racismo estrutural produz. O que significa ser negro sociopsiquicamente? O que significa ser branco? O que significa um terapeuta negro atendendo em uma instituição branca? O que significa ser um jovem negro no Brasil atual? O que significa ser negro nas suas mais variadas tonalidades? Faz diferença? Como tudo isso atravessa a escuta psicanalítica?

É curioso que tenhamos que defender repetidamente alguns argumentos quando falamos de nossa experiência atual. Para as psicanálises há universais que são considerados independentes da experiência. O inconsciente é talvez o maior deles (não entraremos aqui na polêmica de quais universais seriam esses). E nossa experiência confirma: há Édipo, pulsões, recalque, resistência, sintomas, transferência, etc., em todos os nossos atendidos. Porém, ao escutar (inclusive na escuta flutuante), se somos municiados com um saber crítico sobre o racismo, conseguimos reconhecer, diferenciar e perceber nuances (que, nas consequências sobre a vida dos pacientes, de sutil não têm nada) de como o racismo opera.

Essa parceria vem sendo tecida a várias mãos, colocando-nos diante dos efeitos do racismo estrutural em cada um de nós. Um processo sofrido e importantíssimo para pensarmos a clínica das relações raciais. E, para pensar e discutir isso institucionalmente, é necessário retornar ao tema do racismo estrutural e da dívida histórica.

Metodologia

Como fruto desse trabalho intenso de reconstrução e de parcerias, laços e desenlaces, hoje no NURAAJ trabalhamos com uma equipe de 13 terapeutas: 7 terapeutas contratados provenientes da Clínica do Instituto e que, em algum momento de sua formação, passaram por Aprimoramento nesta, 1 terapeuta contratado advindo do Curso de Psicanálise e inserido na equipe por pertinência técnica, 1 voluntária do Instituto Sedes e 3 psicoterapeutas do Instituto AMMA.

Atendemos cerca de 100 pacientes – adolescentes entre 12 e 17 anos, jovens entre 18 e 22 anos e seus familiares e/ou técnicos dos dispositivos responsáveis.

Nesses grupos está a expressão de nosso trabalho de questionamento e transformação clínica: a população atendida não é mais aquela oriunda do entorno do Instituto Sedes, mas sim adolescentes, jovens, pais e técnicos de bairros distantes do Centro de São Paulo. Grupos coloridos, multirraciais, que encontram espaço de elaboração para seus sofrimentos.

Os atendimentos ocorrem prioritariamente em grupos separados por idade (não necessariamente cronológica, mas subjetiva), com o cuidado da pertinência clínica de cada paciente na inserção nos grupos, cuidando assim do paciente individualmente e do grupo que o receberá. Realizamos também atendimentos individuais quando sentimos a necessidade.

Nesse momento, contamos com 8 grupos de adolescente e jovens, 1 aberto formado para receber os familiares dos adolescentes e jovens, e 1 grupo de acolhimento para a chegada e primeira escuta de pacientes encaminhados de outros dispositivos, além de um lugar a mais de fala para os adolescentes já inseridos em outros grupos em momentos de urgência.

Priorizamos os atendimentos em grupo por entender que a multiplicidade existente neles auxilia no processo de produção de subjetividade, tão importante nessa fase da vida na qual deveria se operar a separação do casal parental e a saída para o mundo. As diferentes subjetividades, histórias, sofrimentos e vivências que ali emergem podem auxiliar e servir de apoio – e muitas vezes próteses – aos parceiros de grupo para criarem novas singularidades.

Também acreditamos no dispositivo grupal como alternativa ao modelo impregnado em nossa sociedade pela ideia de indivíduo, uno, identitário.

Nossa atuação visa alcançar a família e os dispositivos por entender que os adolescentes, muitas vezes, são a via pela qual o sofrimento familiar e os desarranjos das instituições se expressam – além de muitas vezes o sofrimento ser maior nos pais do que nos



adolescentes – e pensamos que para produzir transformações nas pessoas, é preciso promover transformações nas lógicas operantes em suas famílias e dispositivos.

Resultados e Conclusões

Após a parceria com o AMMA, nossos grupos tornaram-se multi- raciais e possibilitaram que as diversas subjetividades começassem a se sentir representadas, não só por se reconhecerem nos demais participantes, mas também nos terapeutas. Facilitou e autorizou que os negros ocupassem as salas do instituto e levassem para esse espaço – até então branco em sua grande maioria – seu sofrimento e sua subjetividade.

A parceria com os terapeutas do AMMA também trouxe ao NURAAJ e ao SEDES uma troca de valor inestimável às práticas clínicas e institucionais, que vão além do atendimento em si para uma conscientização e problematização dos efeitos do racismo estrutural nas subjetividades de negros e brancos e nas atuações institucionais de saberes e poderes.

O evento-roda “Deu Ruim”

No dia 11 de agosto de 2018 aconteceu no Instituto Sedes o evento *Deu Ruim* – O mal-estar do adolescente e sua família na contemporaneidade, promovido pelo NURAAJ – Núcleo de Referência em Atenção à Adolescência e Juventude. O evento faz parte do cronograma do convênio com o FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – aprovado em 2014 que, em meio aos entraves burocráticos e financeiros, apenas pôde sair do papel em setembro de 2017.

O evento *Deu Ruim* nasceu para discutir o mal-estar do adolescente e sua família na contemporaneidade. Pensar a multiplicidade da adolescência e (por que não?) “adolescências”, a partir da intersecção raça, gênero e classe. Para tanto, o dispositivo utilizado foi a Roda de Conversa.

Tínhamos como objetivo, mais do que a transmissão de um saber sobre a adolescência e juventude, propiciar um lugar de troca

e reflexão a respeito desse tema de utilidade pública. Entendemos que nessa troca e produção de conhecimento os pacientes, familiares e dispositivos também são agentes e autores e por isso o fizemos aberto ao público, a fim de ampliar o conhecimento, a troca e seus efeitos. E também por isso a Roda. Acreditamos que o diálogo é uma das formas mais ricas de promover conhecimento, trocas, *insights* e novas perspectivas. Então o objetivo da Roda era o de proporcionar um ambiente informal, promovendo um diálogo horizontal entre todos os presentes, de modo que todos pudessem contribuir com reflexões, saberes, provocações e experiências. Como dito por Emiliano Camargo David na cultura afro-indígena, a roda é o local de encontro, é na roda de samba que os versos são cantados, celebrados, festejados. Na capoeira, na ciranda... estar em roda é se colocar em posição afro-brasileira.

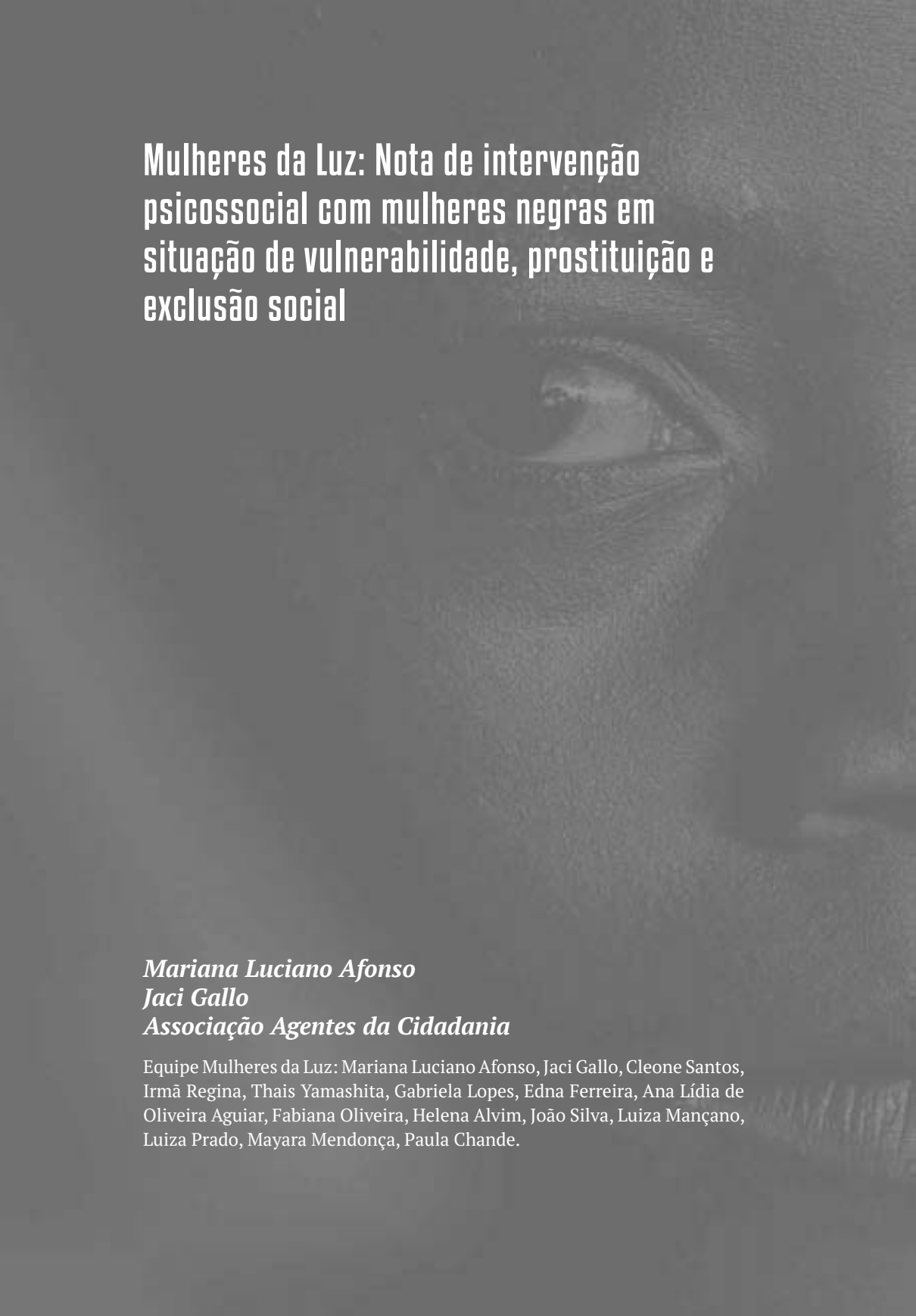
Acreditamos que o evento é um demonstrador de que estamos alcançando nosso objetivo, mas muito ainda precisa ser feito. Ele foi apenas o pontapé inicial para que as discussões que ocorrem na parceria AMMA-NURAAJ possam se estender a todo o Instituto Sedes Sapientiae.

Referências

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed Annablume, 2014.

SANTIAGO, T. **Parelheiros tem 7,8 vezes mais negros que Pinheiros**, diz levantamento. Portal G1, 2015. Acessado em nov 2018 <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/parelheiros-tem-78-vezes-mais-negros-que-pinheiros-diz-levantamento.html>>.



A close-up, grayscale photograph of a person's face. The person's eyes are completely covered by a white, textured bandage. The person's mouth is slightly open, and their skin appears to have some texture or possibly small injuries. The lighting is dramatic, with strong highlights and deep shadows, creating a somber and intense atmosphere.

Mulheres da Luz: Nota de intervenção psicossocial com mulheres negras em situação de vulnerabilidade, prostituição e exclusão social

*Mariana Luciano Afonso
Jaci Gallo
Associação Agentes da Cidadania*

Equipe Mulheres da Luz: Mariana Luciano Afonso, Jaci Gallo, Cleone Santos, Irmã Regina, Thais Yamashita, Gabriela Lopes, Edna Ferreira, Ana Lúcia de Oliveira Aguiar, Fabiana Oliveira, Helena Alvim, João Silva, Luiza Mançano, Luiza Prado, Mayara Mendonça, Paula Chande.

Resumo

O racismo configura-se como um problema histórico e estrutural da realidade brasileira. O presente artigo é resultado de cinco anos de intervenção psicossocial em um grupo que constrói redes e articulações para atuar com mulheres negras e pardas em situação de vulnerabilidade, prostituição e exclusão social na região do Parque da Luz, em São Paulo. Atualmente são atendidas cerca de 500 mulheres em situação de prostituição e vulnerabilidade social por mês, na região da Luz, até o Parque Dom Pedro. Cerca de 80% dessas mulheres são negras e pardas e têm mais de 40 anos de idade. São mães, avós e moradoras das periferias. Nosso trabalho constitui-se por diferentes atividades, sempre construídas com as mulheres e de acordo com suas demandas. Somos orientadas por um olhar psicossocial que busca combater as opressões de raça, gênero e classe, e tem por horizonte a transformação social como compromisso ético e científico da Psicologia.

Palavras-chave: Racismo; Exclusão social; Mulheres negras; Compromisso social da Psicologia.



Introdução e Justificativa

O racismo configura-se como um problema histórico e estrutural da realidade brasileira. O presente artigo é resultado de cinco anos de intervenção psicossocial em um grupo que constrói redes e articulações para atuar com mulheres negras e pardas em situação de vulnerabilidade, prostituição e exclusão social na região do Parque da Luz, em São Paulo. Neste artigo buscamos contribuir com a reflexão sobre alguns dos efeitos do racismo na sociedade e as formas estratégicas de sobrevivência e resistência que podem ser traçadas com a população negra, assim como a produção de saúde mental em um contexto de extrema vulnerabilidade social.

A prostituição configura-se como um tema sempre envolto por muita polêmica, tanto nacional como internacionalmente, de modo que, historicamente, os Estados encontram-se divididos em suas práticas (FÁVERI, 2010; LEGARDINIER, 2009). Na maioria dos casos, essas polêmicas giram em torno de discursos e práticas higienistas, relacionados ao combate de doenças venéreas e à percepção da mulher em situação de prostituição¹ como uma “disseminadora de doenças”, de modo que, dificilmente, são pensadas intervenções e políticas públicas que dialoguem com as realidades e demandas dessas mulheres (AFONSO, 2014; 2017).

No Brasil, a história da prostituição está intimamente ligada ao nosso passado colonial e escravagista. Segundo Pereira (2005), no Brasil, durante o século XIX, a maioria das prostitutas da corte imperial era constituída por escravas negras. De acordo o autor, nos primeiros anos do regime republicano, após a abolição da escravidão, e sem políticas de compensação ou a inserção da população negra no mercado formal de trabalho, era comum encontrar nas ruas do Centro do Rio de Janeiro jovens negras (baianas ou afrodescendentes) nas janelas e portas de suas casas.

Atualmente são diversos os contextos em que ocorre a prostituição. Durante os últimos 30 anos o comércio sexual cresceu e

1 Utilizaremos aqui os termos “em situação de prostituição” e “em situação de vulnerabilidade”, porque são os termos por meio dos quais as mulheres que participam de nossas intervenções preferem se identificar.

diversificou-se rapidamente, configurando-se como uma indústria que faz circular bilhões de dólares (BERNSTEIN, 2008). Paralelamente à inclusão da indústria do sexo no sistema capitalista, contudo, as prostitutas ainda têm sido culpabilizadas, criminalizadas, socialmente excluídas e invisibilizadas e sua atividade ocorre em um meio de risco devido à exposição à violência, álcool, drogas e doenças, deixando-as em uma situação de vulnerabilidade social (GUILMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005; SANTOS; FANGANIELLO; PAPARELLI; OLIVEIRA, 2008).

Dentre os diferentes contextos em que vemos a presença da prostituição, destaca-se a prostituição de rua e de baixa renda, composta majoritariamente por mulheres com baixa escolaridade e trajetórias de trabalho precarizadas. Muitas dessas mulheres são negras e pardas. Em São Paulo, a região do Parque da Luz é historicamente conhecida por abrigar esse tipo de prostituição. As mulheres que ali estão, em geral, encontram-se em uma situação de intensa vulnerabilidade e exclusão social.

Desenvolvimento

Nesta sessão serão descritas as atividades realizadas por um grupo de trabalho com as mulheres em situação de prostituição no Parque da Luz e seus entornos, em São Paulo. Atualmente, esse grupo conta com quatro psicólogas em sua equipe.

O grupo atua na região da Luz de forma totalmente militante e voluntária. As intervenções iniciaram-se com a atuação voluntária de uma mulher negra que viveu cerca de 20 anos da prostituição no Parque da Luz. A partir de 2013, essa mulher agrupou outras mulheres e o grupo passou a existir institucionalmente enquanto Organização Não Governamental (ONG) Agentes da Cidadania, para concorrer a editais de financiamento de algumas de suas atividades.

Devido às dificuldades relacionadas à natureza do trabalho militante voluntário, desde 2013 o grupo teve algumas oscilações e alterações em sua composição. No entanto, desde o surgimento, ele conta com a participação de duas psicólogas. Em 2018, somaram-se outros dois psicólogos, em um total de 15 integrantes.



Desde 2013, tem sido realizadas atividades de diferentes naturezas, sempre construídas com as mulheres atendidas e buscando dialogar com as suas realidades e as demandas. As atividades, embora diversificadas, são pautadas sempre por um olhar psicossocial de incentivo à autonomia, laços de solidariedade, fortalecimento de si e enfrentamento do racismo e das opressões de gênero e classe. A seguir, serão descritas as atividades desenvolvidas em cada ano:

Ano 2013

O trabalho iniciou-se com a realização de uma bicicleteca². Da bicicleteca surgiu a necessidade de ter uma biblioteca, que se tornou uma forma de conseguirem ficar de forma permanente no Parque da Luz. Uma rotina foi instalada: as voluntárias começaram a visitar o parque todas as quartas-feiras, a biblioteca passou a ser conhecida por todos que passavam pelo parque e incentivou a troca de livros e doações, uma forma de todos se beneficiarem daquela iniciativa. Fortaleceu-se a aproximação com as mulheres em situação de prostituição, criando laços e vínculos de contato.

Ainda em 2013, apesar da dificuldade financeira, foi possível discutir e festejar o dia 8 de março com a distribuição de cartões com mensagens e bombons às mulheres do Parque e do entorno, até e Praça da Sé. Também foi possível fazer uma roda de conversa do Dia das Mães, e arrecadar doações para fazer uma comemoração de fim de ano. Essas iniciativas ajudaram a fortalecer os laços com as mulheres. Foi possível contabilizar que cerca de 150 mulheres se prostituíam nesta região – isto só durante o dia.

Ano 2014

No ano seguinte, em 2014, a Casa de Chá do Parque da Luz (patrimônio histórico tombado no Parque) tornou-se um local onde a ONG poderia se reunir com as mulheres e ter rodas de conversa. Era importante para as mulheres da região discutirem os problemas enfrentados buscando alternativas de mudanças, autoconhecimento, eleva-

2 Eram transportados livros em uma estrutura de bicicleta, incentivando a leitura das mulheres

ção da autoestima, conhecimento das políticas públicas, entre outros.

No dia 25 de março, foi realizada a primeira roda de mulheres com grande aceitação e participação. Uma pedagoga e uma psicóloga trabalharam a autoestima das participantes da roda por meio de dinâmicas.

Desse encontro, foi identificado o propósito de conversar também sobre saúde bucal e confirmado que em todas as últimas quartas-feiras do mês aconteceriam rodas de conversa. Os temas eram sempre definidos a partir dos desejos e demandas das mulheres em situação de prostituição e vulnerabilidade no Parque. Alguns dos temas foram: a regulamentação da prostituição, realização de cadastro único nos programas CAD-ÚNICO, saúde mental, violência, Lei Maria da Penha, ações sociais dentro do parque com testagem, encaminhamento para mamografias e cadastramento para bolsas Família e renda Cidadão. Saraus também foram realizados.

As datas festivas, como o Dia das Mães, da Mulher e Natal, eram comemoradas com festejos. O primeiro bazar foi realizado ainda em 2014, para arrecadar dinheiro para custos com transporte e lanchinhos nas rodas de conversas.

Ano 2015

Em 2015, as rodas de conversas mensais continuaram. Foram realizadas também reuniões na Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, o que possibilitou abordar ainda mais políticas públicas. Foi discutida a formação de cuidados especiais de saúde, uso de anticoncepcionais, testagens e exames para detecção soropositivo e sífilis, prevenção das DST's em geral (com a distribuição de preservativos femininos, masculinos e gel lubrificante, pela perspectiva de uma concepção de saúde humanizada, baseada na política de redução de danos³) e cuidados ginecológicos. Para potencializar o trabalho, foram criadas parcerias com Unidades Básicas de Saúde (UBS).

3 Petuco (2012, p. 128) apresenta a seguinte definição, da Associação Brasileira de Redutores e Redutoras de Danos (ABORDA), de Redução de Danos: "É um paradigma que constitui um outro olhar sobre a questão das drogas, instituindo novas tecnologias de intervenção comprometidas com o respeito às diferentes formas de ser e estar no mundo, promovendo saúde e cidadania". Acrescentamos que, com relação à prostituição, busca-se não dirigir um olhar estigmatizante e com julgamentos morais sobre as mulheres que estão nessa condição, mas realizar a distribuição de preservativos e géis lubrificantes visando minimizar os riscos à sua saúde.



Além de cuidar do corpo, as mulheres também foram incentivadas a cuidar da saúde mental ao discutir sobre dependências químicas, medo e violência. Foi possibilitado maior acesso ao conhecimento e à cultura, realizando-se visitas a museus como a Pinacoteca e o Museu da Língua Portuguesa.

Ano 2016

Em 2016, ao constatar que na instalação onde funciona a Administração do Parque da Luz, localizada dentro do Parque, havia um pequeno porão ocioso e abandonado, reivindicamos sua utilização como um pedaço permanente de atividades. Conseguimos autorização e fizemos mutirões de limpeza, organização e manutenção do espaço.

As rodas de conversa continuaram em 2016. No mesmo ano, também foram realizadas oficinas com temas variados e sobre saúde. Foi realizada uma parceria com o Coletivo de Oyá (coletivo de mulheres negras da periferia de São Paulo, que luta pela libertação de mulheres negras e periféricas), dessa parceria surgiram oficinas voltadas especificamente para a saúde da mulher negra e sobre a construção de práticas de saúde baseadas em saberes ancestrais.

Foram iniciadas também oficinas de alfabetização e reforço escolar. Nesse sentido, orientamo-nos pelo apontamento de Guzzo, Mezzalira, Moreira, Tizzei & Silva Neto (2010) sobre a necessidade de a Psicologia inserir-se na realidade educacional brasileira de forma concreta, colaborando para que a relação entre teoria e prática possa gerar como frutos mudanças reais. Acreditamos que o acesso à educação dessa população em situação de exclusão social colaborou para amenizar um pouco um dos efeitos do racismo, que são os maiores obstáculos ao acesso à educação na população negra (SANTOS, 2011) e foi capaz de trazer importantes transformações em suas vidas, como a possibilidade de realização de cursos de capacitação profissionalizante.

O encaminhamento médico e em saúde para várias especialidades continuou, assim como testagens, distribuição de preservativos para prevenção de DSTs e gravidez indesejada, acompanhamento psicológico, assistência social e jurídica. Foram iniciadas algumas

oficinas de artesanato, para capacitação e complementação de renda das mulheres em situação de prostituição. Mantiveram-se as datas comemorativas como espaços de discussão e de afetividade. Foram realizados alguns bazares para arrecadar fundos.

Foi iniciado, pelas psicólogas, um projeto de escuta e registro de histórias de vida das mulheres em situação de prostituição e vulnerabilidade. As mulheres têm compartilhado, individualmente, suas memórias e trajetórias pessoais. Percebemos que tem funcionado como um espaço seguro de elaboração e autoconhecimento.

Ano 2017

O espaço do porão passou a ficar aberto de quatro a cinco dias durante a semana, para realização das atividades permanentes e atendimento de livre demanda das mulheres em situação de prostituição e vulnerabilidade. Em 2017, as rodas de conversa, comemoração de datas festivas e confraternizações continuaram. As mulheres atendidas continuaram sendo capacitadas por meio de aulas de reforço escolar, de alfabetização, de artesanato e oficinas de temáticas variadas.

A saúde (física e mental) permaneceu como pauta, com oficinas especializadas em enfermagem, prevenção de doenças transmissíveis, testagens e distribuição de preservativos, sempre em uma perspectiva humanizada. A assistência social também foi realizada com o acompanhamento psicológico e aconselhamento jurídico. Especialmente, nesse ano, foram realizadas oficinas de fotografia de setembro a dezembro. Encaminhamos seis mulheres para marcação de benefício assistencial de previdência (LOAS).

Ano 2018

Iniciamos o ano de 2018 com várias reuniões gerais com as mulheres em situação de prostituição, para definição de estratégias. Duas psicólogas somaram-se ao grupo, programando atendimentos de Psicologia em grupo todas as sextas-feiras, até o fim do ano.

Foi realizada uma parceria com uma universidade, buscando, por um lado, aproximar os estudantes de graduação da realidade dessas mulheres em situação de exclusão social e, por outro lado, a partir



das demandas das mulheres, ofertar todas as quintas-feiras oficinas de saúde em uma perspectiva preventiva, assistencial e interdisciplinar, envolvendo Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Fisioterapia e Farmácia. A partir dessa parceria, a cada 15 dias têm sido realizados também atendimentos psicológicos individuais.

Participamos da discussão e comemoração do dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. Foi um dia marcado por oficinas e confraternização. Em março, dia 21, tivemos também uma oficina de elaboração de sabonetes e outra de Corte e Costura, no dia 29. No nosso espaço conseguimos a doação de três máquinas de costura disponíveis para as mulheres que estão se capacitando em trabalhar com artesanato. Realizamos o primeiro bazar de 2018, nos dias 23 e 24 de março, para arrecadação de fundos para os lanches da casa.

Em abril, tivemos três aulas de Educação Física, para trabalhar a postura corporal. Dia 6, tivemos uma oficina de Musicoterapia e, no dia 12, uma roda de conversa sobre reaproveitamento de alimentos, com uma nutricionista. No dia 13, uma oficina de fitoterápicos. No dia 17 de abril, teve início um trabalho de campo de redução de danos, com distribuição de insumos na Luz, nos entornos e no Parque Dom Pedro. Era um grande sonho poder trabalhar com o público noturno devido à sua maior vulnerabilidade, solidão e descaso. Esse trabalho noturno acontecerá permanentemente às terças-feiras.

No dia 2 de maio, tivemos o “Dia da Beleza”, buscando desconstruir padrões hegemônicos de beleza e fortalecer a autoestima das mulheres, em especial das mulheres negras. Um voluntário, fotógrafo profissional, tirou fotos de quem manifestou desejo de ser fotografada. Essas fotos foram oferecidas como presente do Dia das Mães.

Em maio, retomamos também as nossas oficinas de alfabetização com um grupo de quatro professoras voluntárias. A primeira foi no dia 9 e, todas as semanas, nas quartas, quintas, sextas e sábados, temos oficinas com a duração que varia entre uma hora e meia e duas horas.

Demos início dia 19 a um pequeno projeto de “City Tour” que foi promovido por algumas voluntárias do curso de Turismo, para as mulheres da Luz conhecerem alguns pontos turísticos da cidade de

São Paulo. No dia 23, celebramos o mês de maio, mês das mulheres e homenageamos mulheres que já partiram desta vida e, também, todas aquelas que permanecem, ainda, entre nós. Em maio, tivemos ainda algumas rodas de conversa com um grupo de alunos e alunas da SENAC, onde se abordaram diversos temas relacionados com Educação Financeira.

Em junho, tivemos uma roda de conversa sobre Lei Maria da Penha e violência contra a mulher. Sendo o mês do Meio Ambiente, tivemos também oficinas sobre a preservação do Meio Ambiente com ênfase nos cuidados e preservação do Parque da Luz.

Entre julho e setembro, demos continuidade às atividades mencionadas, nas esferas da saúde, educação, assistência social e promoção de direitos. Acolhemos, no espaço do porão, uma média de 20 a 25 mulheres por dia. Foram encaminhadas 10 mulheres para consultas de odontologia e 48 mulheres para consultas de ginecologia. 48 mulheres foram encaminhadas para profilaxia pré-exposição (PreEP) e 18 para profilaxia pós-exposição (PEP). Conseguimos 13 marcações para LOAS.

Distribuímos, por mês, 700 preservativos masculinos, 300 femininos e 700 embalagens de gel lubrificante e variado material educativo. Nesse ano, seis mulheres conseguiram trabalho no projeto “Tudo de Bom”, projeto municipal de prevenção ao HIV, ligado ao Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) dos Campos Elísios, outras quatro mulheres atendidas conseguiram trabalho como cuidadoras e uma como cabeleireira. Desde março, temos cerca de 20 cestas básicas, por mês, resultantes de doações que distribuímos às mulheres que percebemos com necessidades básicas mais urgentes.

As psicólogas, com o grupo de voluntárias e as mulheres em situação de prostituição, estão finalizando o projeto de registro das memórias e histórias de vida das mulheres. O objetivo é que, ainda este ano, essas histórias sejam publicadas de maneira independente, preservando as narrativas das mulheres sobre elas mesmas, buscando desconstruir estigmas e preconceitos sociais e rompendo com o lugar de marginalização e invisibilidade social (GONÇALVES FILHO, 2004) que lhes é imposto.



Percebemos que, nesse contexto, aconteceu um processo muito parecido com o que González-Rey (2005) descreve que pode acontecer na realização de pesquisas qualitativas em Psicologia Social, em que as participantes “constroem suas próprias perguntas e reflexões. Essa posição ativa lhes permite expressar sua experiência e compartilhar reflexões muitas vezes inauguradas ali” (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 95-96).

Conclusão

Atualmente são atendidas cerca de 500 mulheres em situação de prostituição e vulnerabilidade social por mês, na região da Luz, até o Parque Dom Pedro. Cerca de 80% dessas mulheres são negras e pardas e têm mais de 40 anos de idade. São mães, avós e moradoras das periferias.

Nosso trabalho constitui-se por diferentes atividades, sempre construídas com as mulheres e de acordo com suas demandas. Somos orientadas por um olhar psicossocial que busca combater as opressões de raça, gênero e classe, e tem por horizonte a transformação social como compromisso ético e científico da Psicologia.

Nas diversas atividades desenvolvidas, o objetivo principal é a busca do resgate e fortalecimento da autoestima das mulheres (com especial atenção às relações étnico-raciais). Trata-se de trabalhos difíceis, pois demandam muito tempo e energia, quando não temos nenhuma trabalhadora ou trabalhador formalmente contratado. Todo trabalho é construído coletivamente, de forma militante e voluntária.

Desde que conquistamos um espaço físico temporário para o desenvolvimento de nossas atividades, sofremos também constantes ameaças de retirada do espaço. Essas ameaças, em nossa concepção, reforçam o olhar higienista que é dirigido às mulheres que têm na prostituição uma das únicas perspectivas de sobrevivência financeira. Acreditamos que esse olhar é tanto mais higienista quanto mais essas mulheres, além de prostitutas, são também negras, pardas e pobres.

No entanto, seguimos resistindo e acreditamos que, em um mundo onde uma das consequências das desigualdades de raça, gênero e classe é justamente a percepção, das pessoas oprimidas, de

que a cidade é expulsiva e o espaço público não lhe pertence (GONÇALVES FILHO, 1998), é muito importante o reconhecimento desse espaço, dentro do Parque, como um espaço **delas e para elas**.

Da mesma forma, percebemos um senso de fortalecimento e conquista pessoais nas atividades ter acesso a ambientes que antes não eram sentidos como alcançáveis, como os museus e patrimônios históricos da cidade.

São mulheres que viviam em uma condição de extrema exclusão social. Hoje, ainda estão em situação de vulnerabilidade, mas conhecem minimamente alguns de seus direitos; conseguem acessar políticas de assistência social (como LOAS e bolsa família); busca de projetos de moradia; têm encaminhamentos para cuidados em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS); tiveram acesso à formação em costura e artesanato para geração de renda; e, quando manifestam desejo, buscamos oferecer auxílio para procura de inserção profissional em outras atividades.

Ao longo desses cinco anos, pudemos perceber também que, apesar de o ambiente da prostituição configurar-se muitas vezes como um espaço de muita competitividade, houve a criação de laços de confiança, respeito e solidariedade entre elas. Observamos ainda a superação de alguns limites pessoais, como a crença de muitas delas de que seriam incapazes de aprender a ler e escrever (consequência da exclusão do ambiente da escola e da ideologia do fracasso escolar, que historicamente culpabiliza indivíduos e não instituições – GUZZO, 2001; MARINHO-ARAÚJO, ALMEIDA, 2005; SOUZA, 2010), e que hoje estão alfabetizadas. Quatro mulheres conseguiram reinserção profissional como agentes de prevenção de HIV-Aids, seis como cuidadoras e uma como cabelereira e uma como assistente social. 32 mulheres conseguiram acessar o LOAS e 120 acessaram Bolsa família.

Enfatizamos a importância do olhar da Psicologia enquanto ciência e profissão e seu compromisso social engajado com a luta pelo fim das opressões ligadas ao racismo (e também às desigualdade de classe e gênero) para auxiliar na construção coletiva e interdisciplinar de todas as atividades descritas e dos resultados obtidos.



Por fim, constatamos que os espaços com intervenção ainda mais direta da Psicologia puderam auxiliar que as mulheres obtivessem aconselhamento para problemas familiares (como a busca de tratamento para filhos/filhas, maridos e irmãos dependentes químicos); dirigissem novos olhares e reflexões sobre suas próprias histórias e relações com o mundo (desenvolvendo um senso de maior autonomia sobre suas vidas); e fortalecessem sua autoestima – o que é especialmente significativo, levando em conta o lugar social reservado à mulher negra.

Temos aprendido com os movimentos sociais, em especial o movimento negro e os movimentos de mulheres, a importância de produzir outras representações, que não reduzam a objetividade da condição negra e feminina às tentativas de lhe construir enquanto negatividade (JOVCHELOVITCH, 1998). Acreditamos em uma Psicologia que possa ser capaz de “reconhecer a realidade social estruturada sobre a desigualdade e contribuir para a sua superação” (GONÇALVES, 2010). Assim, temos buscado, com as mulheres (em sua maioria negras e pardas) em situação de vulnerabilidade e exclusão, a desconstrução de estigmas, a construção de uma autoimagem positiva e o fortalecimento de autoestima.

Referências

AFONSO, M. L. **Regulamentar para quê(m)? As representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

_____. **Um silêncio a cada esquina: representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”**. Porto Alegre: Editora Multifoco, 2017.

BERNSTEIN, E. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. **Cadernos Pagú**, Campinas, s/v, n. 31, p. 315 - 362, jul./dez. 2008.

FÁVERI, M. As piriguetes de Floripa – práticas contemporâneas de propagandas de sexo pago. In: FÁVERI, M.; SILVA, J. G.; PEDRO, J. M. (Org.). **Prostituição em áreas urbanas histórias do tempo presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

GONÇALVES, M.G.M. **Psicologia, subjetividades e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social – Um problema político em Psicologia. **Revista Psicologia USP**, v. 9, n. 2. São Paulo. 1998.

_____. A invisibilidade pública (prefácio). In: COSTA, F. B. da. **Homens invisíveis** – relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GUIMARÃES, K.; MERCHÁN-HAMANN, E. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 525-544, set./dez. 2005.

GUZZO, R. S. L. Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. In: Z. A. P. Del Prette, (Org.). **Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida**: explorando fronteiras. Campinas, SP: Alínea. 2001.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G.; TIZZEI, R. P.; SILVA NETO, W. M. F. Psicologia e educação no Brasil: Uma visão histórica e possibilidades nessa relação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (n. especial). 2010, pp. 131-141.

LEGARDINIER, C. Prostituição I. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 198-203.

MARINHO-ARAÚJO, C. M., ALMEIDA, S. F. C. **Psicologia escolar**: construção e consolidação da identidade profissional. Campinas, SP: Alínea. 2005.

PEREIRA, C. S. Lavar, passar e receber visitas: Debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 25, p. 25-54, jul./dez. 2005.

PETUCO, D. Redução de danos. In: Álcool e outras drogas. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2012, p. 127-138.

SANTOS, E. F. Representações sociais de estudantes negros: universidade e trabalho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.



SANTOS, M., A.; FANGANIELLO, A. L. S.; PAPARELLI, R.; OLIVEIRA, F. Intervenção em saúde do trabalhador com profissionais do sexo. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 101-110, jun. 2008.

SOUZA, M. P. R. **Psicologia escolar e políticas públicas em educação**: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, v. 23, n. 83, 2010. Pp. 129-139.





Palavras do Coração

Num desses dias, tive a ousadia de questionar Deus

– Por quê ? Tão cedo o Jonathas nos disse adeus?

Ops!!! Ele respondeu

– Não foi tão rápido assim, foram mais de 40 anos para amá-lo e curtir!

Isso foi realizado, ele se sentiu muito amado!

Com aquele sorriso largo, suas falas carinhosas, atitudes amorosas,

tudo proporcional ao seu tamanho, não, não!

proporcional ao tamanho do seu coração!

Ah! Isso dá uma certa paz, mas a gente queria mais!

Apesar da negritude aflorada, sua preocupação com a negra criançada, todas as etnias, ele respeitava!

De outro modo não poderia ter sido, isso é característica de todo ser especial comprometido

que não por acaso foi escolhido! Para aqui passar e sua marca deixar!

Deus ainda me disse mais:

– Vamos dar-lhe a oportunidade de levar a outros felicidade revestida de capacidade, lealdade e amizade!

Fique tranquila o Jonathas continua em outras searas, ainda distribuindo aquela risada gostosa,

deixando as pessoas orgulhosas, contentes em conhecê-lo, pois tudo que dele vem, só anima, motiva ergue...

Como ele diria: “É vida que segue”

A todos obrigado, eu só estou do outro lado...

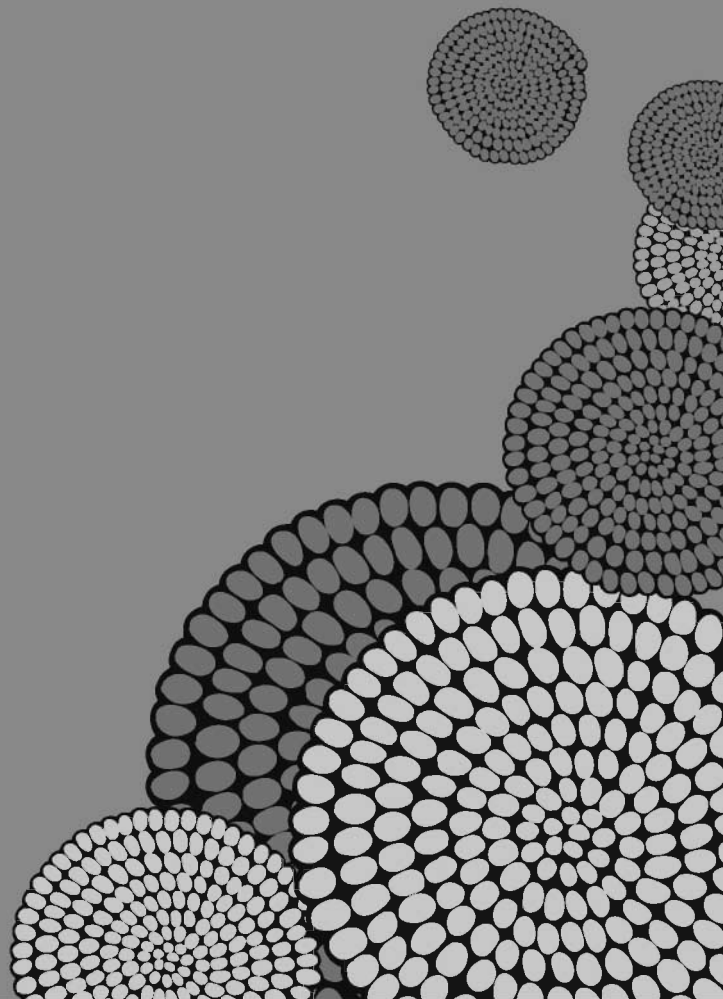
A família Salathiel se sente extremamente lisonjeada com o reconhecimento ao trabalho do nosso querido

e a homenagem a ele dedicada!

Nosso muito obrigado.

Vera Lucia da S. Salathiel Pereira
(a tia orgulhosa)







Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA